UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

CATARINA AGUDO MENEZES

**Alagoas além do açúcar:
diversidade econômica e formação do território no século XVIII**

São Paulo
2017

CATARINA AGUDO MENEZES

**Alagoas além do açúcar:
Diversidade econômica e formação do território no século XVIII**

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB
RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

O original se encontra disponível na sede do programa

Tese apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Nestor Goulart Reis
Filho

São Paulo
05 de junho de 2017.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

M543a Menezes, Catarina Agudo
Alagoas além do açúcar: diversidade econômica e formação do território no século XVIII / Catarina Agudo Menezes ; orientador Nestor Goulart Reis Filho. - São Paulo, 2017.
155 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

1. História da Urbanização. 2. Alagoas. 3. Cartografia. I. Reis Filho, Nestor Goulart, orient. II. Título.

MENEZES, Catarina Agudo.

Alagoas além do açúcar: diversidade econômica e formação do território no século XVIII.

Tese apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À minha família: Pedro, Vera e Clarice.

AGRADECIMENTOS

Sou muito grata a Deus por me permitir chegar ao fim desta etapa em minha vida.

Gostaria de fazer um agradecimento especial,

Aos meus pais, Pedro e Vera, e à minha irmã, Clarice, pelo carinho e apoio em todos os momentos dessa jornada acadêmica.

À minha família em São Paulo, meu avô Santiago, meus tios Sérgio e Wagner (*in memoriam*), minhas tias Andréa e Rose e minhas primas Nathália e Jacqueline que me receberam com muito afeto em suas vidas.

Ao professor Nestor Goulart Reis por se mostrar tão generoso em compartilhar um pouco de seu imenso conhecimento.

À professora Maria Angélica da Silva, da FAU/UFAL, que sempre me incentivou a trilhar os caminhos da pesquisa acadêmica da melhor maneira possível.

À professora Beatriz Bueno da FAUUSP, que sempre se mostrou muito disposta em contribuir com comentários e sugestões sempre pertinentes, ao longo do curso.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da FAUUSP pela disponibilidade em esclarecer dúvidas e resolver apuros.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, da FAU/UFAL, por compartilharem seus conhecimentos e experiências, acadêmicos ou não.

À Rejane Alves, bibliotecária da FAUUSP, por sua simpatia e ajuda incansável junto ao grande acervo de livros da FAU.

Às minhas amigas de Maceió, Tainá, Mayra e Débora, que mesmo distantes se mantiveram presentes com apoio e compreensão.

À Silvia Ducci, do Departamento de História da FAUUSP, por compartilhar sua alegria diária e também por sua ajuda nesse fim de trabalho.

Aos colegas do LAP, Ângela e José Eduardo, pela companhia divertida no laboratório e pelo auxílio em momentos diversos

Ao amigo Lucas, por seu incentivo, principalmente na reta final de entrega da tese.

E a todos os demais que de alguma forma contribuíram para que esta etapa se cumprisse.

Muito obrigada.

RESUMO

MENEZES, Catarina Agudo. **Alagoas além do açúcar: diversidade econômica e formação do território no século XVIII**. 2017. 155 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo 2017.

A historiografia local, ao longo de vários anos, tem creditado à produção de açúcar e a aos engenhos, e posteriormente às usinas, o papel preponderante na formação da sociedade alagoana de uma forma geral, inclusive de sua materialidade. Entretanto, fontes documentais do século XVIII demonstram que, ao menos nesse período, outros agentes contribuíram intensamente, com igual, ou talvez maior, importância no processo de urbanização de Alagoas. Em um único manuscrito, localizado na Biblioteca Nacional, por exemplo, a quantidade de fazendas de gado é mais do que o dobro do número de engenhos. Outro aspecto que este mesmo documento demonstra é a coexistência de diversas atividades em uma mesma região, contradizendo a espacialização produtiva afirmada pela historiografia.

Neste sentido, a presente tese consiste em um esforço de investigação, com base no cruzamento de uma historiografia local com as fontes documentais do século XVIII, sobre o processo de formação urbana de Alagoas, buscando um olhar mais ampliado sobre outros aspectos importantes nesse processo.

Considerando o território uma composição de múltiplas camadas de significados, amalgamadas ao longo do tempo, mas que estão em uma constante transformação, ocasionando assim o acúmulo de processos, formas e expressões de tempo, o principal objetivo deste trabalho é contribuir para a compreensão do processo de urbanização de Alagoas durante o período colonial, com enfoque nos movimentos ocorridos durante o século XVIII, a partir da análise da atuação de diferentes agentes determinantes, bem como da relação entre eles.

Palavras-chave: História da Urbanização; Urbanização de Alagoas; Século XVIII.

ABSTRACT

MENEZES, Catarina Agudo. **Alagoas beyond sugar: economic diversity and territory formation in the 18th century**. 2017. 155 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo 2017.

The local historiography, over several years, has credited to the sugar production and to the mills, the preponderant role in the formation of the Alagoan society in general, including its materiality. However, documentary sources of the eighteenth century show that, at least in this period, other agents contributed intensely, with equal or perhaps greater importance in the process of urbanization of Alagoas. In a single manuscript, located in the National Library, for example, the number of cattle farms is more than twice the number of mills. Another aspect that this same document demonstrates is the coexistence of several activities in the same region, contradicting the productive spatialization affirmed by historiography.

In this sense, the present thesis consists of a research effort, based on the intersection of a local historiography with documentary sources of the eighteenth century, on the process of urban formation of Alagoas, seeking a broader look at other important aspects in this process.

Considering the territory a composition of multiple layers of meanings, amalgamated over time, but that are in a constant transformation, thus causing the accumulation of processes, forms and expressions of time, the main objective of this work is to contribute to the understanding of the process of urbanization of Alagoas during the colonial period, focusing on the movements that occurred during the eighteenth century, based on the analysis of the performance of different determining agents, as well as the relationship between them.

Keywords: History of urbanization; Urbanization of Alagoas; eighteenth century

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
1. A CONSTRUÇÃO DA CIDADE COLONIAL PORTUGUESA	20
1.1. “Embriões” da cidade colonial	20
1.2. A feição das primeiras vilas e cidades brasileiras	23
1.2.1. <i>A implantação</i>	24
1.2.2. <i>O Traçado</i>	30
1.3. A rede urbana	35
1.4. A relação entre o rural e o urbano	36
1.5. Uma Alagoas para além do açúcar	38
1.5.1. <i>Alagoas colonial: da “descoberta” à emancipação - Uma síntese histórica.</i>	40
CAPÍTULO 2	
2. O TERRITÓRIO ALAGOANO NA ICONOGRAFIA DOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII	45
2.1. Alagoas na cartografia colonial	45
2.1.1. <i>Alagoas a partir do registro da família Albernaz</i>	48
2.1.2. <i>Os registros holandeses</i>	56
2.1.2.1. <i>Alagoas sob o olhar Frans Post – o exemplo de Porto Calvo</i>	57
2.1.2.2. <i>Alagoas a partir do registro de Marcgraf</i>	62
2.2. <i>Alagoas na cartografia setecentista</i>	68
CAPÍTULO 3	
3. AÇÚCAR, TERRITÓRIO E ARQUITETURA COLONIAL	73
3.1. Princípios da produção de açúcar no Brasil	74
3.2. Os engenhos no Nordeste	76
3.3. Aspectos gerais do engenho	80
3.4. Engenhos em Alagoas	87
3.4.1. <i>Princípios do Açúcar em Alagoas</i>	88
3.4.2. <i>Arquitetura do açúcar – estudo de três exemplares de Alagoas</i>	96
CAPÍTULO 4	
4. UM TERRITÓRIO ALÉM DO AÇÚCAR – DIVERSIDADE ECONÔMICA E ESPACIAL	105
4.1. Síntese cronológica da fundação de vilas e cidades	110
4.2. Alagoas na historiografia local e nos documentos de época	112
4.3. Alagoas sob o ponto de vista de sua atual capital, Maceió	134
4.4. Alagoas na cartografia do século XIX: de comarca à província	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

INTRODUÇÃO

Breve síntese dos estudos de história da urbanização no Brasil

A presente tese se propõe analisar o processo de urbanização de Alagoas¹ durante o período colonial, com enfoque sobre o século XVIII. O fio condutor que perpassa todo o estudo é a linha teórica que entende a urbanização enquanto um processo social, segundo suas dimensões econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

A tese pretende dar uma contribuição para a compreensão da formação urbana de Alagoas dentro do contexto social geral da Colônia, bem como entender suas peculiaridades locais. Buscará entender esse processo não somente, a partir das vilas e cidades, núcleos urbanos já formalmente consolidados, mas também a partir de formas menores de agregação, que podem ter tido importantes desdobramentos urbanos. Dessa forma, as vilas são entendidas como uma etapa de um processo de urbanização relacionada com várias outras formas de estabelecimentos no espaço, como freguesias, fazendas, engenhos de açúcar, igrejas, capelas e aldeamentos.

A cidade e a arquitetura² brasileiras são fenômenos relativamente recentes, se comparadas, por exemplo, a civilizações cujo desenvolvimento urbano e arquitetônico é milenar. Da mesma forma, pode-se afirmar que o estudo destas manifestações no Brasil é recém-formado. Até fins do século XIX (e mesmo no começo do XX) os historiadores que se ocupavam desta temática tinham suas análises voltadas para os acontecimentos de além-mar, à chamada história da arquitetura universal, centrada principalmente nas tradições dos países europeus.

Nesse contexto, em menor quantidade, ainda eram os estudos que contemplavam reflexões sobre as origens da cidade brasileira, no que se refere à forma como foram implantados os primeiros núcleos urbanos do Brasil e como estes estavam inseridos na empresa colonial portuguesa. O olhar mais aprofundado sobre o processo de

¹ Por conta de suas duas principais, e extensas lagoas, primitivamente denominadas pelos colonizadores como lagoas do Norte e do Sul, e posteriormente como Mundaú e Manguaba, respectivamente, as terras da parte sul da capitania de Pernambuco ficaram conhecidas como terra das Alagoas.

² Sabe-se que os indígenas possuíam suas próprias formas de organização do espaço de vivência e moradia, entretanto, o que se está considerando aqui como arquitetura brasileira são as intervenções materiais realizadas pelos colonizadores europeus, a partir do seu estabelecimento definitivo nas terras brasileiras.

formação da cidade colonial brasileira era negligenciado, em seus aspectos formais, tanto entre os historiadores como entre os próprios arquitetos e urbanistas.

Neste sentido, fazia-se necessária uma investigação mais acurada sobre os pressupostos sociais, (econômicos, políticos, culturais) formais que condicionaram a formação dos núcleos urbanos no referido período. Para tanto, a compreensão do panorama geral da colonização brasileira era de grande importância no sentido de auxiliar no entendimento de como foi montado pelos portugueses o sistema colonizador, a partir de objetivos bem definidos, que vieram a interferir diretamente nas formas espaciais concretas.

A fim de evitar possíveis repetições, este trabalho está considerando o termo “cidade colonial” como o conjunto interdependente entre a arquitetura e a urbanização, ou seja, o método e os princípios formais implantados pelos portugueses na implantação dos assentamentos urbanos, no período de 1500 a 1822.

Entre os pioneiros da historiografia, do início do século XX, que se dedicaram à temática da história colonial brasileira, convém mencionar alguns estudiosos que inauguraram a busca pelo entendimento das bases materiais de formação do Brasil, como o historiador Capistrano de Abreu, que empreendeu uma rigorosa investigação das fontes e construiu uma visão crítica dos fatos históricos, inclusive anteriores ao “descobrimento” do Brasil.

Sabe-se que o que motivou os portugueses a explorarem novas terras, ainda que sob a forte crença religiosa de expulsar ou cristianizar povos que desconheciam ou não aceitavam o cristianismo, foi um intuito essencialmente comercial. Em decorrência de várias ações nesse sentido ao longo de sucessivos reinados portugueses, em fins do século XV e início do XVI o rei D. João II expandiu as expedições marítimas na tentativa de encontrar novas formas de obter lucro, ou mesmo expandir as práticas já existentes, principalmente através do comércio com o Oriente.

Nesse contexto de explorações marítimas, os portugueses se destacaram tanto no que se refere às navegações propriamente ditas, quanto ao que se relaciona com o desenvolvimento das técnicas de navegação e confecção de uma ampla cartografia, fundamental para o descobrimento de novas rotas, além do alcance e ocupação de novas terras.

O processo de colonização empreendido no Brasil pelos portugueses passou por diferentes fases, à medida que seus objetivos e interesses com relação às terras brasileiras sofriam modificações. Tais modificações eram, então, aplicadas nas formas como os colonizadores ocupavam o espaço brasileiro.

Este processo foi compreendido por meio de diferentes olhares, e analisado a partir de disciplinas diversas, em momentos diversos. Da busca pelo entendimento mais global do processo de colonização brasileiro, passando pela procura de uma identidade nacional, ou de suas raízes, chegando a estudos mais específicos, que tratam de aspectos particulares, porém sem descolá-los do panorama geral, tem-se uma extensa produção bibliográfica que procura compreender a essência da urbanização colonial brasileira, considerando os diferentes fatores colonizadores, internos e externos.

Na década de 30, Roberto Simonsen descreve, em *História Econômica do Brasil* (1937), as bases da formação do Brasil através de uma extensa e detalhada análise das diversas atividades econômicas implantadas e desenvolvidas em terras brasileiras, relacionando-as às questões do trabalho, à expansão do território dominado, ao desenvolvimento do comércio, etc.

Ainda na década de 30, com um olhar mais voltado para a materialidade das cidades coloniais brasileiras, Gilberto Freyre aborda em duas de suas obras de maior relevância – *Casa-Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) – tanto as relações entre as pessoas, os escravos e seus senhores, quanto entre os espaços, rural e urbano. Demonstrando, inclusive, que a abolição da escravidão acarretou o adensamento de núcleos urbanos, tanto nas áreas nobres, quanto nas periferias.

A praça venceu o engenho, mas aos poucos. Quase sempre respeitando nos vencidos umas tantas virtudes e gabolices; procurando imitá-las; às vezes até romantizando-as e exagerando-as nessa imitação de "inferiores" por "superiores". Outras vezes trocando do matuto rico, do fazendeiro opulento mas atrasado nos seus modos de falar e nas suas modas de vestir-se, do senhor de engenho fanfarrão e até quixotesco, de toda a "gente do matto", de todo o roceiro de "serra acima". Destacando-lhe os vícios de linguagem, os atrasos de cinquenta, cem anos em estilos de habitação e de meios de transporte, os ridículos de moral e de etiqueta também atrasada um século, dois, às vezes três. Porque esses atrasos variavam de região para região, dando ao país variedade pitoresca, mas às vezes dramática, de estilos e estágios de cultura. Variavam de região para

região como de sexo para sexo, de raça para raça, de classe para classe (FREYRE [1938] 2003, p. 345).

Esta afirmação categórica será, entretanto, rebatida por diversos estudos posteriores que demonstrarão que os primeiros núcleos urbanos brasileiros foram resultado de uma estratégia objetiva e efetiva de colonização e não fruto da aleatoriedade, bem como que em termos de planejamento e regularidade dos traçados, os portugueses também empreenderam métodos de racionalização do espaço no território colonial.

A cidade colonial foi também objeto de estudo da Geografia desse início de século, destacando-se aqui o trabalho de Aroldo de Azevedo, *Vilas e Cidades do Brasil Colonial* (1956), em que enfatiza a importância dos assentamentos no Brasil Colonial, além de questionar a ideia até então defendida e acatada de que a colonização portuguesa não havia produzido núcleos urbanos de importância.

A historiografia referente à cidade colonial estava, naquela época, centrada na investigação de questões referentes à construção de uma identidade nacional, à evolução da economia e da política, à formação do “povo brasileiro”. A cidade parece apenas uma coadjuvante ou um detalhe para a compreensão de outras temáticas.

Um dos autores que se aproxima da análise da cidade propriamente dita, Sérgio Buarque de Holanda, o faz a partir da comparação com a cidade colonial espanhola. Em *Raízes do Brasil* (1936), obra que se tornou um clássico no campo da história do Brasil, há o famoso trecho no qual explicita essa comparação, enfatizando o caráter de descuido da colonização portuguesa, em relação à espanhola, tão corroborada por outros estudiosos contemporâneos.

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que um íntima convicção de que “não vale a pena...” (HOLANDA, 1979, p.76).

Em meados da década de 60, tanto o ensino quanto a reflexão sobre a história da cidade e da arquitetura brasileiras estavam muito restritos aos grandes movimentos do ocidente europeu. Entre os fundadores da historiografia da arquitetura no Brasil, destacam-se dois arquitetos e professores, Paulo Ferreira Santos e Nestor Goulart Reis Filho. Ambos desenvolveram no campo da história da arquitetura e da urbanização brasileira um consolidado campo teórico que transformou a forma como as cidades brasileiras eram compreendidas.

Paulo Santos demonstra em seus textos dois objetivos principais, o de estabelecer novo método de ensino da história da arquitetura no Brasil e lançar os fundamentos de uma historiografia brasileira da disciplina, vinculando o ensino da arquitetura ao seu projeto historiográfico. Este autor alimentava o desejo de escrever a história da arquitetura por meio do procedimento, até então não utilizado, de analisar criticamente as produções arquitetônicas e urbanísticas realizadas no Brasil a partir de suas raízes históricas, comparando-as com as que se desenvolviam ao mesmo tempo no âmbito internacional.

Entre as suas publicações que trazem maior contribuição nesta área estão *Quatro Século de Arquitetura* (1965), que trata do processo de evolução da arquitetura do Rio de Janeiro, desde a sua implantação inicial no morro Cara de Cão; e *Formação de Cidades no Brasil Colonial* (apresentado no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Coimbra e publicado em 1968).

Nestor Goulart Reis percebeu, logo no início de sua formação com arquiteto, na década de 50, na FAUUSP, que o campo da história da arquitetura e do urbanismo brasileiros era ainda carente de maior atenção e aprofundamento por parte dos arquitetos e urbanistas, professores e profissionais, o que orientou a sua formação acadêmica.

[...] a FAU sendo fundada, eu percebi imediatamente que havia uma carência de conhecimentos teóricos. [...] A história da arquitetura que existia era uma história da arquitetura acadêmica, com sentido muito formal, de preparação de projetos para edifícios monumentais. Era o trabalho da arquitetura para o poder. [...] Ou seja, essa historiografia é muito recente. Temos a ilusão de que encontramos uma longa tradição da parte escrita, o que é um equívoco. O que existiu antes de nós foi a velha teoria da arquitetura das academias européias. A História da Arquitetura correlata era um apoio ao trabalho dos acadêmicos. Nunca existira uma preocupação com esses temas como objeto de estudo.

São temas que estão se constituindo. A História do Urbanismo, então, só no século XX (REIS, 2011, p.98-99).

O professor Nestor Goulart Reis Filho foi o pioneiro, no Brasil a interpretar essa vasta produção iconográfica e cartográfica sobre o Brasil colonial como objetos de grande valor documental como uma ferramenta imprescindível para os estudos de história da urbanização brasileira. Na obra de referência intitulada “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial” (2000) demonstra, através de uma série de mapas e vistas, que na colonização do Brasil existiu sim uma atividade planejadora, que chegou a ser bastante intensa em alguns períodos, sobretudo no século XVIII, desconstruindo a ideia geral de ausência de planejamento e aleatoriedade na formação urbana da colônia³.

Nestor Goulart Reis inaugura uma forma de compreensão da urbanização como um processo social, determinado pelas relações interpessoais, que se configuram materialmente no espaço. Este pesquisador possui uma extensa publicação abordando a temática da história da arquitetura e da cidade coloniais, dentre as quais este trabalho destaca a sua tese de livre docência (1964), publicada como livro em 1968, *Evolução Urbana do Brasil 1500-1720*, *Quadro da Arquitetura no Brasil* (1970) e *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* (2000).

Posteriores aos estudos de Nestor Goulart Reis, outros trabalhos surgem para complementar as discussões sobre a cidade que os portugueses construíram na América, suas características e implicações, sociais e formais. Por volta dos anos 80, Murillo Marx observa a cidade colonial brasileira através da presença material e imaterial da Igreja Católica. Em sua tese de doutorado, *Seis Conventos, Seis Cidades* (1984) e no livro intitulado *Nosso chão, do sagrado ao profano* (1989), o autor analisa o papel da Igreja e das ordens religiosas, sobretudo os franciscanos, na configuração espacial das vilas e cidades coloniais, desde a determinação de leis que favoreciam os espaços clericais, à interferência espacial propriamente dita, como a localização

³. Sérgio Buarque de Holanda cunhou, em sua célebre obra, *Raízes do Brasil* (), um conceito sobre a formação do Brasil caracterizado pela ideia do “desleixo” praticado pelos colonizadores portugueses, em comparação às colônias espanholas, afirmando que no período colonial o Brasil foi objeto de uma falta de planejamento e que suas vilas e cidades eram criadas de forma aleatória. HOLANDA, 2011.

privilegiada da maioria das edificações religiosas, a abertura de vias de acesso às mesmas e a concessão de grandes extensões de terra.

Roberta Max Delson, em sua tese de doutorado pela Syracuse University, *New towns for colonial Brasil. Spacial and social planning of the eighteenth century* (1997), analisa a expansão do território colonial brasileiro no século XVIII, e a sua consequente, e estratégica ocupação em diversos pontos de interesse, bem como analisa a atuação da importante figura do Marquês de Pombal na fundação de vilas e cidades de traçado regular, como um procedimento não só técnico, como também ideológico.

Do outro lado do Atlântico, estudiosos portugueses também têm se dedicado ao estudo dos princípios reguladores que nortearam a construção das cidades portuguesas, tanto em Portugal como em suas colônias do Oriente, da África e da América. Entre os aspectos investigados estão também as possíveis trocas de experiências urbanísticas que podem ter modelado o mundo de cá e o mundo de lá. Entre os trabalhos desenvolvidos, destaca-se uma coletânea de estudos elaborada em decorrência de um colóquio realizado durante as comemorações dos descobrimentos portugueses, as *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português* (1998) contam com artigos de diversos pesquisadores da temática, e entre os portugueses, Helder Carita, Walter Rossa e Manuel Teixeira.

De uma forma mais detalhada que seu artigo que consta na publicação citada acima, Manuel Teixeira investiga em *A Forma da Cidade de Origem Portuguesa* (2012) analisa os condicionantes sociais e formais incutidos no modo como os portugueses construíram suas cidades, em Portugal e no "além-mar". Através de aspectos como a escolha do sítio natural, o traçado das vias, a importância da praça na definição do traçado, entre outros, o autor analisa a configuração desses núcleos, bem como as influências que os próprios portugueses sofreram na construção de suas cidades em Portugal, a partir de experiências adquiridas com a fundação de núcleos urbanos em suas colônias.

Retomando o foco sobre o Brasil, dois estudos relevantes da arquiteta Renata Araújo apresentam discussões sobre o período de intensa expansão da ocupação do Brasil, como uma forma estratégica de dominação e ampliação das fronteiras coloniais portuguesas e a sua consequente urbanização sistemática. Em sua dissertação de mestrado, *As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*

(1992) e em sua tese de doutorado, *A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII: Discurso e Método* (2001), analisa os processos formais de urbanização alinhavados aos condicionantes políticos da época, sobretudo durante da administração do Marquês de Pombal.

Ao longo da história, diferentes manifestações podem ser identificadas como formas de interpretação das relações espaciais entre o homem e o meio em que vive. Desde tempos muito remotos, o ser humano procura compreender o espaço a sua volta e mesmo lugares mais distantes. Tais manifestações podem ser apresentadas sob a forma de textos escritos, símbolos e desenhos, como produto da necessidade não apenas de conhecer o território, mas, sobretudo de se apropriar do mesmo, através de sua racionalização e administração.

Entre as formas representativas das relações entre homem e espaço o desenho é, possivelmente, a prática que agrega a maior quantidade de elementos passíveis de interpretação, uma vez que permite produzir visualmente, no caso de um território, por exemplo, um panorama daquilo que se conhece, ou se imagina existir.

Entre os estudos sobre o processo de urbanização do Brasil durante o período colonial, cabe destacar o trabalho desenvolvido, a cerca de vinte anos, pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, sediado na Universidade Federal de Alagoas e coordenado pela professora doutora Maria Angélica da Silva.

As pesquisas deste grupo possuem como principal aporte metodológico a análise da iconografia seiscentista, examinada sob diversos aspectos, bem como o estudo empírico de diversas localidades, antigas vilas coloniais, que conservam significativos remanescentes materiais desse período, buscando compreender a lógica da gênese urbana das primeiras vilas e cidades brasileiras.

Os séculos XVII e XVIII são um “terreno fértil” para os estudos de Beatriz Bueno, que mergulha no universo cartográfico dos engenheiros militares e aborda com muita profundidade em sua tese de doutorado (2001), publicada posteriormente como livro, *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*, (2011), o papel determinante desses profissionais, não somente no levantamento do território e na elaboração cartográfica, como também na elaboração e execução de projetos de fortificações, casas de câmara, igrejas, conventos, entre outras edificações, bem

como de núcleos urbanos no Brasil, em um período de intensa racionalização do método de se construir cidades.

Beatriz Bueno desenvolve um minucioso estudo sobre o papel do desenho – mais especificamente o desenho cartográfico – para reconhecimento, demarcação e legitimação das terras brasileiras, conquistadas pelos portugueses. Para esta pesquisadora, a palavra desenho possui duas conotações que se apresentam entrelaçadas. A primeira corresponde ao seu aspecto gráfico enquanto representação; a segunda consiste no propósito a que se destina, aquilo que se busca atingir ou realizar através do desenho: “*Desegno*’ era o exercício mental que precedia a viabilização de qualquer intento, não exclusivamente os arquitetônicos, elo mediador entre o conhecimento da realidade e a ação sobre ela e, como tal, sinônimo de desígnio”.

O período inicial das grandes explorações coloniais no Brasil foi marcado pelo deslumbramento causado pela exuberância e pelo exotismo natural e indígena, representados largamente em inúmeros textos e imagens de diversos exploradores, que representavam inicialmente um Brasil selvagem, paradisíaco, mitológico, e muitas vezes impossível de desbravar.

À medida que a ocupação por parte dos europeus foi acentuada, transformações drásticas foram empreendidas em seu território. A paisagem brasileira foi sendo lentamente, porém intensamente apropriada e modificada pelas ações colonizadoras. Esse processo foi representado maciçamente e de diferentes maneiras, tanto para saciar a curiosidade das populações do velho mundo europeu sobre as novas terras desbravadas como, principalmente, para consolidar a ocupação do território através de seu conhecimento e registro.

Na última década tem-se verificado uma considerável expansão geográfica, por assim dizer, das pesquisas sobre a urbanização do Brasil no período colonial, ou seja, tem sido cada vez mais frequente o surgimento de estudos regionais, com caráter mais local, sobre aspectos específicos desse processo, que vão além da discussão sobre a regularidade dos traçados portugueses e sobre o papel das vilas, desenvolvendo análises sobre elementos particulares – sem desvinculá-los do todo – destacando a sua importância na rede urbana colonial. Além disso, estes estudos têm sido

amparados sobre o valioso, e volumoso, material cartográfico e iconográfico histórico disponível em diversos arquivos.

Entre os diversos trabalhos, destacam-se aqui a tese de doutorado de Cláudia Damasceno Fonseca, sobre as relações de poder e território nas Minas Gerais do século XVIII, *Des terres aux villes de l'or. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)* (2001); sobre o processo de urbanização da capitania de Goiás, a tese de Deusa Boaventura, *Urbanização em Goiás no século XVIII* (2007); sobre a capitania de São Paulo, a tese de Maria Fernanda Derntl, *Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo 1765-1811* (2010); na região Nordeste, podem ser vistos os esforços de Rubenilson Teixeira, com a tese *De la ville de Dieu à la ville des hommes. La sécularisation de l'espace urbain dans le Rio Grande do Norte* (2002); de Clóvis Ramiro Jucá Neto, com a tese *A urbanização do Ceará setecentista. As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati* (2007); a tese de Roseline Oliveira, *Pernambuco no papel: o desenho de seis vilas no contexto da representação iconográfica de Albernaz, Marcgrave e Post* (2009); a dissertação de Esdras Arraes, sobre a economia do gado e do algodão e a formação da rede urbana da capitania de Pernambuco, *Curral de Reses, Curral de Almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX* (2012); de Nathália Diniz, com a tese *Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas ribeiras do norte* (2013).

Não se pretende esgotar aqui a relação de estudos que vem sendo desenvolvidos pelo país, e fora dele, mas sim ressaltar a importância que a temática da urbanização colonial tem adquirido nos últimos anos, a existência de uma descentralização desses estudos pelo Brasil e a adoção de outros vieses de análise.

Neste sentido, considerando o desenho como uma forma abstrata de apropriação do território, o presente estudo visa delinear algumas considerações sobre os processos de reconhecimento, demarcação e ocupação do que hoje é conhecido como Alagoas, em diferentes momentos, a partir de duas formas de representação histórica.

Esta tese está dividida em quatro capítulos, organizados a partir das fontes analisadas e dos temas abordados. O **Capítulo 1**, *A construção da cidade colonial portuguesa*, consiste em uma aproximação teórica quanto à forma portuguesa de ocupar e urbanizar o território e seus rebatimentos nos primeiros momentos de ocupação dos

colonizadores em alagoas. O **Capítulo 2**, *O território alagoano na iconografia dos séculos XVI, XVII e XVIII*, apresenta uma análise da ocupação do território alagoano, entre os séculos XVI e XVIII, através do estudo das iconografias de época, buscando evidenciar os diversos pontos de ocupação no território, além das três primeiras vilas oficiais, Porto Calvo, Alagoas e Penedo. O **Capítulo 3**, *Açúcar, território e arquitetura colonial*, aborda o processo de urbanização de Alagoas sob a ótica da economia açucareira, atividade que, embora não tenha sido a única a se desenvolver no período em terras alagoanas, foi um dos aspectos que acelerou seu processo de ocupação e desenvolvimento. Por fim, no **Capítulo 4**, *Um território além do açúcar – diversidade econômica e espacial*, foi realizada uma tentativa de desmontar a historiografia alagoana quanto à supremacia do açúcar na formação de seu território e de sua sociedade e quanto à análise voltada somente para os três primeiros focos de urbanização em Alagoas.

1. A CONSTRUÇÃO DA CIDADE COLONIAL PORTUGUESA

1.1. “Embriões” da cidade colonial

Os séculos XVI e XVII consistem um período bastante significativo, constituído por momentos diferentes, que se caracterizaram como pontos de transformação – tanto no que se refere ao interesse da metrópole pela colônia, quanto ao seu reflexo socioeconômico e espacial, como por exemplo, a chegada e fixação dos primeiros europeus, em princípios do século XVI, a instituição das capitanias hereditárias e a exploração das primeiras minas de ouro ainda no século XVI.

Inicialmente, as terras da costa brasileira não despertaram grande interesse para os portugueses, devido à ausência aparente de pedras e metais preciosos, ou de uma sociedade evoluída o suficiente para fornecer produtos ou consumir artigos europeus. À primeira vista, as possibilidades imediatas de obtenção de lucro eram, então, inexistentes. As trocas reduziam-se a simples escambos realizados com os índios.

Após algumas explorações primitivas, percebeu-se que a comercialização de alguns “produtos” extraídos da flora e fauna brasileiras poderia proporcionar retorno econômico. Em consequência, especuladores particulares se dedicaram à exploração desses recursos, sobretudo à extração do pau-brasil, que foi intensamente comercializado na época, quase desaparecendo das matas brasileiras.

Essa atividade se desdobrou em formas espaciais precárias. A fim de dar suporte às atividades extrativistas foram instaladas simples estruturas, localizadas em pontos esparsos da costa brasileira, com o objetivo de funcionar como apoio às embarcações, bem como local de armazenamento e troca de artigos.

Chamadas de feitorias, essas estruturas foram os primeiros exemplares da ocupação edificada europeia na costa brasileira. Convém ressaltar que a implantação de tais feitorias não possuía como objetivo principal a colonização e sim a viabilização da exploração direta da terra. Por isso, em sua maioria, a eventualidade das atividades desenvolvidas era refletida no caráter frágil e móvel dessas estruturas, o que dificulta o entendimento de como estas teriam sido fisicamente (SANTOS, 2001, p.72).

(...) torna-se necessário acentuar que tais feitorias caracterizavam-se pelo seu caráter principalmente militar, bem definido pela presença de uma “casa-forte defendida por uma caiçara ou paliçada” sob o comando de capitão de vigia (...). Além disso, apresentavam extrema precariedade, tinham insignificante função econômica (...) e não se enraizavam no lugar onde eram fundadas (AZEVEDO, 1956, p.11).

Existem hipóteses que colocam as feitorias como os primeiros embriões das cidades brasileiras. Entretanto, a documentação referente a esta questão não é suficiente para comprovar tais proposições. As primeiras ocupações portuguesas em terras brasileiras tinham, certamente como desígnio maior, além o caráter exploratório, demarcar a posse da região e defender a costa de possíveis invasões.

Conforme a extração e comércio de pau-brasil começam a se tornar uma atividade mais lucrativa, os interesses de outros países europeus, como a França, voltam-se para o Brasil. Até por volta das primeiras décadas do século XVI) Portugal concentrava seus “esforços e capitais” no Oriente, pois as atividades realizadas lá proporcionavam lucro maior e mais rápido, deixando, dessa forma, o território brasileiro desprotegido.

Decorriam, porém, os anos, e o Brasil seguia com o seu imenso litoral a mercê de qualquer navio que o procurava. – Não há por que fazer censuras. Os esforços e os capitais empregados na Ásia produziam maior e mais imediato interesse, nessa época de crise comercial, em que se efetuava em favor da Europa um grande saque das riquezas empastadas no Oriente (VARNHAGEN, 1975, p.106).

Esse “desinteresse” inicial por parte da Coroa portuguesa possibilitou a entrada de outras nações estrangeiras que também buscavam a obtenção de riquezas. A literatura referente a este período menciona com frequência a ação dos franceses em parte da costa brasileira, que começam a explorar as terras brasileiras, movidos também por pretexto religioso.

A partir desse momento, diversas medidas começam, portanto, a ser tomadas pelos portugueses para expulsar os invasores de suas posses. Entretanto, parece que essas medidas ocorrem de maneira insuficiente ou de modo inadequado, tendo em vista que, por volta de 1587, Gabriel Soares de Sousa ainda descreve a presença dos franceses e alerta para a necessidade de fortificação e povoamento da região.

Este rio Parahyba é mui necessário fortificar-se, á uma por tirar essa ladroeira dos francezes d'elle, á outra por se povoar, pois é a terra capaz para isso, onde se podem fazer muitos engenhos de assucar. E povoado este rio, como convém, ficam seguros os engenhos da capitania de Tamaracá e alguns da de Pernambuco (...) (SOUSA, 1938, p.23).

Entretanto, ainda em período anterior ao relato de Gabriel Soares, a Coroa portuguesa passa a tomar providências para reforçar as defesas do litoral brasileiro. Os portugueses consideram o povoamento de toda a terra uma solução razoável para evitar sucessivas invasões e saques. No entanto, poucos eram os europeus que tinham, na época, o interesse de abandonar a vida na metrópole e se fixar na colônia. Sendo assim, a Coroa buscou formas de incentivar essa migração.

Através da instituição das capitanias hereditárias o governo dividiu o território que lhe cabia em extensas faixas de terra que foram distribuídas entre portugueses que passaram a ter autonomia administrativa sobre suas capitanias. Entre diversas prerrogativas, os donatários possuíam a obrigação de fundar vilas e desenvolver o povoamento de suas terras (SANTOS, 2001, p.74). Através da concessão de sesmarias, frações de terras destinadas essencialmente à produção, os donatários incentivavam a vinda para o Brasil de mais portugueses e promoviam também o desenvolvimento físico da colônia.

A primeira vila fundada foi a de São Vicente, no atual estado de São Paulo, no ano de 1532, na capitania pertencente a Martim Afonso de Sousa, que teve uma série de obrigações práticas com relação à fundação da vila.

Coube a Martim Afonso de Sousa demarcar-lhe o território, arruá-lo, distribuindo os lotes aos sesmeiros; fez levantar um forte, a casa da Câmara, a cadeia, a igreja, a alfândega; e, dando-lhe uma organização político administrativa, nomeou os administradores da justiça e convocou os “homens bons” para procederem à eleição dos primeiros vereadores (AZEVEDO, 1956, p.12).

A fundação de vilas e povoados demandava, além da instituição das funções administrativas, militares e religiosas, o desenvolvimento de uma atividade econômica que mantivesse o funcionamento dos núcleos de povoamento. Já nesse período começam a ser fundados os primeiros engenhos de açúcar, elemento que irá estimular o crescimento econômico e populacional da colônia, dando um enorme

impulso também na ocupação espacial do território, como será detalhado em capítulo específico. Há evidências de que já em 1516 foi emitido pelo rei um alvará para a construção de um engenho no Brasil⁴.

A partir deste momento, a colonização brasileira começa a ser efetivada e a ocupação da costa vai adquirindo nova função e uma diferente feição. Entre o curto período que durou o regime das capitanias (até 1549) diversas vilas foram fundadas ao longo do litoral, do norte ao sul do Brasil, como Olinda, Igarassu, Porto Seguro, Vitória, entre outras.

Contudo, devido a diversos fatores, quer por ausência dos donatários ou por má administração dos mesmos, as capitanias, em sua maioria, foram reintegradas ao controle da Coroa. Entre as exceções, cabe destacar a Capitania de Pernambuco, que alcançou grande desenvolvimento sob o comando inicial de Duarte Coelho (SANTOS, 2001, p.76).

Em 1549, com a criação do Governo Geral, as ações no sentido de proteger e povoar o território brasileiro são intensificadas. A cidade de Salvador foi, então, criada enquanto sede do governo e como “centro militar, administrativo, fazendário e judiciário de toda a colônia” (SANTOS, 2001, p.76).

Como se vê, desde muito cedo o empreendimento colonizador foi efetivado com objetivos claros, que acarretaram em diferentes formas de ocupação do território, que, no decorrer do tempo foram se intensificando e constituindo um sistema consolidado de cidades, caminhos, propriedades rurais e outros elementos.

1.2. A feição das primeiras vilas e cidades brasileiras

As vilas e cidades instaladas no Brasil durante a colonização portuguesa, apesar do discurso de alguns historiadores de que eram esparsas e apresentavam precário desenvolvimento urbano, principalmente nos séculos XVI e XVII, consistem nos primeiros exemplares da urbanização que começou a ser implantada aqui pelos portugueses.

⁴. Ver VARNHAGEN, 1975, p.92.

O termo ‘urbanização’ está sendo utilizado aqui conforme esclarecimento elaborado por Nestor Goulart (2000, p.200-201) que o considera enquanto “processo social”⁵, o qual possibilita a análise da formação urbana do Brasil a partir de uma ampla compreensão capaz de abranger diferentes tempos e escalas e, sobretudo, permitindo a observação dos aspectos materiais, bem como das dinâmicas sociais envolvidas no processo de formação espacial dos núcleos urbanos desse período. Neste sentido, é necessário compreender os aspectos que levaram à caracterização física das primeiras vilas e cidades coloniais.

1.2.1. A implantação

A escolha do sítio natural para a implantação de uma vila ou cidade era de fundamental importância para os portugueses. Segundo Manuel Teixeira (2011), a cidade portuguesa era construída “no sítio e com o sítio”, demonstrando uma herança mediterrânea, em que a configuração do território consistia em uma “condicionante e uma componente do traçado urbano”. A escolha por lugares acidentados, geralmente topos de colinas estava relacionada, por exemplo, às questões de visibilidade e defesa.

Muitas cidades portuguesas tinham o seu núcleo primitivo no topo de uma colina proeminente, a partir do qual o núcleo urbano se desenvolvia, numa continuidade de tradição que remontava aos Castros pré-romanos. A localização dos núcleos em pontos dominantes do território, em locais facilmente defensáveis, era justificada por razões de defesa. A mesma razão iria estar por detrás da escolha de locais acidentados para a implantação das cidades portuguesas em sucessivas épocas históricas e em diferentes contextos geográficos (TEIXEIRA, 2011, p.153).

Os locais mais elevados eram as áreas mais procuradas para as instalações, pois facilitavam a defesa através da altura e possibilitavam o controle das vias de acesso, tanto por água quanto por terra. A forma do relevo escolhido interferia também no aspecto físico do núcleo e, sobretudo, no seu traçado (REIS [1964], 2000, p.126).

⁵. Cerdà usou a palavra urbanização no sentido em que entendemos urbanismo. E urbanismo é palavra que Lavedanse declara ser o primeiro a usar oficialmente. Urbanização como um processo social, como nós entendemos e utilizamos desde o início, é um conceito que começa a circular depois de 1960, com a minha geração (REIS, 2011, p.99).

As soluções utilizadas para tal intento eram diversas, como a manutenção de guarnições militares, construção de fortes e paliçadas – os quais se tornaram comuns em muitas vilas e cidades brasileiras. Como nas cidades medievais, o muro, ou a cerca, constitui importante aliado do português contra o ataque tanto de indígenas como de outros europeus.

Essa situação de localização em terreno elevado pode ser observada tanto nas cidades em Portugal, como Lisboa, Porto ou Coimbra, como nas vilas coloniais brasileiras dos primeiros dois séculos de colonização, como Salvador (BA), Olinda (PE), Porto Calvo (AL) e Rio de Janeiro (RJ).

Figura 01. Lisboa.

Fonte: TEIXEIRA, 2012, p.13

Figura 02. *Mauritius* [...]. [Vila de Penedo/AL] Original manuscrito de J. Vingboons do Algemeen Rijksarchief, Haia, 1637.

Fonte: REIS, 2000, p. 70.

A topografia do terreno escolhido relacionava-se intimamente com diversos aspectos dos núcleos urbanos, como a forma do traçado, a definição das estruturas de defesa, a escolha das áreas de expansão e com a localização dos principais edifícios. As relações de poder e a hierarquia social eram expressas no traçado, a partir de um sistema de vias e edifícios que privilegiavam certos caminhos e a localização das edificações representativas dos poderes religioso, civil e militar (TEIXEIRA, 2012, p.41).

As relações de poder e a ordem hierárquica da sociedade estavam assim embebidas na estrutura urbana, por meio da proeminência que era dada a tais instituições no perfil da cidade. Esses edifícios eram, por sua vez, ligados por caminhos que se sobrepunham às linhas naturais do território – as linhas de cumeada e as linhas de vales – as quais se tornavam as principais ruas da cidade.

Figura 03. *Marin D'Olinda de Pernambuco.*

Gravura que ilustra o livro de Johannes de Laet, 1630. Representação das hierarquias refletidas na implantação da vila. Localização das edificações religiosas, por exemplo, nas partes mais altas do sítio. Fonte: REIS, 2000, p.78-79.

Em alguns casos, também conforme a tradição portuguesa, a localização sobre o topo de uma colina favorecia o surgimento de dois pontos de urbanização, a cidade alta e a cidade baixa. Na alta localizava-se o núcleo povoado propriamente dito, além da sede política e religiosa, e na baixa era estabelecido o porto e eram desenvolvidas as atividades comerciais. A cidade de Salvador da Bahia, fundada em 1549, como sede do Governo Geral implantado no Brasil, possui esta característica. Embora o

núcleo inicial tenha sido construído apenas na parte alta, a cidade baixa vai sendo configurada conforme as atividades marítimas e comerciais se desenvolvem.

Figura 04. *Planta da Restituição da Bahia.*

Original manuscrito de João Teixeira Albernaz I, do códice “*Estado do Brasil coligido das mais certas noticias...*”, 1631. Mapoteca do Itamarati. REIS, 2000, p.27.

Figura 05. Salvador, Bahia.

Vista das partes alta e baixa da atual cidade.

Fonte: www.copa2014.gov.br. Acessado em 15/05/2015.

Outro fator importante que determinou a localização dos primeiros núcleos urbanos no Brasil foi a necessidade de fácil comunicação, tanto com a metrópole como entre os núcleos. Tendo em vista que o território mais distante da costa era ainda desconhecido, inspirando inclusive medos e superstições, foi formada uma extensa faixa litorânea, pontuada pelas vilas e cidades. Ainda que as povoações não

estivessem localizadas à beira-mar, a sua relação com os portos marítimos era intrínseca.

No séculos XVI, dentre os 18 núcleos urbanos (15 vilas e 3 cidades) fundados oficialmente no Brasil, 16 situavam-se próximos à costa oceânica, conforme demonstra o mapa a seguir.

A “maritimidade” dessas povoações, como observa Azevedo (1956, p.15), corresponde à necessidade de contato com as embarcações vindas da Europa, auxiliando também o escoamento do que era produzido e extraído na colônia, o que facilitava as operações comerciais e de transporte, mas principalmente, a proximidade com o mar e os portos facilitava o abastecimento da colônia de produtos vindos da Europa. A respeito da localização das vilas, Gândavo, um historiador e cronista português, em 1573 (2008, p.12), faz a seguinte consideração:

(...) edificaram [os donatários] suas povoações ao longo da costa nos lugares mais convenientes e acomodados, que lhes pareceu para a vivenda dos moradores. Todas estão já mui povoadas de gente, e nas partes mais importantes guarnecidas de muita e mui grossa artilharia que as defende e assegura dos inimigos, assim da parte do mar como da terra.

A escolha do sítio passava ainda por outros critérios como o tipo de solo, insolação e ventilação, a proximidade com fontes de água potável, bem como de cursos fluviais navegáveis. No caso da proximidade com a água, isto se deve tanto pela necessidade de sobrevivência das populações, como para comunicação e transporte, uma vez que as estradas eram ainda muito raras. Neste aspecto a costa brasileira oferecia condições muito favoráveis à instalação das vilas e cidades, em decorrência de sua abundância.

As fontes que há na terra, são infinitas, cujas águas fazem crescer a muitos e mui grandes rios que por esta costa, assim na banda do Norte, como na do Oriente entram no mar Oceano. Alguns deles nascem no interior do sertão, os quais vêm por longas e tortuosas vias a buscar o mesmo Oceano; onde as suas correntes fazem afastar as marinhas águas por força. E entram nele com tanto ímpeto que com muita dificuldade e perigo se pode navegar (GÂNDAMO, 2008, p.72).

A proximidade com os rios era de fundamental importância para a sobrevivência dos núcleos de povoação. Em um período em que a massa vegetal era ainda muito densa e desconhecida, as trilhas de terra tornavam-se raras e arriscadas; já os rios consistiam em importantes vias de transporte. Em suas margens eram localizados vários portos, sobretudo para embarque e recebimento de mercadorias, além do transporte de pessoas. Na capitania de Pernambuco, eles eram extremamente importantes para o escoamento do açúcar produzido. É bastante comum na cartografia e nos relatos da época a identificação e registro dos cursos fluviais, além da descrição da navegabilidade de muitos deles e da qualidade da água.

O mapa abaixo consiste em um exemplo da importância em se identificar e registrar os rios costeiros. Embora este mapa tenha sido elaborado em 1640, período em que esta região, ainda fazia parte da Capitania de Pernambuco, já estava relativamente ocupada por povoados, vilas, engenhos, portos e casas esparsas⁶. O mapa se detém na representação dos principais rios, com a indicação de suas entradas e baías.

Figura 06. Imagem sem título.

João Teixeira Albarnaz I., Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente Brasil. Feito por João Teixeira [...], 1640.

Fonte: Edição integral, fac-similada a cores, códice pertencente ao Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.

⁶ . No período em que o mapa foi confeccionado a capitania de Pernambuco contava com seis vilas, diversos povoados, além de dezenas de engenhos de açúcar.

Segundo Reis (2000, p.127), de início a escolha do sítio de implantação de uma vila ou cidade podia ser feita de maneira pouco eficiente, devido ao pouco conhecimento que os portugueses possuíam sobre a terra brasileira. O que poderia acarretar no desaparecimento de alguns núcleos ou na sua mudança de sítio. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, devido a sua grande expansão, a população foi se transferindo para áreas além do Morro do Castelo, ocupando a várzea próxima.

Por outro lado, diversos sítios foram escolhidos com acerto pelos colonizadores, estando os núcleos iniciais de suas antigas vilas inseridos nos traçados das atuais cidades, ainda que algum ajuste tenha sido necessário.

1.2.2. O Traçado

Como foi mencionado, a topografia do terreno escolhido para a instalação de uma vila influenciava na forma como o traçado das vias seria estabelecido, e como este se desenvolveria posteriormente. No entanto, além deste recurso natural, havia também a atitude mental do colonizador, constituída, no caso do Brasil, pelas concepções urbanísticas portuguesas – tanto as que estão em suas origens, como as que foram assimiladas através do contato com outros povos.

Durante muitos anos as discussões entre os estudiosos deste tema no Brasil versavam sobre o caráter irregular, “aleatório” e “espontâneo” que as primeiras aglomerações urbanas brasileiras apresentavam. Sérgio Buarque de Holanda, um dos principais autores que contribuíram para consolidar essa visão, afirmou que as primeiras vilas e cidades brasileiras eram fruto do desleixo colonizador, tendo sido realizadas sem nenhuma ordem formal.

O arquiteto norte-americano Robert Smith descreveu Salvador, em 1955, como uma cidade de ruas tortuosas, íngremes e estreitas, criando uma situação inconveniente para os transeuntes. Em sua descrição, a capital baiana parece ser fruto de uma total falta de planejamento dos portugueses.

Jamais os povoadores portugueses seguiram um código de regulamentos urbanísticos, como os castelhanos. As suas cidades cresceram, como notou Sérgio Buarque de Holanda, numa espécie de confusão pitoresca, que é típica das aglomerações luso-brasileiras, enquanto a ordem e a clareza dão os sinais do urbanismo da América Espanhola (SMITH, 1954,p.17).

Para reforçar a ideia de que as vilas e cidades que os portugueses construíram no Brasil não possuíam qualquer ordem, foi muito comum, entre os estudiosos que compartilhavam desta opinião, a comparação com as cidades fundadas pelos espanhóis também na América. Ainda segundo Holanda, a tão característica quadricula espanhola era o resultado do empenho em dominar a natureza e de impor a racionalização da paisagem por meio da geometria rígida.

De uma forma geral, os dois primeiros séculos da colonização são caracterizados, naquele período da historiografia, pela irregularidade, decorrente das tradições medievais portuguesas. Em algumas afirmações mais críticas alega-se que havia falta de preocupação ou mesmo de habilidade dos portugueses com o fazer urbano.

Entretanto, estudos posteriores aos de Holanda e Smith, comprovam que, mesmo antes da ocupação do Brasil, os portugueses demonstravam preocupação com a organização espacial dos núcleos urbanos. E que o planejamento não se restringia somente aos aspectos de defesa, tão característicos das cidades medievais. Em duas experiências urbanísticas realizadas em fins do século XV e início do XVI, nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores, nas cidades de Funchal e Angra do Heroísmo, os colonizadores manifestam sua preferência pela ortogonalidade dos traçados, apresentando também uma lógica na definição dos quarteirões e lotes e na localização dos edifícios institucionais (TEIXEIRA, 2012, p.56).

Figuras 07 e 08. Funchal e Angra do Heroísmo, respectivamente. Açores.

Experiências portuguesas de implantação de traçados regulares no século XVI.

Fonte: TEIXEIRA, 2012, p.56-57

Seguindo a linha de análise que confirma a presença da regularidade e do planejamento nas cidades coloniais portuguesas, estudos demonstram a existência de certo padrão, ou melhor, a ocorrência comum de alguns elementos formais em vários núcleos urbanos. Em alguns casos foram utilizadas determinações de cartas régias formuladas no reino que continham diretrizes básicas para a fundação de vilas e cidades (SANTOS, 2001, p.38-50).

No que se refere à forma do traçado destes núcleos, Paulo Santos (2001, p.40) identifica a ocorrência, já no século XVII de cidades de plano regular, como São Luís do Maranhão, que teve planta de autoria do engenheiro-mor de Portugal, Francisco Frias de Mesquita. E para além da regularidade, no que se refere às regulamentações, destaca o papel das Cartas Régias na implantação dos assentamentos.

A diferença de método do Urbanismo Colonial português em relação ao espanhol, começa pela legislação. Ao passo que estes últimos possuíam – já o vimos – um código legislativo de âmbito geral para ser observado pelos povoadores, os primeiros limitavam a sua legislação ao que continha nas Ordenações do Reino, que cuidavam antes dos Edifícios e Servidões, com limitações ao direito de propriedade do que de como actuar para fundar as cidades. Estas eram consideradas como um caso particular, a exigir determinações específicas, que podiam variar de cidade para cidades. Mas, com frequência, os preceitos contidos nas Cartas Régias, que tratavam da fundação de vilas e cidades, iam passando de umas para as outras e constituindo-se em corpo de doutrina (idem, p.39).

No Brasil, a primeira cidade fundada pela Coroa portuguesa, Salvador da Bahia, em 1549, foi construída segundo extensas determinações escritas e projetuais vindas da metrópole. Segundo Manuel Teixeira (2012), a cidade de Salvador foi fundada como uma síntese dos princípios urbanísticos portugueses, aliando a regularidade dos traçados aos aspectos físicos do terreno. Para a sua fundação foi nomeado o mestre de obras Luís Dias, que chegou ao Brasil com diretrizes bastante precisas sobre a localização e a estrutura da cidade, elaboradas, provavelmente, pelo engenheiro-chefe das fortificações Miguel de Arruda.

A fundação de Salvador é também o resultado de uma “estratégia cuidadosamente ponderada”, viabilizando uma atitude centralizadora do império português ao incluir por meio da cidade, as terras da colônia na rede urbana da metrópole, sinalizando o início de uma nova concepção de colonização.

Como símbolo e instrumento de poder, o uso político da cidade é evidente. Ela é a pedra fundamental da organização do território do Novo Mundo, desorganizado por natureza, a fonte e espelho das cidades-satélites que a partir dela se pretendiam ver sair até cobrirem a Província de Santa Cruz: o ordenamento do Estado, em suma (MOEIRA, 2003, p.36).

Os mapas de Salvador no século XVII demonstram uma cidade de traçado regular, estruturada por meio de vias relativamente retas e quarteirões retangulares, adaptada à forma do sítio e com uma hierarquia de funções definidas, sobretudo pela divisão em cidade alta e cidade baixa.

Figura 09. Planta da Cidade D. Salvador [...].

Cópia manuscrita, incluída no códice “Rezão do Estado do Brasil”, 1616, Biblioteca Pública do Porto. Fonte: REIS, 2000, p. 16-17.

Figura 10. St. Salvador/Ville Capitale du Brasil.

Ilustração do livro de Froger, 1695.

Fonte: REIS, 2000, p.36-36

Outro exemplo de como os portugueses utilizaram o elemento urbano como forma de racionalizar os seus domínios e, a partir de diferentes técnicas, aplicar seus conhecimentos para vencer a natureza, é a cidade de São Luís do Maranhão. Fundada em 1612, a atual capital maranhense foi construída com um traçado nitidamente regular. Embora, como era prática comum entre os colonizadores, a adaptação ao sítio natural ocorra, a implantação da quadrícula é mais evidente do que em outras cidades coloniais brasileiras.

Figura 11. *Maragnon* [...].

Original do Atlas de Johannes Vingboons, Algemeen Rijkarchief, Haia, ca. (1640). Pg. 353.

Fonte: REIS, 2000, p. 142.

Com a fundação de vilas e cidades ao longo da costa encontrou-se uma ferramenta eficaz no sentido de defender o território através do povoamento, além de ter sistematizado a exploração das diferentes regiões, favorecendo o desenvolvimento de uma atividade permanente, como a produção do açúcar, além do estabelecimento e consolidação das atividades comerciais, indispensáveis para a manutenção da colônia.

Nas primeiras décadas do século XVI a ocupação portuguesa ainda era tímida e muito esparsa, mas, em fins do século XVII a quantidade de núcleos povoados, principalmente vilas, havia adquirido certa consistência, demonstrando, dessa forma, como a formação territorial do Brasil começa a ser delineada.

1.3. A rede urbana

Um dos principais aspectos desse período consiste na instalação de uma rede urbana que, embora esparsa, apresentava um significado estratégico para os colonizadores. As constantes ameaças de invasões, além do saque e comércio de pau-brasil, pressionaram os portugueses a tomar medidas mais diretas para a ocupação do território. A vila era, nesse sentido, uma ferramenta de incentivo à fixação humana, contribuindo com o intuito de demarcação e fortalecimento do domínio português sobre a colônia.

Segundo Nestor Goulart Reis, a compreensão de como estava estruturada a rede urbana é fundamental para o entendimento da urbanização brasileira no período colonial. A formação desse sistema, segundo este autor, foi iniciado em 1532, com a implantação das capitanias hereditárias e a fundação de São Vicente, passando por diferentes momentos em que a fundação de vilas foi um processo mais, ou menos, acelerado.

O século XVI foi marcado pela instalação de diversos núcleos de povoamento, no extenso território da colônia. Já no século XVII, o Brasil deu um salto de urbanização, pois, ainda que o número de cidades tenha permanecido reduzido, diversas vilas foram fundadas pela costa litorânea. Com a descoberta das minas, o fluxo de portugueses e escravos para o Brasil é intensificado (REIS, 2000, p.77-83).

Nestor Goulart Reis apresenta um quadro com as vilas fundadas na colônia, com as prováveis datas oficiais da titulação. Baseado em informações retiradas dos textos de Gândavo, Gabriel Soares, Frei Vicente do Salvador, Ayres do Casal e Aroldo de Azevedo, indica o desenvolvimento do número de núcleos urbanos no período de 1500 a 1720. Segundo este quadro, no século XVI apenas 15 vilas e 3 cidades figuravam em toda a extensão do território brasileiro até então explorado. No século

XVII, foram fundadas ou nomeadas⁷ outras 34 vilas e 4 cidades. Nas duas primeiras décadas do XVIII foram criadas 15 vilas e a vila de São Paulo foi elevada à categoria de cidade. Segundo Aroldo de Azevedo, neste quadro o autor organiza a lista de vilas e cidades por estados e não pelas antigas capitanias. Em 1720 a rede urbana era composta, portanto, por sessenta e três vilas e oito cidades (REIS, 2000, p.85-88).

1.4. A relação entre o rural e o urbano

Durante o período colonial, principalmente nos séculos XVI e XVII, o desenvolvimento urbano da colônia era, de certa forma, incipiente, se comparado à extensão do território conquistado. A dispersão dos núcleos de povoamento pelo território no primeiro século da colonização configurava uma ocupação frágil e passível de sofrer invasões de outras nações europeias.

As atividades desenvolvidas, principalmente nas primeiras décadas da colonização, demandavam apenas estruturas físicas simples, visavam somente a subsistência dos colonos. Tais atividades caracterizavam mais uma ocupação rural, ou mesmo extrativista, do que propriamente urbana. O próprio sentido da colonização empreendida por Portugal, segundo Nestor Goulart Reis, (2000, p.84), foi produzir uma “retaguarda rural” para os mercados urbanos europeus.

Como estratégia econômica e ocupação do território, implementada pela Coroa, foram implantados pelo território estruturas rurais que, no entanto, muitas vezes se assemelhavam a pequenas povoações, tamanha a quantidade de atividades desenvolvidas nesses locais. O principal objetivo era explorar as extensas terras da colônia com o cultivo da cana-de-açúcar e beneficiá-la nos engenhos.

O engenho de açúcar desempenhou um papel muito importante na colônia. A sua estruturação permitiu o desenvolvimento do Brasil e, sobretudo, de Portugal. Além de seu caráter econômico, possuiu também um cunho geopolítico na medida em que, ao mesmo tempo, era estimulada a agricultura exportadora e lucrativa e era incentivada a fixação de pessoas na colônia que garantissem o seu povoamento e defesa. Dessa forma, sob diferentes escalas, dependendo da capacidade financeira dos

⁷ . Nesse período alguns núcleos de povoação foram elevados à categoria de vila, outros já foram fundados como tal.

portugueses, futuros produtores, várias doações de terra na forma de sesmarias eram realizadas, objetivando a difusão da produção e da ocupação do território.

Além da produção de açúcar, outras atividades foram de grande importância para a consolidação do sistema colonizador, como o cultivo de produtos de subsistência, o plantio do fumo e do algodão, a criação de gado e a pesca. Estas atividades influenciaram, inclusive, no surgimento de outros núcleos povoados que se espalharam nas margens e nos cruzamentos dos caminhos que faziam o abastecimento da colônia.

Essas atividades, muitas vezes consideradas secundárias pela historiografia, diante dos grandes ciclos econômicos, como o do açúcar e o do ouro, consistiram, na verdade, elementos indispensáveis ao funcionamento e sustentação da colônia. A circulação de produtos, tanto os de subsistência produzidos na colônia, quanto os trazidos da Europa, dinamizavam a vida nos núcleos urbanos, através da formação e consolidação de estruturas comerciais.

A carne, por exemplo, gerou uma estrutura produtiva e comercial, integrada às áreas produtivas agrícolas, como a do açúcar, e que se espalhou pelo território colonial, através da implantação de fazendas para a criação de animais, matadouros, locais de salga, curtumes e mercearias para a comercialização dos produtos decorrentes das atividades de criação. A sua comercialização, fosse salgada ou verde, demandava a estruturação de caminhos para o seu transporte, que por sua vez estimulavam a instalação de diversos pousos nas beiras de estradas, para apoio aos viajantes. As rotas de circulação de mercadorias acabaram por estruturar uma rede de caminhos e paragens que, ao longo do tempo, foram sendo consolidadas e transformadas em pequenos núcleos de povoamento.

Deve-se, portanto, compreender o processo de urbanização brasileira como uma parte integral de um sistema de colonização mais amplo e complexo, que ultrapassava as fronteiras territoriais e que é caracterizado como uma “via de mão de dupla”, através da qual as trocas, em diversas dimensões, se desenrolavam.

1.5. Uma Alagoas para além do açúcar

O atual Estado de Alagoas é formado por cento e dois municípios, divididos segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em três mesorregiões geográficas: Sertão, Agreste e Leste (caracterizada pela chamada Zona da Mata).

Figura 12. Alagoas. Mesorregiões.

Fonte: Base cartográfica do IBGE, 2010. Esquema da autora.

Tem como limites: ao norte o Estado de Pernambuco, ao sul o de Sergipe, a leste o Oceano Atlântico e a oeste Pernambuco e Bahia. Seu território é caracterizado por uma estreita faixa litorânea, por um planalto de aproximadamente 200m de altura e 30 quilômetros de largura, o restante, em boa parte montanhoso, aprofunda-se pelo sertão.

A cobertura vegetal caracteriza-se pela floresta tropical, quase que totalmente destruída, o agreste, vegetação de transição para uma região de clima mais seco, e a caatinga, mais a oeste. É banhado por diversos rios que correm para o mar ou deságuam no São Francisco, o maior deles. Possui várias lagoas de importância, sendo as principais a Mundaú e a Manguaba (Enciclopédia dos Municípios, 1954).

Figura 13. Mapa esquemático dos aspectos topográficos de Alagoas.

Esquema: Catarina Agudo, 2015. Mapa-base: Alagoas. Mapa Físico. IBGE, 2010.

A atual configuração político-administrativa é decorrente de um longo processo de parcelamentos e apropriações do território, que foi iniciado já no século XVI, através das primeiras expedições pelas terras alagoanas, realizadas pelos donatários da Capitania de Pernambuco, da qual as chamadas Alagoas constituíam a parte sul, compreendendo aproximadamente à área de seus atuais limites norte e sul, quais seja, os rios Persinunga e o São Francisco, respectivamente.

Figura 14. Capitânicas Hereditárias.

Localização de Alagoas na Capitania de Pernambuco. Fonte: MENEZES, 2011.

1.5.1. Alagoas colonial: da “descoberta” à emancipação - Uma síntese histórica.

As primeiras ações de ocupação da então parte sul da Capitania de Pernambuco se deram por meio da instalação de entrepostos que davam suporte para a extração, armazenamento e embarque de pau-brasil e outras espécies da flora e fauna tropical. Assim como em toda a capitania pernambucana, até meados do século XVI estas ocupações concentram-se na costa oceânica.

As terras desta parte da capitania eram ocupadas por diversas etnias indígenas, constantemente mencionadas nas crônicas dos viajantes como selvagens e perigosas, muitas antropófagas, inclusive. As aldeias foram praticamente todas extintas no decorrer de várias décadas. Muitos índios foram agrupados em aldeamentos missionários e outros tantos fugiram para as regiões mais internas da capitania.

Este território era então habitado pelos índios caetés – no litoral -, pelos pitiguarés, em porto Calvo até o Cabo de Santo Agostinho, (principalmente) tribos selvagens, ferozes e antropófagas, pelos abacatiães – nas ilhas do S. Francisco, açonãs, coriris, coropatis; descendentes dos tupinambás, e carijós, nas proximidades desse rio, os quais depois foram aldeados pelos jesuítas no Colégio, caropotós, descendentes dos cariris – nas proximidades da serra Cumannati, e na mesma serra, nas províncias de Pernambuco, mariquitos, cujas mulheres eram bem feitas e elegantes, as quais viviam nas matas próximas ao rio e pertenciam à raça dos tapuios, umãs que habitavam entre o riacho Moxotó e o rio Pajeú, Xucurus – na Palmeira – vovés, que eram indomáveis e relacionavam-se com os xocas, pipias e umãs e falavam a mesma língua, oriunda da tupi (ESPÍNDOLA [1871], 2001,p.192).

Durante quase todo o período colonial brasileiro Alagoas esteve subordinada à Capitania de Pernambuco, constituindo a parte sul das terras pernambucanas. Seus limites ao sul iam até o rio São Francisco, um dos pontos de maior valor estratégico para a Capitania, pois fazia fronteira com a Bahia e comunicava por via fluvial a faixa costeira com regiões mais internas da colônia. Em 1706 foi elevada à situação de comarca, sendo a vila de Alagoas (atual município de Marechal Deodoro) a sua sede. Sua emancipação política só ocorreu em 16 de setembro de 1817.

Esta longa subordinação legou uma produção historiográfica que coloca Alagoas em uma posição secundária no panorama colonial em relação a Pernambuco. A historiografia mais consolidada construiu uma narrativa cronológica, que discorre de

forma bastante superficial diversos acontecimentos, como as primeiras expedições dos donatários de Pernambuco à parte sul da capitania, até o rio São Francisco, as batalhas contra os índios, as tentativas de expulsá-los da faixa litorânea, a invasão holandesa, os conflitos que ocorreram nas vilas alagoanas e a guerra contra o Quilombo dos Palmares.

Autores mais referenciados, como Thomaz Espíndola⁸, Craveiro Costa⁹, Moreno Brandão¹⁰, Jayme de Altavila¹¹ e Manuel Diégues Júnior, que, em fins do século XIX e começo do XX, tratam da história de Alagoas, preocuparam-se em sua maioria em listar os fatos históricos vinculados aos personagens políticos e, às vezes, algumas de suas ações, ou descrever muito brevemente o período. Aspectos como a economia, a cultura e as condições materiais das vilas e dos povoados da época passam quase que despercebidos por esses autores, com exceção de Diégues Júnior, que aprofunda algumas dessas questões, porém todas vinculadas à cultura do açúcar no Estado.

Manuel Diégues Júnior¹² apresenta informações minuciosas sobre a produção açucareira em Alagoas, desde os primeiros engenhos instalados, com a localização, proprietários e aspectos físicos das edificações, concentrando-se nas regiões norte e centro-litorânea de Alagoas, inseridas em uma faixa costeira não muito extensa na direção oeste. As vilas de Porto Calvo e Alagoas são, para o autor, os principais focos de povoamento dessas áreas. Na parte sul, nas proximidades do rio São Francisco, a atividade predominante era a criação de gado e Penedo foi o foco de povoamento dessa área (figura 02).

O povoamento dos três primeiros núcleos inicia-se nos últimos decênios do século XVI. Nas primeiras décadas do século seguinte, e ao iniciar-se o domínio batavo, está perfeitamente estabilizado; alicerça-se em bases sólidas, que são, do ponto de vista econômico, a agricultura da cana de açúcar no norte e no centro litorâneo, os campos da pecuária, no sul. Nos começos do século XVII são sedes de freguesia os três povoados iniciais: Porto Calvo, Alagoa do Sul e Penedo (DIÉGUES JÚNIOR [1949], 1980, p.35).

⁸ ESPÍNDOLA, Thomaz. **A Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

⁹ COSTA, Craveiro. **História das Alagoas: Resumo didático**. Rio de Janeiro / Maceió: Melhoramentos / SERGASA, 1983 (1929).

¹⁰ BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3 ed. Arapiraca: EDUFAL, 2004. (1908)

¹¹ ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1988.

¹² DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 1980 (1949).

Figura 15. Mapa esquemático com localização das primeiras vilas e focos de urbanização de Alagoas segundo Manuel Diégues Júnior.

Fonte: Esquema da autora, 2015.

O quadro a seguir consiste em uma síntese da subdivisão do território da então parte sul da Capitania de Pernambuco em diversas sesmarias ao longo do tempo, compreendida no período de 1560 a 1725. Note-se que desde esse período inicial de formação Alagoas já apresentava a configuração de um território semelhante ao que é hoje, em termos de extensão no sentido norte-sul, tendo o rio Persinunga como limite ao norte e o rio São Francisco ao sul.

Tabela 01. Sesmarias da região que corresponde a Alagoas. De 1560 a 1725.

ANO	SESMARIAS	LOCALIZAÇÃO
1560	Duarte Coelho de Albuquerque	Do rio S. Miguel ao S. Francisco
1575	Cristóvão Lins	Foz do rio Manguaba ao Cabo de Sto. Agostinho
1577	Miguel Gonçalves Vieira	Do Sto. Antônio Grande a Pajuçara e Lagoa Mundaú
1577	João Garcia Riscado	De Paripueira ao Sto. Antônio Mirim, incluindo a área central da sesmaria anterior
1591	Diogo de Melo e Castro	Do Porto dos Franceses até a foz do Jiquiá

1591	Diogo Soares da Cunha	Do Porto dos Franceses à foz da lagoa Manguaba e à praia de Pajuçara ao norte
1597	João da Rocha Vicente	De Porto Real do Colégio a Pão de Açúcar, pela margem do rio São Francisco
1601	Diogo Soares da Cunha	Da praia de Pajuçara à foz do rio São Miguel
1606	Tomé da Rocha em Pão de Açúcar	Margem do São Francisco, do rio Jacaré ao Riacho Grande
1608	Doação de Cristóvão Lins a Diogo e Barros Pimentel	Da foz do Manguaba ao Sto. Antônio Grande
1610	Leandro de Barros	Da foz do riacho Jacobina à foz do rio Jacaré, na margem do São Francisco
1610	Leonardo Pereira Cunha	Entre a foz do rio Jacarecica e a foz do Sauaçuí
1610	Terreno doado por Duarte de Albuquerque Coelho aos Beneditinos	Entre a foz do Sto. Antônio Grande e a foz do Sauaçuí
1610	Terreno doado a Antônio Martins Ribeiro por Diogo Gonçalves Vieira	Entre a foz do riacho Jacaré e a praia de Pajuçara
1611	Doação de Diogo Soares a Manoel Antônio Duro	Da praia de Pajuçara à lagoa Mundaú
1613	Cristóvão da Rocha	Margem esquerda do rio São Francisco, limita-se a leste com o interflúvio dos rios Piauí e Perucaba e a oeste pelo interflúvio dos rios Jacaré e Farias
1613	João Dantas Aranha, Manoel Brás Pedroso e Caetano Dantas Passos	Parte norte de Traipu, abrangendo a Serra das Mãos e o lado norte da Serra das porteiras
1614	Fernão Vaz Freire	Ilhas do rio São Francisco: Perucaba e Genipapo
1614	Fernão Vaz Freire	Terras do riacho Jacobina e do rio Traipu
1632	Matias de Albuquerque	Rio São Miguel até a cachoeira do Goes, de onde vai em linha reta até as cabeceiras do Porangaba, daí alcança as cabeceiras do Jiquiá e segue para o sul até o São Francisco
1634	De Matias de Albuquerque para Belchior Alvares	Rio São Miguel até a cachoeira do Goes, de onde vai em linha reta até as cabeceiras do Porangaba, daí alcança as cabeceiras do Jiquiá e segue para o sul até o São Francisco
1634	Lourenço de Brito Correia	Serra de pão de Açúcar e área ao redor
1651	Garcia D'Ávila	Sertão de Delmiro Gouveia e área dos índios Rodelas e Vouvés
1658	Nicolau Aranha Pacheco, Francisco de Brá, Damião da Rocha e Baltazar Farias e Teodósio da Rocha	Bacia hidrográfica do rio Capiá e os maciços de Água Branca e Mata Grande

1660	Antônio de Souto Macedo e Sebastião de Sá	Parte média e baixa da bacia hidrográfica do rio Capiá
1660	Padre Francisco Manoel da Silveira	Entre os rios Ipanema, Traipu e São Francisco
1660	Belchior de Farias, Simão Ferreira e Belchior Martins	Entre os rios Traipu, Itiúba e alto Perucaba
1660	Antônio de Souza de Andrade	Margem da sesmaria de Damião da Rocha e os demais entre os maciços sertanejos e Água Branca, Mata Grande e o vale do Moxotó
1661	Cristóvão de Burgos	Vem da área central do planalto da Borborema em Garanhuns (PE), compreendendo as cabeceiras e os altos vales dos rios Mundaú, Canhoto e Paraíba
	Cristóvão Falcão	Próximo ao rio São Francisco, alto vale dos rios Itiúba e Boacica e médio vale do rio Perucaba
1712	Manoel de Cruz vilela	Entre as bacias hidrográficas dos rios Coruripe e Traipu
1712	Brás Soares Passos	Do alto vale do rio Traipu, alcança a leste o médio vale do rio Coruripe e ocupa o vae do riacho Priaca e a serra de mesmo nome e estende-se até o São Francisco
1716	Antônio Vieira Rodrigues	Entre o rio Paraíba e o Sumaúma
1725	Paulo de Viveiros Afonso	Uma légua de largura e três de comprimento, correndo pela Serra Branca e incluindo a margem esquerda do São Francisco
1725	Francisco Pereira de Castro	Terceira sesmaria de área igual nas vizinhanças de Paul Afonso e Silvestre Viveiros

Fonte: LIMA, 1992.

Como se percebe, em meados do século XVIII, Alagoas contava com diversos pontos de ocupação, além de suas principais vilas, que são constantemente mencionadas na historiografia local. Deve-se observar que essas localidades, igrejas, conventos, capelas, engenhos, fazendas, aldeias e outras povoações, sugerem uma aglomeração de pessoas, ainda que pequena, podendo dar origem a povoados posteriores, e que certamente demandavam alguma circulação de produtos, denotando um pequeno comércio.

É possível observar ainda que, ao contrário do que foi mencionado na historiografia local, o cultivo de diversos gêneros além do açúcar e a comercialização de diversos produtos, inclusive em regiões onde predominava a produção de açúcar foi bastante intenso nesse período.

2. O TERRITÓRIO ALAGOANO NA ICONOGRAFIA DOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII

Durante o período colonial o Brasil foi tema de uma intensa produção iconográfica. Entre mapas, plantas, vistas e outros desenhos, seja de aspectos da fauna, flora, de suas populações indígenas, sua hidrografia ou outros aspectos de suas vastas terras, diversas imagens foram produzidas por diferentes nações que aqui estiveram (portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses, franceses, etc.) e com os mais diversos objetivos.

Esse conjunto de documentos consiste em uma fonte muito rica para os estudos sobre o Brasil nesse período, podendo ser utilizado para entender várias especificidades da colonização, dependendo do enfoque que se dá.

No caso da urbanização, mais especificamente de Alagoas, essas imagens, sobretudo vistas e mapas agregam informações de importante valor para a interpretação das movimentações coloniais das quais decorreram a formação do seu território.

2.1. Alagoas na cartografia colonial

Uma das formas de expressão significativas para este estudo, a cartografia histórica destaca-se por sua capacidade em armazenar e transmitir informações específicas de um dado período, permitindo destacar a importância do mapa enquanto expressão planificada de diversos conceitos, concepções, ideologias, crenças, etc.

O papel da cartografia histórica extrapola, portanto, a sua característica enquanto desenho. É, sobretudo, desígnio – materialização prévia do intuito de descobrir, demarcar e dominar. Os mapas confeccionados durante o período das expedições marítimas são resultado de um processo que passou por diversas etapas, desde a Antiguidade Clássica, quando os mapas estavam ainda carregados de imprecisões, culminando com a “explosão” cartográfica europeia, caracterizada pela alta qualidade dos mapas produzidos, bem como a sua ampla difusão.

Os portugueses se destacaram tanto no que se refere às navegações propriamente ditas, quanto ao que se relaciona com o desenvolvimento das técnicas de navegação

e confecção de uma ampla cartografia. Em princípios do século XVI, com a intensificação dos descobrimentos – principalmente com a chegada ao Brasil – também a cartografia lusitana recebe grande impulso, e a difusão que esta cartografia alcançou influenciou as atividades do gênero em diversas outras localidades, como na Alemanha e na região mediterrânea. A expansão dos conhecimentos geográficos e cartográficos portugueses inaugura um novo momento na Europa.

Apesar de, muitas vezes, os cartógrafos não participarem das expedições e confeccionarem os mapas a partir de relatos ou esboços manuscritos feitos pelos viajantes, a precisão das informações encontradas nessas cartas é bastante considerável, conferindo à cartografia portuguesa papel fundamental no processo de ampliação do conhecimento dos territórios.

A cartografia portuguesa do século XVI encontra o seu principal valor precisamente neste invulgar alargamento de horizontes. Não é somente a cartografia do Novo Mundo, ou a do Japão, ou a de qualquer outro espaço. É tudo isso ao mesmo tempo.

Os resultados dos Descobrimentos Portugueses foram a mais completa Abertura do Mundo, na mais extraordinária aventura marítima levada a cabo por um só país, desde 1419 a 1542, desde as Ilhas Atlânticas até ao Japão. Uma aventura que decorreu não somente no Atlântico mas também em todos os outros oceanos da Terra (MARQUES, s.d, p.59).

Entre a produção cartográfica portuguesa do início do século XVI, a carta que recebe mais referências como sendo uma das mais importantes, que inicia a fase “madura” da cartografia portuguesa, é a carta de Cantino. Segundo Guedes (2007) este mapa é a prova de que a produção cartográfica de Portugal era, então, a mais aperfeiçoada da Europa e a sua confecção se deveu a um suborno aceito por um cartógrafo português, de identidade desconhecida, realizado por Alberto Cantino.

Figura 16. Planisfério de Cantino, 1502.

Fonte: MARQUES, s.d.

Neste mapa já são indicados os primeiros registros das terras Alagoanas: os rios São Francisco e São Miguel, já com esta toponímia, ou seja, esta representação de 1502 demonstra uma apropriação inicial, por parte dos colonizadores, do território alagoano, a partir da nomeação dos cursos hídricos.

Após esta carta, várias outras foram elaboradas, ainda o século XVI, por diversos cartógrafos contendo informações mais detalhadas sobre a costa brasileira, tais como os portos naturais, arrecifes, rios, acidentes geográficos, etc. Entretanto, além de possuir um caráter funcional para as navegações e explorações terrestres, estes mapas apresentam também, como já foi comentado, o caráter informativo – uma vez que a curiosidade sobre o Novo Mundo era recorrente na Europa – com o objetivo de divulgar os aspectos gerais das coisas do Brasil.

Por isso, mapas como o *Terra Brasilis* (1519), de Lopo Homem e os Reinel, e o *A América Meridional* (1558), de Diogo Homem, apresentam representações tão ricas da vegetação nativa, principalmente o pau-brasil, animais exóticos, passíveis de despertar interesse nos europeus e serem comercializados, além de figuras dos índios, ora em situações amistosas, ora demonstrando ações de “selvageria”. Estes mapas destacam-se também pela beleza enquanto composições artísticas.

Figuras 17 e 18. *Terra Brasilis*, Lopo Homem e Família Reinell, 1519 e *América Meridional*, Diogo Homem, 1558, respectivamente.

Fonte: COSTA, 2007, p.88;90.

2.1.1. Alagoas a partir do registro da família Albernaz

Traçar os primeiros momentos da história territorial de Alagoas através das imagens significa atentarmos para uma pequena faixa dos mapas, mas, por outro lado, para um ativo cenário desde os primeiros momentos da história do Brasil colonial, seja pelo bispo devorado, seja pelos quilombos, seja pelas guerras holandesas. Os dois últimos acontecimentos emolduraram a mudança de estatuto de três povoados, em pontos diferentes do território, que, como consequência, ascenderam à condição de primeiras vilas de Alagoas, em 12 de Abril de 1636, com as denominações de Bom Sucesso do Porto Calvo, Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul e São Francisco.

Na busca das suas representações, um conjunto de imagens vão ser oferecidas pelos mapas produzidos pela família Albernaz. Dentre o conjunto dos seus atlas, destacam-se duas imagens aquareladas inseridas no livro *Rezão do Estado do Brasil*, de 1616, de Diogo de Campos Moreno. Alagoas surge nesta representação confirmando a imagem do território sob o poder da água. Apresenta-se essencialmente como uma grossa faixa litorânea, recortada por vários rios, representados como arbustos azuis adentrando pelas terras. Nas suas pontas surgem engenhos, vilas e ícones sinalizando pequenas ocupações. As Alagoas de Diogo Campos Moreno terminam em um horizonte azul como as águas, reportando improváveis cadeias de montanhas.

Figura 19. Imagem sem título. João Teixeira Albernaz I.

Fonte: MORENO, 1616, 32.

Entre as águas, predomina a informação sobre os rios. No trecho onde se acumula maior número de dados geográficos e que se estende, provavelmente, do rio Persinunga (a toponímia não está totalmente legível) até as lagoas do Norte e do Sul, estão devidamente nomeados os rios *das Pedras*, *Tatuamunha*, *Camaragibe*, *Santo Antônio*, *Paripuera*, *Pioqua*, além de outros dois que, por conta de uma distorção na imagem acessada, não foi possível identificar. A legenda indica com letras maiúsculas as barras de *Tituamunha* (G), *Camaragibe* (H), *Santo Antônio Miri* (I), *Paripuera* (L) e *Jaragua* (M). Na região desta última barra surgirá a cidade de Maceió, no século XIX.

Continuando a sinalização das águas, foram representadas na forma gráfica e escrita as Lagoas do Norte e do Sul. Pode ser observada a indicação do nome *P^{to}. do Calvo* (P), possivelmente uma referência ao porto propriamente dito, já que a povoação que recebe este título, está situada a certa distância do mar e o nome disposto no

litoral. Vê-se a importância concedida às lagoas que se mostram cercadas por ícones que sugerem ocupação. Do Norte e do Sul, mas também conhecidas como Mundaú e Manguaba, as lagoas receberão em suas margens as futuras vilas de Maceió e Santa Maria Madalena, respectivamente.

Figura 20. Detalhe da figura 19.

Demarcação de rios e barras alagoanos, além de Porto Calvo, em destaque no retângulo.

Fonte: MORENO, 1616, 32. Esquema da autora.

Neste mapa não foram indicados textualmente engenhos de açúcar ou outros tipos de estrutura correlatas a esta atividade econômica, entretanto, a partir do texto contido na legenda, pode-se compreender a intenção desta carta e de expressiva parte do material cartográfico seiscentista, de se colocar como um guia, sobretudo para os acessos às propriedades produtivas: *“Mostrãoce todos os Rios e os acentos das fazendas e sua separação, e como demorão e o modo em que corre a costa. Com suas mais nesessárias conhecensas e advertimentos”*.

Os mapas de Albernaz e outros que se seguem ainda no século XVII se inscreveram assim na denominada ‘cartografia do açúcar’, denominação cunhada por Jayme Cortesão (1971) ao constatar que grande quantidade de mapas portugueses foi produzida não apenas para representar a costa brasileira, mas também para pontuar os engenhos de açúcar ou pelo menos, indicar seus acessos.

Na malha ondulada dos rios, ampara-se a representação gráfica de diferentes edificações isoladas, algumas com torre e cruz, com dois ou mais volumes e ainda outras mais simples, apenas como se reportasse a uma casa. O único povoado representado com indicação gráfica e textual é o de Santa Luzia. Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, a primeira e única vila situada na área das lagoas em todo o decorrer do século XVII e XVIII, e que, como se viu, alcançou este estatuto já em 1636, não é referendada. Santa Luzia, povoado contemplado com a representação mais completa – casario e nome - apenas foi elevado à vila em 1830.

Figuras 21 e 22. Detalhes da figura 19.

Representação de diversos tipos de edificações e indicação de Santa Luzia, respectivamente. Fonte: MORENO, 1616, 32.

O segundo mapa que reporta Alagoas, ainda no contexto do livro *Rezão do Estado do Brasil*, também sem título, possui aspecto semelhante à anterior, com tons de azul predominantes na paisagem aquarelada. No entanto, a configuração rumo ao interior é mais evidente, prolongando-se as serras e acompanhando-se em maior extensão o rio São Francisco. Pode-se observar um crescente número de elementos do território alagoano, indicados graficamente e pela legenda. Esta, além de identificar os dados contidos no mapa, também complementa o texto com algumas informações.

Diversos elementos naturais estão presentes, mas a legenda dá destaque para os rios, entre eles, o *São Miguel* (L) – “abundante de m^{tas}. cousas”; *Ipochi* (O); *Corovui* (provavelmente o Coruripe, devido à localização e à semelhança da toponímia) (P); *Ipeba* (Q); *dos Cabaços* (II) – q deçeda Serra de Comandatuba”; *Taraguaipu* (NN) e o *São Francisco*. Este rio não é mais simplesmente coberto por uma única nomeação,

mas já recebe indicação quanto à sua barra (A) e ao seu sumidouro (FF). São nomeadas também duas quedas d'água: *DD Primeyra cachoeira donde entra o rio de S. Fr^{co}*; *EE Segunda cachoeira donde entra o rio das cõchas* (possivelmente 'Conchas').

Dando continuidade aos elementos hídricos, as lagoas também foram representadas e indicadas na legenda, como a *do Norte* (G) e *do Sul* (I), ou seja, Mundaú e Manguaba, além das de *São Miguel* (E); *luquiau* (N), *Piaguy* (R), *Guaratuba* (T); *Parauna* (V). Nestas duas, diz a carta, "*se fazẽ pescarias*". Dois portos, com suas sondas (profundidades), estão demarcados neste mapa: *dos Franceses* e de *Iaragua* (Jaraguá), demonstrando, inclusive, a sua enseada. Desta maneira, de forma indireta, o território da futura capital, Maceió, que só se tornou vila e cidade no período republicano, inaugura sua representação, para além da geografia através do porto de Jaraguá, que conservou esta denominação até os dias de hoje.

Além dos elementos naturais, este mapa traz também informações acerca de uma aldeia, situada, no entanto, no lado pertencente a Sergipe, e representa graficamente algumas edificações localizadas nas proximidades das Lagoas do Norte (I e G) e do Sul e do rio São Miguel (L). Corroborando com a ideia de que os mapas de Albernaz possuíam como uma de suas intenções a localização dos acessos aos engenhos, esta imagem traz uma referência direta (gráfica e na legenda) à existência dos mesmos e de plantações de cana – "*G. Alagoa do Norte com dous engenhos*"; "*I. Alagoa do Sul com m^{tas}. canas dasucar*"; "*M. Casas e engenho dos Rochas. Snõrs deste Rio*".

O território alagoano recebe novamente a informação valiosa quanto à existência do povoado de Santa Luzia, identificado por uma iconografia que reúne algumas casas dispostas em torno de um espaço central, com uma edificação religiosa, configuração semelhante à do mapa anterior. A legenda refere-se ao núcleo como "*Villa nova de Santa Luzia, feita por hũ seguo*", embora se saiba que este povoado não tinha alcançado tal estatuto.

Figura 23. Estudo esquemático do mapa de Albernaz.

Original: Imagem sem título. João Teixeira Albernaz I. Fonte: MORENO, 1616, 34. Detalhe A. Barra do rio São Francisco (A) e aldeia (AA). Detalhe B. 1. Engenhos próximos à Lagoa do Norte; 2. Santa Luzia; 3. Engenho dos Rocha; 4. Porto de Jaraguá. Esquema da autora, 2017.

Ao final da legenda, o cartógrafo caracteriza os locais indicados neste mapa como “os lugares maes notaveis desta Comarca por sua grandesa”.

O mapa a seguir está inserido na obra *Estado do Brasil Coligido das mais sertãs notícias que pode avintar...*, de 1631, de Albernaz I e abrange uma área que se estende do rio São Francisco até as proximidades de Cabo de Santo Agostinho. As informações concentram-se na indicação dos principais rios, entradas, portos e arrecifes, incluindo também as sondas das barras, a fim de comunicar as possibilidades de navegação e ancoragem.

Os rios alagoanos cuja indicação textual foi identificada são: *Pirasinunga* (1); *Camargibe* (2) – com “barras para navios pequenos”; *Santo Antônio Grande* (3); *Santo Antônio Mirim* (4); *Riacho Doce* (5), *São Miguel* (6) – sobre este rio o mapa informa que “da banda do Sul tem barra para pataxos”; *Jaqueassu*, provavelmente o Jequiá (7); *Ypochi* (8); *Coruripe* (9); *Ypeba* (10) e *São Francisco* (11). Sobre este,

Albernaz refere-se novamente à barra, indicando a possibilidade de navegação por *caravelões e patachos*.

Quanto aos demais pontos de entrada têm-se: *Porto velho dos franceses bo' [bom] para pataxos* (A); *Porto dos Franceses em que entrão naos grosas. Entrão nelle* [trecho ilegível] (B); *Barra formosa de largura tem 80 braças, no Porto tem* [trecho ilegível]. *Capaz de grandes embarcações*(C).

Além desses pontos, foram indicados também: as *barreiras* (D); *Ponta de Pausara* (E); *Barra da Lagoa* (F); *Ponta de Piocaem* (G); *Porto das Pedras* (H); *P. do Calvo* (I); *Outeiro de São Bento* (J) e *Ponta dos Mangues* (L). Há ainda outros elementos representados, porém, a grafia impossibilitou sua identificação. Nesta carta surge mais uma indicação geográfica referente a Maceió: a ponta da Pajuçara, enseada que se segue à do Jaraguá e que mantém a toponímia até os dias de hoje.

Figura 24. Capitania de Pernambuco. João Teixeira Albernaz I, 1631.

Fonte: ALBERNAZ, 1631.

Finalizando a análise das obras de Albernaz I, segue uma carta contida na obra *Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz...* Este mapa abrange uma pequena parte do território do atual estado de Sergipe e a região correspondente ao território alagoano entre os rios São Francisco e o Santo Antônio Mirim (Pequeno). O texto no verso da carta menciona o rio São Miguel como o mais importante deste trecho e aponta os portos dos Franceses e o de Jaraguá como os principais. Sobre este último, acrescenta que tem “*agoa bonissima*” e que pode ser comparado ao de Recife.

Neste mapa as lagoas do Norte e do Sul estão claramente visíveis, inclusive com a indicação da barra da do Norte e sua profundidade. Há ainda outras três lagoas, porém sem indicação de toponímia, mas é provável que uma delas (10) seja a Lagoa do Roteiro, por sua dimensão e localização próxima ao rio São Miguel.

Figura 25. Sem título, João Teixeira Albernaz I, 1640.

Elementos representados – Rios: São Francisco (1); Riacho (2); Coruripe (3); laqueassu (4); São Miguel (5); Rio Doce (6); Santo Antônio Pequeno (7). Lagoas: sem nome (8) Hipochi (9); Lagoa (10); do Sul (11) e do Norte (12). Portos: Porto Velho dos Franceses (13); Porto dos Franceses (14). Outros: Barreiras vermelhas (15) e Ponta de Jaraguá (ou Jaraguara) (16).
 Fonte: *Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz*, chamado vulgarmente Brasil. Feito por João Teixeira.... Intervenção da autora, 2017.

Texto anexo ao mapa:

“Do Rio de São Frco. Vai continuando a Costa ao Nornordeste os Portos e Rios principais, são os seguintes: o Rio de São Miguel tẽ hua barra da banda do Sul pola qual entrão Caravelas e Pataxos, mastẽ hus baixos, da banda de fora da Barra que há mister piloto que saiba entrar, pẽra dentro; o Porto dos francezes em que podẽ entrar navios grossos tẽ a barra da banda do sul; A ponta de Iaraguaya, faz hu porto que está em 10 graos largos, emq podẽ surgir grandes navios, e, em grade cantidade, a entrada he pola banda do Norte e na mesma ponta tẽ agoa bonissima, he bõ porto emparado co o Recife. Toda esta terra He da Capitania de Pernaõbuco tão fertil e rica como se sabe.”

2.1.2. Os registros holandeses

O material referente ao período colonial holandês é também bastante vasto, além das crônicas de viajantes, militares e religiosos, foram confeccionadas também muitas imagens e verdadeiros tratados sobre as coisas do Brasil. Antes mesmo da investida contra o Brasil, já existiam nos Países Baixos, ainda no século XVI, exímios cartógrafos, astrônomos e gravadores, prontos para competir com os portugueses.

Após o estabelecimento em Pernambuco, aos poucos os domínios holandeses foram sendo ampliados, para o norte e para o sul, e, conseqüentemente, nova cartografia foi produzida para registrar as conquistas e demonstrá-las às altas autoridades da W.I.C..

A iconografia produzida durante o período de dominação neerlandesa é caracterizada pela intensidade e pela qualidade da produção. É confeccionada de forma detalhada, com o intuito principal de registrar e informar aos sócios da Companhia das Índias Ocidentais (Westindische Compagnie, WIC) quanto às ações que estavam sendo empreendidas. Nesses mapas podem ser observadas, por exemplo, a localização de fortificações, a configuração do traçado dos caminhos e as características dos sítios naturais, aspectos importantes para a elaboração de estratégias de ocupação de um território.

2.1.2.1. Alagoas sob o olhar Frans Post – o exemplo de Porto Calvo

A paisagem

¹³ alagoana foi retratada por Post através de suas três vilas seiscentistas: Porto Calvo, Alagoas e Penedo. São ao todo duas pinturas realizadas ainda no Brasil – Porto Calvo e O Rio São Francisco – e quatro gravuras que compõem o livro de Gaspar Barleus ¹⁴ – Forte Maurício, Porto Calvo, Batalha de Porto Calvo e Alagoas. Estas vistas consistem em valiosos documentos visuais sobre as terras alagoanas seiscentistas, pois guardam em si uma multiplicidade de informações e significados, possibilitando diversas interpretações.

Frans Post nasceu na cidade de Haarlem, na Holanda, no ano de 1612. Porém, pouco se sabe de sua vida, tanto pessoal como artística, antes de sua aventura nas terras do Novo Mundo. A sua vinda ao Brasil, em 1637, se deu por intermédio de seu irmão, Pieter Post, que o indicou a Maurício de Nassau, quando este foi nomeado governador do chamado Brasil holandês¹⁵ (LAGO, 1999).

Recebeu a incumbência de registrar as áreas – principalmente cidades, vilas e povoados – dominadas pelos holandeses, bem como as batalhas e as principais edificações construídas ou conquistadas por estes.

¹³. Quando aqui se fala em paisagem deve-se salientar a sua caracterização efetuada pela Geografia Humana, principalmente nas palavras de Milton Santos, que a trata como uma categoria espacial bastante ampla e complexa, que envolve diferentes formas de conceituação e de percepção: “A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual” (SANTOS, 2006, p.67).

¹⁴. História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil. (1647). Livro elaborado por Maurício de Nassau a Gaspar Barleus, que narra os feitos do conde durante o tempo em que foi governador do Brasil Holandês.

¹⁵. Em 1624 os holandeses, representados pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC), invadiram a capital da província portuguesa, Salvador, com o objetivo de dominar parte das terras brasileiras e, principalmente, se beneficiar com a produção e comercialização do açúcar. Entretanto, seus esforços foram malogrados devido à forte resistência das tropas portuguesas. Com uma tentativa frustrada de dominação, as tropas batavas recuaram e aportaram na Baía da Traição – Paraíba. Após se apossarem de navios portugueses e espanhóis contendo grande quantia de produtos brasileiros e prata, a Companhia conseguiu arrecadar um volume monetário suficiente para saldar dívidas e financiar uma nova investida contra a costa brasileira. Desta vez o objetivo foi dominar a Capitania de Pernambuco e as regiões próximas, o que foi obtido com sucesso. Os holandeses permaneceram em terras brasileiras durante 24 anos, de 1630 a 1654, quando foram expulsos pelos portugueses. O domínio se estendeu de Pernambuco para as capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Maranhão. Entre os anos de 1636 e 1644 o conde João Maurício de Nassau foi nomeado governador do Brasil holandês.

Para Nassau, o trabalho de Post deveria ser sistemático: documentar em quadros a óleo as principais sedes holandesas no Nordeste, com o intuito não apenas do registro topográfico como provavelmente também com o objetivo mais imediato de decorar a residência do conde, que desejava ter sob seus olhos as vistas principais de seus domínios (LAGO, 1999, p. 240).

Segundo consta na literatura, Post pintou dezoito telas a óleo, representando diferentes pontos dos domínios holandeses, durante a sua estada no Brasil. Outras tantas vistas¹⁶ foram produzidas quando o pintor já estava de volta à Holanda, baseadas em desenhos feitos aqui. Infelizmente, apenas sete quadros dentre os dezoito são conhecidos atualmente. As dezoito telas foram doadas por Nassau ao rei da França, Luiz XIV e, ao longo dos anos, onze delas, por meio de saques ou doações, tiveram paradeiro desconhecido (Idem. p. 242-243).

A importância destas imagens, além da qualidade artística, se encontra na capacidade que as mesmas possuem de traduzir informações sobre diferentes aspectos do Nordeste colonial, como a topografia de uma região, as condições naturais do sítio de implantação de uma vila, as características arquitetônicas de algumas edificações, entre outros. No momento em que a arte na Europa está voltada para a beleza e o realismo naturais dos campos e bosques, Frans Post defronta-se com uma natureza desconhecida pelo além-mar e praticamente intocada, além de muito exuberante.

O Post “brasileiro”, o artista em sua fase primeira, produziu no Brasil observações que aliam uma grande precisão ao imediatismo da descoberta, o que tornou esses primeiros quadros não apenas raros testemunhos de uma realidade nunca antes observada como também obras de arte excepcionais, produto da aplicação de uma técnica tradicional aprendida na Holanda ao impacto da revelação da natureza dos trópicos (LAGO, 1999, p. 244).

Esse tema da paisagem brasileira é abordado por Frans Post em dois momentos distintos: o primeiro quando o artista estava no Brasil e o segundo quando este está de volta à Holanda. É claramente perceptível a diferença entre as obras produzidas

¹⁶. No catálogo “Frans Post – 1612-1680. Obra Completa”, de Pedro e Bia Corrêa do Lago, lançado em 2006, constam um total de 212 telas com autoria identificada, sendo 155 pinturas a óleo e 57 gravuras.

aqui e as confeccionadas na Europa. As primeiras, no caso as sete telas que restaram ao conhecimento geral, possuem um aspecto mais objetivo e descritivo da paisagem que o autor poderia estava vendo. Possuem um sentido inaugural, pois seu olhar inadvertido faz dele o primeiro pintor a representar a “natureza tropical americana”. É o que Oramas (1999) considera como a “primeira paisagem” brasileira.

Por outro lado, as paisagens brasileiras representadas quando o pintor já estava de volta à Holanda apresentam um aspecto mais exuberante, são fruto dos desenhos feitos em campo, mas, principalmente, resultado da memória do artista. Oramas (1999) considera essas pinturas como um artifício caprichoso de Post em reinventar a paisagem que o mesmo presenciou.

No entanto, se as paisagens posteriores de Frans Post forem consideradas sob outro ponto de vista, o da sua funcionalidade como ferramenta para o conhecimento do Novo Mundo, por parte dos europeus (e posteriormente para estudos diversos sobre esse período), ao invés de excessos, podem haver informações. Claro que se deve encarar essas imagens com algumas ressalvas, pois existe nas mesmas uma linha tênue entre o real e o simbólico.

De qualquer maneira, a maestria com que Frans Post representa cenas, pessoas, edificações, animais e outros elementos, com seus mínimos detalhes, confere a estas imagens um valor documental inegável. Pode-se observar, por exemplo, diversos espécimes da flora brasileira em detalhes cuidadosos de folhagens, flores e frutos; as características do sítio de implantação de um povoado, com as linhas de sua topografia, a presença constante de um curso d’água; aspectos da arquitetura de uma igreja ou convento; atividades cotidianas da população; o açúcar sendo produzido nos engenhos, etc.

A imagem aqui comentada consiste na pintura intitulada “*Porto Calvo*”. Foi executada em óleo, sobre uma tela de 63x89cm, e data de 1639. Esta vista retrata a vila de Porto Calvo, localizada atualmente na região norte de Alagoas. A vila foi alvo de intensas disputas entre portugueses e holandeses, por se tratar de uma região estratégica, tanto no que se refere a sua localização, como à produção de açúcar realizada nos arredores. Os portugueses foram expulsos em 1637, por soldados sob o comando de Maurício de Nassau.

Assim como a maioria das pinturas de Post, esta divide-se em duas partes: um extenso e pálido céu, característico de suas primeiras pinturas sobre o Brasil¹⁷, e uma parte terrestre, caracterizada por um intenso verde, que se prolonga até o horizonte longínquo.

Figura 26. Porto Calvo. Frans Post, 1639

. Fonte: LAGO, 2006, p.106.

Em primeiro plano, à esquerda, outro aspecto comum nos quadros deste pintor, há um elemento vertical (contrastando com a horizontalidade dominante no quadro) representado por uma imensa árvore. Sob a sua sombra, dois soldados dormem com suas armas descansadas, talvez para simbolizar o período de relativa tranquilidade que esta parte da colônia encontrou sob o governo de Nassau.

Tranquilamente também estão alguns índios próximos, estes, que se aliaram ao holandeses, parecem seguir por um caminho para desempenhar funções cotidianas. Na parte central da vista, próxima à linha do horizonte, estão representados o núcleo

¹⁷. Nas primeiras vistas que Frans Post pinta no Brasil o céu ainda está carregado com uma forte influência do céu holandês, ou europeu. As paisagens são dominadas por tons pálidos, acinzentados e sempre nublados. A exuberância azulada do céu do Nordeste, sinalizando a intensidade ensolarada dessas terras, somente será representada nas pinturas realizadas quando o pintor estava de volta à Holanda.

urbano da vila, o Forte da Povoação e mais alguns elementos de defesa, como redutos e muralhas.

Sobre a povoação, o que se pode observar é a existência de um agrupamento de edificações próximas a uma construção maior, a igreja matriz. A presença da igreja era de fundamental importância para as vilas neste período, para que pudessem ser realizados os santos sacramentos – batismo, casamento e extrema unção – que também desempenhavam importante papel civil, pois originavam registros populacionais.

O Forte da Povoação está localizado em uma das partes mais altas do sítio, o que facilitava a visibilidade e protegia o acesso à vila. Esta era uma das mais importantes fortificações da região. Embora a imagem não permita identificar os materiais de sua construção, é possível observar parte da sua volumetria poligonal, com a formação de um tipo de baluarte no lado esquerdo. As demais estruturas que compõem o sistema de defesa parecem ser construídas com terra, e se espalham para outros morros.

Figura 27. Detalhe da vista de Porto Calvo.

Destaque nos retângulos vermelhos: a povoação à esquerda, e o forte à direita. Intervenção da autora. 2015.

Ao observar a atual cidade de Porto Calvo e compará-la com a vista seiscentista, o que se percebe entre as possíveis permanências é a sua ondulada e verde topografia – sinalizando a precisão de Frans Post em retratar este aspecto – ainda hoje marcada por extensos canaviais, e o destaque da igreja matriz entre as demais edificações ao seu redor.

Figuras 28 e 29. Vistas da atual cidade de Porto Calvo/AL.

Fonte: Acervo da autora, 2016.

Várias outras informações podem ser recolhidas a partir dessa vista, principalmente se a análise for enriquecida com outras fontes do mesmo período. As telas de Frans Post guardam em cada centímetro quadrado um instigante universo de informações sobre o Brasil colonial, desde o tipo de pincelada à espécie vegetal representada, que pode ser, por exemplo, uma planta exótica, trazida pelos colonizadores e incorporada à paisagem tropical.

Não se pretendeu, neste momento, realizar um exaustivo e aprofundado estudo sobre a obra de Frans Post e sobre as paisagens alagoanas que este retratou. Mas tão somente abrir uma outra possibilidade, além do texto escrito, para auxiliar na interpretação do processo de urbanização. Esta imagem consiste em um exemplo de como os europeus olharam para a paisagem do Novo Mundo e de que maneira eles se colocaram diante dela.

2.1.2.2. Alagoas a partir do registro de Marcgraf

Durante o período da administração de João Maurício de Nassau, as terras que foram Alagoas eram intensamente cruzadas, nas expedições que chegaram até o rio São Francisco, onde o conde realizou a sua maior obra de fortificação, o forte Maurício na vila de Penedo, localidade situada em ponto extremo da área de dominação neerlandesa.

Ao retornar à Europa, o conde organizou o material produzido no Brasil, destacando-se no que tange aos mapas, as cartas publicadas no livro de autoria de Gaspar Barleu, luxuosa obra encomendada por Nassau para relatar seus feitos no Novo Mundo. Dentre elas, evidencia-se a carta *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova...*¹⁸, de autoria de Georg Marcgraf¹⁹, produzida em 1643.

Em outra versão, a mesma carta surge como um mapa mural, desenvolvido em nove folhas, que em 1647 foram publicadas por Joan Blaeu, como um mapa único, compondo um painel de grandes dimensões (101x 160 cm), intitulado *Brasilia qua parte paret Belgis*. Este ainda lhe acrescentou um longo texto contendo informações sobre as capitanias representadas. Esta obra pode ser considerada o mais importante feito cartográfico do Brasil Holandês. Abarcando várias capitanias, informa minuciosamente sobre acidentes geográficos, caminhos, povoaamentos, engenhos etc.

Figura 30. *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova [...]*. Georg Marcgraf, 1643.

Fonte: HERKENHOFF, 1999, p. 72.

¹⁸. Título completo: *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova, Continens Praefecturas de Ciriji, cum Itapuama de Paranambuca, Itamaraca, Paraiba et Potigi vel Rio Grande. Quam propiis Observationibus ac dimensionibus, diuturna peregrinationi a se habitis, fundamentaliter superstruebat et delineabat Georgius Marggraphius, Germanus, anno Christi 1643.*

¹⁹. O alemão Georg Marcgrave acumulava diversas funções, como astrônomo, naturalista, matemático e cartógrafo. Além de observações astronômicas, realizou ainda um levantamento bastante detalhado da fauna e flora do Brasil, que continha ainda considerações sobre os ventos e chuvas da região, além de uma rápida observação sobre os índios. Essa obra foi publicada sob o título de *Historia Naturalis Brasiliae*, contendo cerca de 422 ilustrações (BOXER, 2004, p.211-212).

Embora ainda concentrado na costa, o território representado expande-se de maneira surpreendente em relação ao que se havia registrado anteriormente. É possível observar as terras alagoanas sob um ponto de vista bastante amplo, sendo possível identificar alguns mecanismos de territorialização utilizados pelos colonizadores como, por exemplo, a distribuição dos engenhos e currais, a localização das vias de penetração e a implantação dos núcleos habitados. Mais importante que a localização desses engenhos, foi representar os acessos a estes, indicando as principais vias fluviais e terrestres. Dentre estas, cabe salientar a importância dos pequenos mananciais, apresentados pioneiramente nesse mapa.

Apesar da existência de alguns problemas com a grafia e com palavras que atravessam diferentes idiomas, foi possível, cruzando os dados do mapa com fontes cartográficas atuais, a identificação da maior parte dos rios, povoados e engenhos indicados. Há uma copiosa indicação de caminhos entre os quais, o autor destaca, através de nomeação, o Caminho do Conde, podendo significar o percurso utilizado por Nassau ou por Bagnuolo, em suas expedições; e o Caminho de Camarão, ou seja, do líder potiguar fundamental na resistência aos neerlandeses organizada por Matias de Albuquerque.

Através da comparação com material cartográfico do século XXI, foi possível identificar semelhança entre os caminhos traçados por Marcgraf e estradas recentes. O caminho do Conde, ligado ao de Camarão, por exemplo, possui traçado semelhante ao da via formada pela AI 116 e parte da 110, além de partes das BRs 316 e 101. Há também um caminho desenhado próximo à Lagoa Manguaba e que hoje consiste na AL 215. Com algumas ressalvas, pode-se levantar a hipótese de que a origem de seus traçados remonta ao século XVII²⁰.

²⁰ Estes estudos comparativos dos rios, engenhos, currais, povoados e dos caminhos foram iniciados pela autora no âmbito de sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado (FAU/UFAL) e estão sendo continuados em tese de doutoramento (FAU/USP). Ver MENEZES, 2011.

Figura 31. *Praefectura Paranambucae pars Maridionalis*. Indicação de caminhos.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010. Infográfico: Catarina Agudo.

Figura 32. Mapa Rodoviário de Alagoas, 2002.

Indicação de possíveis permanências de caminhos seiscentistas. Infográfico: a autora, 2016.

Os quadros a seguir consistem em uma sistematização dos lugares, edificações, engenhos, povoações, rios e outros elementos registrados e representados por Georg Marcgrave no mapa *Brasiliae Geographica et Hidrographica Tabula Nova*.

Tabela 2. *Prefecturae Paranambucae Pars Meridionalis*. Quadro de Sistematização

RIOS				
São Francisco (ou Parapitinga)	Piagui	Ipoxi	Piracaba	Piaçica
Parauna ou Parauma	Cururuí	Ilequea (Jequiá)	Cabotá	Urubutinga
Çenembi ou Rio de São Miguel	Çobauma	Itinga	Paraíba	Tobatinga
Miguai	Tagoa (?)	Guiratinga	Igapi	Copaíba
Potiguaçu	Miguai	Rio de Pero Cabreiro	Mondai (Mundaú)	Potiguaçutiba
Carrapato	Rio das Lagoas	Rio Doce	Çabuçu	Paripoera
Ipioca	Rio dos Frades	Guaraiguaçu ou Castanha	Ietitiba	Tapamandé
Rio de Santo Antônio	Rio Parariji (?)			
LAGOAS				
Upabuçu (Lagoa Grande)	Upaba	Piripiri	Lagoa Doce	Ilequea
Lagoa Tabeada (ou Taboada)	Lagoa Salgada	Lagoa d'Acarpeba	Paraigera ou Alagoa do Sul	Mondai ou Alagoa do Norte
POVOAÇÕES				
Nossa Senhora da Aiuda (Ajuda)	Santa Luzia	Nossa Senhora da Conceição		
IGREJAS				
Nossa Senhora da Conceição São Gonçalo	Santo Amaro	Nossa Senhora d'Aurade	Nossa Senhora do Loretto	N. S. da Aiuda
ENGENHOS				
N. S. do Rosário	Salgado	N. S. da Anunciação de S. Gabriel (Velho)	N. S. da Aiuda	N. S. da Encarnação
N. S. da Penha de França	São Cristoval (S. Cristóvão)	Santo Antônio		
OUTROS ELEMENTOS IDENTIFICADOS				
Currais (diversos)	Porto dos Franceses	Ponta de Iaragua	Ponta de Iossara	Ilha da Misericórdia
Ilha dos Porcos	Forte Mauritius			

Fonte: A autora, 2017.

Tabela 3. *Prefecturae Paranambucae Pars Borealis*. Quadro de Sistematização.

RIOS				
Rio de Frades	Guaraiguaçu ou S. Antônio Grande	Agoa Fria	Camuriji (Camaragibe)	Iaçaratinga
Tatuaymunha	Mangaguaba	Iaparutuba	R. de São Bento	Mariguiji
Oiebir	Piraçununga	Amoii	Rio de I. Dourado	Maciaguaçu
Rio de I. Barbosa	Itinga	Guatapi	Comendatiba	Tapamundé
Agoapetiba	Mocibita (?)	Rio do Carçoço	Çurubina	Urupeima
Çubiai				
PORTOS				
Baya Grande ou Porto do Calvo	Porto das pedras			
POVOAÇÕES				
	Nossa Senhora da Apresentação ou (?) ou Porto Calvo			
IGREJAS				
N. S. de Guadalupe	São Sebastião	São Bento	Santo Antônio	Velha de São Miguel
São Sebastião	Santo Amaro			
ENGENHOS				
Novo	Spirito Santo	Bom Jesus	S. ?	N. Senhora da Aiuda
São Francisco	São Cosmo	Alpoins		
OUTROS ELEMENTOS IDENTIFICADOS				
Currais (diversos)	Porto dos Franceses	Ponta de Iaragua	Ponta de Iossara	Ilha da Misericórdia
Ilha dos Porcos				

Fonte: A autora, 2017.

Portanto, Marcgraf fornece para o território alagoano um bom número de dados que são demarcados com exatidão, se considerarmos os recursos da época. Geografias, caminhos, indicações de obras arquitetônicas, mostram-se semeadas pela superfície do mapa com relativa precisão.

No século XVII a política utilizada no período dos descobrimentos é transformada em uma política efetiva de expansão e ocupação, de “efetivo controle, conhecimento e consolidação do domínio das terras”. Nesse período a defesa do território foi de grande importância, entrando em cena uma figura fundamental. Nesse processo houve também a transição da função do cosmógrafo-mor, responsável pela produção cartográfica do reino e da colônia, para os engenheiros militares. Estes começaram a ser formados em Portugal ainda no século XVI, nas Academias do reino, que consistiam em escolas de fortificação (BUENO, 2007, p.32-34).

Essa transição foi refletida na configuração dos mapas brasileiros de meados do século XVII em diante. Os engenheiros militares se diferenciavam dos cosmógrafos e demais cartógrafos, pois, seus mapas, além de representarem a costa brasileira, traziam ainda avanços gráficos na representação das edificações existentes. Além disso, os engenheiros possuíam a vantagem de realizar os levantamentos, produzir as cartas e ainda construir os equipamentos de defesa (BUENO, 2007, p.33).

A partir desse momento, a cartografia do Brasil começa a adquirir nova feição. A intenção da Coroa com esses mapas é registrar e planejar a ocupação efetiva das regiões, investindo, inclusive, no conhecimento e ocupação do interior brasileiro. Novas técnicas cartográficas são desenvolvidas pelos engenheiros militares; a aplicação da geometria torna-se mais evidente, nos núcleos urbanos e em seus consequentes planos e representações.

O século XVIII é marcado pela ação rígida e categórica desses profissionais. Este período também é caracterizado por uma intensa expansão das fronteiras coloniais, cujos limites invisíveis de ocupação já estão bem mais afastados da costa oceânica²¹. E nesse processo de expansão dos domínios portugueses, os engenheiros militares, e os mapas por eles produzidos, vão desempenhar um papel estratégico fundamental, na fundação de novas vilas e cidades, na construção de defesas, no reconhecimento e demarcação dos limites mais longínquos da colônia portuguesa, chegando inclusive a mesclarem-se com as dominações espanholas²²

2.2. *Alagoas na cartografia setecentista*

O mapa que se segue, datado de 1776, encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional, e embora seja já da segunda metade do século XVIII (período em que os aspectos gráficos dos mapas passam a ser mais sóbrios), esse exemplar apresenta-se com certa liberdade na representação de alguns elementos, aproximando-se dos mapas

²¹. Diversos estudos tem sido realizados na última década sobre a expansão da colonização portuguesa para áreas mais distantes da costa atlântica, como o sertão nordestino, a ampliação da capitania de São Paulo, e as áreas do Mato Grosso e Goiás, com intensificação dos processos de exploração, fortificação e fundação de cidades e vilas. Ver: DERNTL, 2010; BOAVENTURA, 2007; ARAÚJO, 2000.

²². No século XVIII foi necessária a realização de três tratados – de Madrid (1750), de El Pardo (1761) e de Santo Ildefonso (1777) – e várias negociações entre Portugal e Espanha para que as fronteiras entre as possessões das duas coroas fossem delimitadas. Ver BUENO, 2001.

de períodos anteriores no que se refere, por exemplo, ao desenho figurativo, para indicar a vegetação, como o coqueiro, e a exuberância para representar os núcleos de povoamento, indicados com um agrupamento de edificações, algumas inclusive de grande porte, com torres e pináculos, contrastando com a arquitetura local, que, em sua maioria, era mais singela e/ou rústica²³.

O título, *Mappa tipográfico dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco*, apresenta-se emoldurado por um elaborado cartucho, uma das poucas concessões no século XVIII, no que tange à ornamentação cartográfica²⁴. A autoria é de Nicolao Martinho, conforme consta no cartucho da legenda, mas é possível que tenha havido uma colaboração ou intermediação de Joaquim dos Santtos de Araujo, que assina o cartucho do título.

Como o próprio título indica, este mapa abrange da Bahia de Todos dos Santos até Olinda. Apresenta a demarcação de diversos rios e seus afluentes, além de portos, entradas e baías, vilas e povoações, além de algumas fortificações (nas partes da Bahia e Pernambuco).

Figura 33. *Mappa tipográfico dos Portos, e Costa da Bahia de todos os Santtos, Olinda e Pernambuco*. Nicolao Martinho, 1776.

Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Seção de Cartografia. Localização: ARC.033,06,003

²³ . No século XVII, como se viu anteriormente, as imagens de Frans Post dão um pouco a medida da feição das cidades e vilas do nordeste neste período. Sobre a arquitetura brasileira nos séculos XVIII e XIX, ver REIS FILHO, 2006.

²⁴ BUENO, 2011.

Figura 34. Detalhes do mapa anterior demonstrando formas de representação da vegetação e dos núcleos urbanos, além da localização de fortificações.

Possivelmente, por se tratar de um mapa de levantamento de portos, concentra as informações ao longo da costa oceânica, trazendo poucas informações sobre as regiões mais internas do território, visto que no período de confecção do mapa a expansão para os sertões já era intensa em alguns pontos²⁵. A topografia também parece ter sido desenhada de forma genérica, por meio da indicação de alguns grupos de morros aleatórios.

No trecho que corresponde a Alagoas as informações são bastante resumidas em relação. No que tange à hidrografia, são representados os principais rios – Camaragibe, Santo Antônio Grande, Santo Antônio Mirim, Paraíba, São Miguel, Coruripe e São Francisco – além das duas maiores lagoas, do Norte (Mundaú) e do Sul (Manguaba), mas nomeando-as somente como “As Alagoas”.

É interessante observar que as chamadas “barreiras vermelhas” (e), elemento frequentemente citado desde o século XVI, nos textos dos viajantes, e também representado no XVII, na cartografia dos Albernaz, surgem novamente indicadas neste mapa²⁶.

Este mapa apresenta algumas novidades no que tange à quantidade e localização de vilas alagoanas, representadas com ícones bastante exuberantes. Além das já existentes no século XVII – Porto Calvo, Alagoas e Penedo – são incluídas outras três vilas – de Santo Antônio, de São Miguel e de Piaçabuçu. Entretanto, há um equívoco quanto à localização (ou talvez a toponímia) da Vila de São Miguel. Esta está

²⁵ . Sobre a ocupação dos sertões no século XVIII ver ARRAES, 2013.

²⁶ . Ver SOUSA (1587), 1938.

localizada, no mapa, onde situava-se a vila do Norte, ou Santa Luzia. Também a vila de Alagoas aparece um pouco distante da sua real localização, ao invés de estar nas margens da lagoa Manguaba, encontra-se situada nas proximidades do rio São Miguel.

Além das vilas, são indicados outros quatro núcleos de povoação – Barra Grande, São Bento, Massagueira e uma aldeia, chamada Oytiuba - além de um engenho, localizado em uma das ilhas do rio São Francisco, indicado na legenda.

Figura 35. Detalhe do mapa anterior

Destaque para a área que corresponde a Alagoas e a indicação de alguns elementos do seu território.

Legenda: 1. Porto Calvo; 2. Vila das Alagoas; 3. Vila de Penedo; 4. Vila de Santo Antônio; 5. Vila de São Miguel; 6. Vila de Piaçabuçu; 7. Barra Grande; 8. São Bento; 9. Massagueira; 10. Aldeia de Oytiuba. Infográfico da autora, 2016.

Embora a cartografia seja uma ferramenta inestimável para os estudos de urbanização, sabe-se que os mapas históricos devem ser interpretados amparados com outros documentos, como outras séries cartográficas contemporâneas, além de fontes escritas. Nesse sentido, deve ser feita uma ressalva para o mapa aqui analisado, no que concerne à quantidade de vilas representadas na comarca de Alagoas.

Segundo o manuscrito “*Idea da População...*”²⁷, de 1774, a Comarca de Alagoas contava somente com 4 vilas oficiais – Porto Calvo, Alagoas, Atalaia e Penedo. Possivelmente movido por intencionalidades ainda desconhecidas, é provável que o autor do mapa tenha considerado alguns povoados como vilas, da mesma forma que omitiu em sua representação outros núcleos habitados já existentes no período, como Poxim.

A análise da iconografia colonial, sobretudo a cartografia dos séculos XVII e XVIII compreender que a formação do território de Alagoas envolveu diversos processos territoriais além da fundação das vilas oficiais. O material analisado até o momento demonstra uma grande variedade de elementos que denotam a fixação humana no território e posteriormente a sua urbanização.

²⁷ . *Idéa da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, Povoações notaveis, Agricultura, número dos engenhos, Contractos e Rendimentos Reaes m augmento que estes tem tido & &, desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitam General José Cezar de Menezes*. Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Seção de manuscritos. Localização: 11,3,006

3. AÇÚCAR, TERRITÓRIO E ARQUITETURA COLONIAL

O processo de urbanização de Alagoas no período colonial envolveu diversos agentes e elementos que, cada um com a sua singularidade, e ocorrendo em diferentes regiões, contribuíram com três etapas primordiais neste processo: a primeira fixação no território, a consolidação dessa ocupação e a sua posterior expansão. Entre esses agentes, os engenhos de açúcar viveram importância fundamental para a construção das bases territoriais e sociais (inclui-se aqui a economia e a cultura) do que hoje é conhecido como o Estado de Alagoas.

O surgimento dos engenhos de açúcar no Brasil ocorreu em decorrência de uma estratégia comercial implantada pelos portugueses, a fim de otimizar o uso das terras brasileiras. A cana-de-açúcar foi trazida pelos portugueses ainda no século XVI. Devido à grande extensão territorial da colônia e suas características naturais propícias para o desenvolvimento da lavoura canavieira, os colonizadores logo se empenharam no estabelecimento destas 'fábricas'.

A economia açucareira teve forte influência na formação territorial de várias partes Brasil. Com a produção de açúcar, os europeus puderam fundamentar as bases da ocupação efetiva na colônia brasileira. A riqueza gerada pela fabricação e comercialização do açúcar permitiu que a colônia alcançasse grande desenvolvimento em todas as suas dimensões.

Em fins do século XV e início do XVI, o açúcar era um produto raro e de grande valor na Europa. Introduzido naquele continente principalmente pelos árabes, era considerado uma iguaria e seu consumo restrito, usado muitas vezes como presente para nobres ou como medicamento. A sua produção, na época, estava restrita à Ásia. Conforme a procura pelo produto aumentava, sua produção foi também estimulada, ocorrendo, dessa forma, o início de sua difusão. Entretanto, o açúcar não era como as demais especiarias então comercializadas, pois resultava de um sistema produtivo bastante complexo, como coloca Gomes (2006, p. 23):

Esse produto tão raro não era, ao contrário das demais especiarias contemporâneas, um produto agrícola e sim o complexo resultado do beneficiamento apropriado da cana-de-açúcar, que tinha e ser plantada, colhida, espremida, cozida, purgada e embalada até se transformar num bem comercializável.

Os portugueses adquiriram e desenvolveram experiências quanto à fabricação do açúcar a partir do contato com a Sicília, implantando-as através da instalação de estruturas produtoras na Ilha da Madeira, incentivados pelos genoveses (GOMES, 2006, p.23). Outros países europeus, como Espanha e Itália também iniciaram a produção açucareira em algumas de suas colônias, no entanto, Portugal se destacou no cenário produtivo e o açúcar da Madeira alcançou o comércio internacional, sendo, no entanto, posteriormente superado pelo açúcar produzido no Brasil (SIMONSEN, 2005, p.114-115).

3.1. Princípios da produção de açúcar no Brasil

O processo de fabricação do açúcar não foi implantado no Brasil em larga escala de imediato. A colonização brasileira, inicialmente, não trouxe os resultados financeiros imediatos esperados pela metrópole portuguesa, como salienta Gilberto Freyre (2006, p.87):

Cravo, pimenta, âmbar, sândalo, canela, gengibre, marfim, nenhuma substância vegetal ou animal de valor consagrado pelas necessidades e gostos da Europa aristocrática ou burguesa os portugueses encontraram nos trópicos americanos. Isto sem falar no ouro e na prata, mais farejados do que tudo e de que logo se desiludiram os exploradores da nova terra.

A aquisição de peles, animais silvestres, plantas medicinais e a extração de madeiras de tinturaria (sobretudo o pau-brasil) e para a construção naval eram atividades em certa medida lucrativas, porém, não substituíam as expectativas de encontrar ouro e pedras preciosas em terras brasileiras. Além disso, a exploração extrativista não demandava uma fixação de grande quantidade de colonos, nem a construção de estruturas materiais duradouras. As primeiras instalações portuguesas de que falam as fontes consistiam nas feitorias, locais precariamente construídos para armazenamento e troca de mercadorias entre portugueses e índios.

Nesse contexto inicial de colonização, em que o povoamento por parte dos europeus necessitava de um incremento, o engenho desempenhou importante papel como agente para a fixação do português à terra, pois a produção de açúcar consistia em uma atividade permanente, que demandava trabalho constante.

Entretanto, Portugal não estava interessado apenas no povoamento do Brasil. Sua intenção principal era obter o maior ganho possível a partir da exploração da terra. As expedições e os “descobrimientos” eram empreendimentos comerciais e visavam, portanto, a obtenção de áreas economicamente exploráveis.

Somente a fixação à terra brasileira, com espírito empresarial, procurando tirar dela o maior proveito com a produção de uma mercadoria de alto valor na Europa, estimulou a colonização portuguesa. [...].

Esse foi o verdadeiro sentido da colonização europeia nos trópicos, de que o Brasil é um flagrante exemplo. Tratava-se de tirar o maior proveito econômico de um território virgem e não de ocupar terras sob pretextos civilizadores, até religiosos. A exploração do açúcar no Brasil era um negócio da coroa portuguesa e o rei era um mercador (GOMES, 2006, p.25).

A alta lucratividade advinda da comercialização do açúcar atraiu diversos investidores, grandes e pequenos que vieram para o Brasil em busca de riqueza. Dessa forma, já nas primeiras décadas do século XVI, começam a surgir os primeiros engenhos de açúcar no Brasil. Segundo Varnhagen (1975, p.92), existe um alvará de 1516 referente à construção de um engenho. Entretanto, a produção açucareira do Brasil nesse período iniciou ainda tímida, mas, como um processo crescente, se expandiu cada vez mais e alcançou grande desenvolvimento, chegando ao seu apogeu entre o período de 1600 a 1700, quando o Brasil se tornou o maior produtor de açúcar do mundo.

A vinculação entre o engenho e o povoamento se deve ao fato de que o engenho era então uma estrutura produtiva bastante complexa, pois eram desenvolvidas em seu interior, e em toda a extensão onde a cana era cultivada, diversas atividades relacionadas à produção do açúcar, o que demandava uma grande quantidade de trabalhadores. Segundo Simonsen (2005, p.118), dependendo do porte do engenho, este poderia assemelhar-se a uma pequena povoação. Dessa forma, grande quantidade de pessoas era deslocada para determinada região, e a partir de seu crescimento favorecia o aumento da população nas terras brasileiras.

O engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, da casa do engenho, da de moradia, senzala e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapê (de novecentas braças quadradas),

além dos pastos, cercas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais.

Figura 36. Ingenho Masçiappe, Zacharias Wagener.

Esta imagem mostra a grande dimensão que um engenho podia ter.
 Fonte: TEIXEIRA, 1997: 187.

3.2. Os engenhos no Nordeste

Na região Nordeste os engenhos se expandiram a partir de dois pontos: de Olinda (que era o principal núcleo urbano da colônia no século XVI) para o sul, até Penedo e para o norte, até Goiana, chegando até a Paraíba e o Rio Grande do Norte; de Salvador a cultura da cana se expandiu para todo o Recôncavo Baiano (ANDRADE, 2007, p. 15). Esta expansão formou o que estudiosos chamam de “civilização do açúcar” e determinou de maneira decisiva a forma como os núcleos de povoamento rurais e urbanos surgiram e se desenvolveram.

Durante o século XVII a Capitania de Pernambuco possuía uma produção de grande vulto, representando a maior parte da produção de toda a colônia. Em meados daquele século Pernambuco possuía cerca de cento e cinquenta engenhos (segundo relatos holandeses) que fabricavam açúcar suficiente para encher entre oitenta e noventa embarcações de grande porte por ano, as quais aportavam constantemente no porto de Recife.

Pernambuco tem cento e cinquenta engenhos de açúcar e cada um deles já mister ao menos vinte e cinco pessoas, entre brancos e negros, para moer, assim dos oficiais que fazem o açúcar, como escravos que servem nas fornalhas, metem cana nos engenhos e

cortam e a carretam; e cortam e combóiam a lenha necessária e muitos carros e bois que servem neste ministério. E quem deitar bem a conta conhecerá a multidão de gente que se ocupa nos engenhos e lavradores de cana e quantos se podem ocupar na guerra e plantar mantimentos não moendo os engenhos (CALADO, 1648, p.648).

Como já foi mencionado, da instalação de um engenho decorria a formação de um núcleo de povoamento, inicialmente o do próprio engenho e aos poucos no seu entorno e, à medida que a cultura da cana se expandia para regiões mais distantes, também os povoados se espalhavam para áreas menos habitadas. Outro elemento relevante de

Desbravando o território, as primeiras bandeiras que o exploraram, assentam na construção de engenhos os fundamentos da colonização. Saem deles os núcleos de povoamento, expandindo-se em blocos, às vezes, dispersos, pela disseminação dos engenhos. A seguir o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar adensa a população que vive, ou que vegeta, em derredor da exploração do açúcar. Não só do açúcar; do próprio homem também (DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p. 25).

A sociedade que surgiu a partir dos engenhos estava fundamentada sobre a produção de pequenos e médios produtores, do patriarcalismo, sob a figura central do senhor de engenho, e do trabalho escravo – que inicialmente tentou atrair os indígenas para as plantações e fábricas, mas devido ao fracasso dessa tentativa, foi buscar no povo africano os seus trabalhadores, o que resultou no tráfico de milhares de negros procedentes de diversas regiões da África. Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-Grande & Senzala* (ano da 1ª edição), destaca este caráter agrário e híbrido da sociedade em formação:

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio- e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional [...] (FREYRE, 2006, p.65).

Como se observa, o funcionamento dos engenhos dependia essencialmente do trabalho servil. Alguns portugueses podiam ser encontrados desempenhando atividades de comando, como os feitores e capatazes, entretanto, a grande maioria das atividades envolvidas na fabricação do açúcar era executada pelo escravo. A cada ano era crescente o tráfico de pessoas vindas da África, principalmente das regiões de Angola. O escravo era tido como uma mercadoria, de muito valor por sinal, caso fosse um trabalhador forte e saudável e de pouca resistência às ordens e aos castigos dos senhores.

A produção e a comercialização do açúcar no Brasil alcançaram elevado nível de desenvolvimento, proporcionando o envio de grandes quantidades do produto para Portugal e outras regiões da Europa. Esta riqueza acabou por atrair o interesse de outras nações europeias, com tentativas de invasão e fixação, principalmente na costa brasileira, como os franceses que tentaram se estabelecer em diferentes regiões como o Maranhão e o sul da Capitania de Pernambuco, na parte correspondente a Alagoas. A tentativa francesa foi, porém, frustrada, pois os portugueses conseguiram expulsá-los de seus domínios. Entretanto, os holandeses conseguiram se fixar e dominar, inicialmente a capitania de Pernambuco e depois outras cinco capitanias.

Figura 37. *De Stadt Olinda de Pharnambuco, verovert by Den E. Generael Hendrick C. Lonck, Anno 1630/Olinda de Pharnambuco / Aldus na't Leven op de rede afgeteyckent anno 1630.* Claes Jansz Visscher

Representação da chegada dos holandeses a Olinda.
Fonte: REIS, 2000: 80.

Nos primeiros momentos da dominação holandesa a produção açucareira caiu consideravelmente, devido aos grandes estragos causados pelas batalhas. Os diversos incêndios e saques deixaram muitos engenhos pernambucanos em condições precárias, prejudicando o processo de fabricação do açúcar. Diversos relatórios holandeses da época contêm levantamentos sobre a situação física em que se encontravam os engenhos, os reparos necessários e se seriam capazes de moer ainda no mesmo ano.

Na jurisdição das Alagoas

106) Engenho de Manuel Ramalho, agora pertencente a David de Vries, está arruinado, mas está sendo reparado e replantado.

107) Engenho dos Alpains, está arruinado.

108) Engenho do Morro, pertencente a Rodrigo de Barros Pimentel.

109) Engenho Santo Antônio, pertencente ao mesmo Rodrigo de Barros.

110) Engenho São Francisco, pertencente a Manuel Carvalho de Queiroga, mói.

111) Engenho de Cristóvão Botelho, arruinado.

112) Engenho Novo, do dito Botelho, arruinado.

113) Engenho de Bartolomeu Lins d'Almeida, mói.

114) Engenho de Cristóvão Dias Delgado, arruinado.

115) Engenho de Domingos Gonçalves Margen, mói.

Seguem os engenhos de Alagoas, com os situados em Alagoas do Norte:

116) Engenho Nossa Senhora da Ajuda, pertencente a François Cloet, é engenho d'água e mói.

117) Engenho Nossa Senhora da Encarnação, pertencente a Antônio Martins Ribeiro, mói.

118) Engenho que foi de Lucas de Abreu, está arruinado e foi confiscado. Nas Alagoas do Sul:

119) Engenho Novo Nossa Senhora do Rosário, pertencente a Gabriel Soares, mói.

120) Engenho Velho, pertencente a Domingos Rodrigues d'Azevedo, mói.

121) Engenho São Miguel, pertencente a Martys Mendes, não moerá. (VAN DER DUSSEN [1640], 1947, p.58-62)

No entanto, após o estabelecimento holandês, principalmente durante o período em que governou Maurício de Nassau, a produção açucareira de Pernambuco, e demais capitanias dominadas, retomou o seu crescimento e importância no panorama internacional. O período em que Nassau governou o Brasil holandês encontrou um cenário de relativa tranquilidade no que diz respeito às batalhas contra os portugueses.

A relativa tolerância promovida pelos holandeses era decorrente de um interesse maior em ver o português de volta à terra, uma vez que o holandês estava muito mais familiarizado com a vida urbana, não possuindo afinidades com as atividades rurais. Isso permitiu a convivência temporária entre lusos e batavos, contribuindo para a retomada das atividades de produção do açúcar. Os constantes investimentos realizados pela W.I.C. também colaboraram para o desenvolvimento da economia, ainda que com a constante oscilação dos preços do açúcar no mercado.

Após a expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco, a produção açucareira volta às mãos portuguesas. Entretanto, essa produtividade entra em declínio em fins do século XVII e começo do XVIII, com a crescente produção de açúcar em outras colônias, como Cuba e as Antilhas, bem como em decorrência da descoberta de ouro nas Minas Gerais, acarretando na evasão de colonos e escravos para a região aurífera.

3.3. Aspectos gerais do engenho

Os engenhos eram estruturas bastante complexas, que envolviam várias funções relacionadas diretamente ou não com a produção do açúcar. Diversos cuidados deveriam ser tomados, desde a escolha da espécie de cana, que deveria ser aquela que possuísse maior quantidade de caldo e fosse mais doce. Em seu livro *Cultura e opulência do Brasil*, escrito em 1711, André Antonil elabora um verdadeiro manual de como proceder para a construção e manutenção de um engenho. Entre vários aspectos relacionados à produção de açúcar, o autor acrescenta até mesmo conselhos referentes a como o senhor de engenho deve portar-se com seus funcionários e escravos, bem como com sua família e hóspedes. Mas sua contribuição principal é no que se refere à descrição das técnicas essenciais ao engenho.

O processo de fabricação do açúcar é constantemente descrito, em todos os seus pormenores, nos relatos holandeses, com o intuito de registrar o processo, bem como entendê-lo para dar prosseguimento nos engenhos então pertencentes à W.I.C.. Estes registros ajudam na compreensão de como o processo e o espaço estão interligados.

O caldo espremido cai numa canoa de madeira, colocada por baixo, chamada Coche; daí por meio de um canal corre para uma grande caldeira, não muito longe do engenho. Sobre aquela caldeira acha-se um tablado alto, qual está colocado uma outra canoa de madeira, para a qual da parte inferior sobe o caldo por meio de uns vasos; enfim é transportado para a cozinha e lançado às caldeiras. O caldo doce nem um só dia pode durar, sem ficar azedo, por isso, uma vez espremido logo deve ser fervido, porque não se pode fazer açúcar do caldo azedo; deixado por dois dias torna-se um vinagre forte [...]

²⁸ (MARCGRACE, 1942, p.82-85).

Além da casa de engenho, ou fábrica, e casa de purgar, o complexo produtivo possuía ainda outras duas estruturas fundamentais para o seu funcionamento e existência – a casa-grande e a capela. A primeira era símbolo do poder do senhor de engenho, representava a função política e administrativa do conjunto. A capela significava a dimensão religiosa, cristã católica, praticada pelos portugueses e imposta por estes aos escravos africanos. A existência de uma capela simbolizava a devoção e o respeito do senhor de engenho por determinado santo, ocorrendo, muitas vezes, engenhos batizados com nomes de santos.

Somente com estas quatro edificações básicas – casa-grande, engenho, casa de purgar e capela – o engenho já necessitava de uma área de grande extensão para que as edificações pudessem ser instaladas da forma adequada, havendo ainda a necessidade de um espaço livre para o desenvolvimento de atividades externas, como a secagem do açúcar e também a circulação de pessoas. Além disso, o complexo de produção do açúcar necessitava de várias instalações para realização de atividades menores, porém muito importantes para o funcionamento do engenho.

Eram necessárias atividades de olaria, carpintaria, marcenaria, caixaria, além de oficinas, alambique, depósito, estrebaria, e das moradias do capelão, do feitor, do mestre, do purgador, entre outras, e todas necessitavam de locais apropriados. Havia ainda as habitações dos escravos, denominadas senzalas. Estas possuem referências escassas quanto à sua configuração nos séculos XVI e XVII. Antonil (1982, p.24) descreve com clareza a complexidade que demandavam os engenhos:

²⁸. Marcgrave continua sua descrição detalhada, contemplando todas as etapas da fabricação, até o encaixotamento do açúcar.

Toda a escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta e duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimentos fardas, medicamentos, enfermaria e enfermeiro; e, para isso, são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca. Querem os barcos velame, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas, que por sete e oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e, para isso, há mister dous barcos velejados para se buscar nos portos, indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para comprar; ou grandes matos com muitos carros e muitas juntas de bois para se trazer. [...] Querem machados e serras. [...] São finalmente necessárias, além das senzalas dos escravos, e além das moradas do capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro, uma capela decente com seus ornamentos e todo o aparelho do altar, e umas casas para o senhor do engenho, com seu quarto separado para hóspedes que, no Brasil, falto totalmente de estalagens, são contínuos; e o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas e a casa de purgar, caixaria, lambique e outras cousas, que, por miúdas, aqui se escusa apontá-las [...].

Este complexo descrito por Antonil consistia o *engenho real*, era então o tipo de maior porte. Construído pelos senhores mais ricos, este engenho possuía uma estrutura produtiva completa, com todas as oficinas necessárias além do bloco básico de produção, moía com água, possuía também uma grande quantidade de escravos além de extensos canaviais. Entretanto, existiam também engenhos de médio porte, possivelmente a maioria entre os do Nordeste. Estes apresentavam estrutura mais simples, menos escravos e uma produção um pouco menor. Havia ainda as engenhocas, pequenas propriedades que, em sua maioria, produziam cachaça e rapadura.

Para a fundação de um engenho real eram necessários grandes investimentos, por isso, possivelmente, o engenho de porte médio tenha predominado nas terras pernambucas, pois, a grande produção de açúcar em Pernambuco justificava-se pelo número elevado de propriedades.

Pode-se, portanto, compreender a dimensão desses complexos e a sua representatividade para o desenvolvimento da colônia, sobretudo na capitania de Pernambuco. Devido à grande quantidade de propriedades instaladas nesta região, os engenhos foram pontuando o território, expandindo pelas matas o verde da cana-de-açúcar e delineando as bases da sociedade pernambucana, que na época incluía a área do atual estado de Alagoas.

Para que os engenhos pudessem ser instalados e funcionar adequadamente, eram necessários alguns pré-requisitos naturais básicos. O solo mais adequado para plantação da cana-de-açúcar, como já foi colocado, era o de massapé. Havia outros tipos de solo, mais arenosos, de terra vermelha, porém o massapé era o que melhor se adaptava à cultura canavieira.

Outro aspecto fundamental para a existência dos engenhos foi, sem dúvida, a presença dos rios e pequenos cursos d'água. A água era um fator indispensável para a sobrevivência do engenho. As primeiras instalações ocorreram nas terras mais próximas ao mar, para facilitar o recebimento de mercadorias e, principalmente, a comunicação com a metrópole e permitir o escoamento do açúcar. Quando não podiam ser fixados próximos ao litoral, eram então escolhidos locais os mais bem servidos de nascentes e cursos d'água.

Os rios possuíam funções variadas, todas, direta ou indiretamente, essenciais para a produção do açúcar. A água dos rios era utilizada para a movimentação da moenda, através da roda d'água, nos serviços gerais do engenho e das casas de moradia, para banhos e brincadeiras. A pesca também era desenvolvida nesses locais.

Importância fundamental tinham os rios na questão do transporte. Uma vez que as estradas de terra eram ainda muito precárias, e o perigo diante dos indígenas mais hostis era constante, os cursos fluviais eram a melhor alternativa para transportar pessoas e mercadorias. Através dos rios a produção de açúcar era escoada em barcaças para os portos. Por esse mesmo caminho eram trazidos mantimentos, além de tecidos e outros produtos do cotidiano português (SIMONSEN, 2005, p.118).

Todo o litoral brasileiro está literalmente tarjado de pequenos cursos d'água que se vêm lançar ao mar após terem banhado extensos vales. Por isso os engenhos de cana erigidos nas regiões ribeirinhas desfrutam grande economia tanto no transporte como na mão de obra. Além de moverem, esses rios, os engenhos instalados em suas margens, servem eles para transporte do açúcar e constituem via fácil para o abastecimento das usinas. Considerações assim tão vantajosas, não se encontram em nenhum outro país das Índias Ocidentais, e, por isso, neles não se poderia cuidar com lucro da cultura da cana (NIEUHOF, 2004, p.68).

Figura 38. Negros carregando açúcar (in pormenor de mapa de Pernambuco).

O transporte era feito em barcaças pelos rios. Fonte: PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000: 22.

A Capitania de Pernambuco era uma região privilegiada no que concerne a existência de rios próprios para o transporte de pequenas e médias embarcações e para a movimentação das moendas.

As sesmarias e datas concedidas por Duarte Coelho e pelos seus sucessores seguiram em Pernambuco as várzeas e as margens dos rios, tendo Igarapé, Olinda, Beberibe, Casa-Forte e Várzea como os seus primeiros pontos de fixação e a cultura da cana como sua base. Seguiram os vales do Capibaribe, na direção de Paudalho. Seguiram os vales do Ipojuca. (...)

Mas na Várzea do Capibaribe é que primeiro se consolidou a cultura da cana no Nordeste – a lavoura que daria relevo tão grande à capitania de Duarte Coelho [...] (FREYRE, apud. GOMES, 2006, p.70).

São vários os trechos dos relatos holandeses em que há a localização e descrição dos rios da Capitania de Pernambuco, demonstrando a importância dos rios para

produção de açúcar e o interesse por parte dos holandeses em localizar os pontos mais propícios para tal atividade.

Muitas vezes, dependendo da posição dos rios em relação aos engenhos a sua água era represada em açudes, construídos em pedra para racionalizar o uso da água, direcionando-a com mais facilidade para a roda da moenda ou para outras instalações, como a casa-grande. Segundo Couto (apud GOMES, 2006, p.34) a partir da disposição do açude em relação à fábrica, o engenho poderia receber diferentes nomes: *copeiro* – se a água viesse de área mais elevada – *covilhete* ou *meio-copeiro*, quando a água estava em uma altura menor e *rasteiros*, no caso de açudes mais baixos.

A topografia da região também interferia no processo de produção. Segundo os relatos holandeses, a cana se desenvolvia melhor em terrenos planos e baixos, como as várzeas, mas também podia se adaptar a áreas elevadas e montanhosas.

Esta cana, chamada Viba pelos índios, viça menos nos montes e colinas, embora irrigados, do que nos prados glebosos e pingues, como se pode ver nos campos da Prefeitura Pernambucana, de máxima fertilidade e planura, ótimos para a cana. Esses campos são cortados em todas as direções por grandes rios e aguadas pelas chuvas e inundações transbordantes das margens, por cujo benefício ficam livres das formigas e demais insetos daninhos, como só acontece às regiões europeias por acção da neve (PISO, 1948, p. 57-60).

Em outro trecho, Marcgrave indica até mesmo alguns locais específicos propícios para o plantio da cana-de-açúcar nas capitanias sob domínio holandês.

A cana exige um terreno pingue e húmido; por isso é plantada com muito proveito nos campos planos e baixos, chamados Ibipeba pelos indígenas e Varzeas pelos portugueses, que a natureza deu a esta terra, junto às margens dos grandes rios. Os campos se cobrem, na maior parte das águas dos rios e se tornam pingues pela inundação; planta-se também nos montes com menor proveito, a não ser que o terreno seja pingue. Direi especialmente que campos servem para o plantio da cana onde é excelente o fruto desta planta sacarina. As terras ribeirinhas do rio Paraíba, Capibari-mirim, Caracunhaia, Javapoata, Pirapana, Ipojuca, Cuinhaia, levam a palma entre todas as demais (MARCGRIVE, 1942, p.82-85).

Além das necessidades de água, de um solo e locais propícios para o cultivo da cana e produção do açúcar, o engenho apresentava ainda outra necessidade para o seu funcionamento. Durante o período que compreende os séculos XVI e XVII as técnicas empregadas na construção civil e naval, principalmente, utilizavam a madeira como uma de suas principais matérias-primas. No engenho não era diferente. A madeira era necessária na construção de vários elementos do engenho, bem como para alimentação das fornalhas.

A demanda era bastante grande, nas casas de moradia e instalações do engenho – para caibros, ripas, tábuas para piso, vigas, pilares, partes da moenda, a roda d'água, as caixas para armazenar açúcar, barcos, entre muitas outras coisas – a madeira era utilizada em larga escala. Isso sem contar com as extensas remessas de madeira nobre que foram para Portugal, principalmente após o terremoto que ocorreu em Lisboa, no século XVIII²⁹.

Dessa forma, nas terras dos senhores de engenho, ou pelo menos em suas proximidades, deveria haver extensas matas. Nesse aspecto a Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas era então muito farta, o que ocasionou uma grande retirada dessas madeiras, seja para a criação de áreas cultiváveis, seja para a utilização no engenho. Esse processo acarretou um profundo desmatamento da vegetação, acabando com várias espécies da região.

A Zona da Mata, onde se desenvolveu essa cultura, era de fato coberta de densa vegetação, como o seu próprio nome diz. O pau-brasil, entre outras árvores, já cobiçado e exportado antes da cultura da cana-de-açúcar, abundava nessa região.

Mas no afã de liberar áreas para a cultura da cana arrasavam-se extensas áreas de floresta e a madeira que daí resultava ia para as fornalhas dos engenhos. Quando o engenho se desenvolvia, passava a consumir a madeira das matas mais próximas, que, por sua vez, também se extinguíam (GOMES, 2006, p.46).

²⁹. “Foi o terremoto de Lisboa, contudo, em 1755, o pretexto para a mais acelerada pilhagem até então levada a efeito nas matas de Pernambuco. Empenhado na reconstrução da capital do Reino, quase toda reduzida a escombros pelo cataclismo, o Marquês de Pombal mandou perguntar ao governador José César Menezes sobre quais lugares da capitania em que eram mais abundantes as madeiras de construção e de marcenaria. Pouco tempo depois de ter respondido, o mesmo governador informava em relatório ao ministro D. José I que até duas vezes por mês estavam se fazendo maciços embarques para Portugal, de vigas, barrotes, tábuas, toros e linhadas, principalmente de sucupira, pau-d’arco e jacarandá, tudo destinado ‘às novas obras de reconstrução de Lisboa’. Isso em 1775, mas ainda oito anos depois prosseguiram constantes os embarques de madeira para as obras, e houve até um momento em que saíram do Recife ‘oito paus-d’arco apontados para os varais da carruagem de sua majestade” (ANDRADE, apud GOMES, 2006, p. 50).

Gilberto Freyre, em seu livro *Nordeste* (1961) também chama a atenção para o intenso desmatamento da vegetação e destaca o descaso dos colonizadores com a utilização de madeiras nobres, sendo pequena a sua ocorrência em elementos estruturais das edificações. O que denota também pouca preocupação com a qualidade arquitetônica das instalações do engenho.

Mas foi com o começo da exploração agrícola que o arvoredor mais nobre e mais grosso da terra foi sendo destruído, não aos poucos, mas em grandes massas: a baraúna, o pau-d'arco, o Angelim, a sucupira, o amarelo, o visgueiro, o angico, o pau-ferro. [...] Poucas dessas madeiras foram utilmente aproveitadas para trave de casa-grande, roda d'água de engenho, carro de boi. Grande parte foi a coivara que simplesmente desmanchou em monturo; foram as fornalhas de engenho que engoliram; os portugueses que levaram para construir navio e porta de convento em Portugal (FREYRE, apud GOMES, p.51).

As demandas dos antigos engenhos da capitania de Pernambuco logo produziram uma configuração espacial que foi, aos poucos se expandido por seu território, alcançando as terras alagoanas.

3.4. Engenhos em Alagoas

O atual estado de Alagoas é, até os dias de hoje, fortemente marcado pela cultura da cana e pela produção do açúcar. Atualmente existem dezenas de usinas espalhadas pelo estado, dedicadas à produção de açúcar e de álcool combustível. A inserção das usinas no ambiente ocorre em meio à predominância das plantações de cana-de-açúcar, onde anteriormente, nos séculos da colonização deveria predominar a mata atlântica. A renda produzida pelas usinas representa hoje uma parte significativa da economia do estado, demonstrando que a força do açúcar, introduzido nesta região há quatro séculos, permanece bastante atual.

Esta herança vem desde o tempo em que Alagoas pertencia ainda à Capitania de Pernambuco. A representatividade do açúcar para este estado marcou tanto sua economia como sua sociedade, bem como a sua conformação territorial, considerando os princípios de sua formação. Ainda hoje, mesmo dentro da área urbana de Maceió, sua capital, é possível encontrar vários trechos de terra utilizados

para a plantação de cana-de-açúcar. E mesmo em regiões pouco afastadas da área metropolitana da cidade já é possível encontrar algumas usinas, o que demonstra a importância dessa atividade para a sociedade alagoana, e como a mesma está inserida na configuração espacial alagoana, a qual foi iniciada ainda no século XVII.

3.4.1. *Princípios do Açúcar em Alagoas*

Em Alagoas a produção de açúcar esteve relacionada ao surgimento dos três primeiros focos de povoamento da região sul da Capitania de Pernambuco, ao norte, em Porto Calvo, na região das lagoas Mundaú e Manguaba e ao sul, em Penedo. Posteriormente, com a fundação da vila de Atalaia, a ocupação foi sendo expandida para o interior.

Figura 39. Mapa esquemático dos primeiros focos produtivos e de povoamento de Alagoas.

Fonte: Esquema da autora, 2016.

A produção açucareira da então região sul da Capitania de Pernambuco, foi iniciada em princípios do século XVI, a partir da divisão e concessão de sesmarias para fidalgos ou pequenos produtores com interesse em ocupar a região e fundar engenhos.

Segundo Diégues Júnior (1980, p. 48), o primeiro engenho implantado em Alagoas foi o *Buenos Aires*, em Camaragibe, fundado por Cristóvão Lins, que recebeu a doação de uma sesmaria do donatário da capitania. Por volta de 1600 este proprietário realizou uma expedição nas proximidades de Alagoas e se fixou na atual região norte do estado, instalando o engenho *Escorial* em Porto Calvo. Cristóvão Lins ainda foi proprietário de outros engenhos, como o Morro, em Porto Calvo, Baixo e Maranhão – ambos em Camaragibe.

A partir destes engenhos – e posteriormente com a construção de outros – a região alcançou grande desenvolvimento, sendo uma das principais áreas produtoras de açúcar da capitania. Na época, a vila de Porto Calvo compreendia as localidades de Porto de Pedras, Camaragibe, Maragogi, Colônia Leopoldina e parte de São Luís do Quitunde até o Rio Santo Antônio Grande, ao sul.

A multiplicação dos engenhos nessa região esteve muito ligada ao crescimento da família de Cristóvão Lins e a consequente repartição de suas terras em sesmarias menores, para a construção de engenhos por seus parentes, como seu sobrinho Rodrigo de Barros Pimentel. A divisão das sesmarias, em 1608, favoreceu o desenvolvimento da região dos vales dos rios Santo Antônio e Camaragibe (DIÉGUES JUNIOR, 1980, p.48).

Ao mesmo tempo, foram fundadas outras propriedades, que também contribuíram com o crescimento da produção açucareira na região. A crescente expansão dos engenhos nesta área favoreceu seu desenvolvimento econômico e o aumento populacional, colaborando também com o avanço da ocupação territorial.

Na região próxima às lagoas Mundaú e Manguaba coube a Diogo Soares a tarefa de povoar e desenvolvê-la, onde posteriormente foi fundado o povoado da Madalena. Mas foi com seu filho, Gabriel Soares, que a atividade açucareira tomou vulto na região, a partir da fundação dos engenhos Velho e Novo que, segundo consta na literatura, são os mais antigos da região central litorânea de Alagoas (DIÉGUES Jr., 1980, p 49). Outros engenhos também foram fundados na região próxima às lagoas e, mais ao sul, nas proximidades do rio São Miguel, por diferentes proprietários, alguns, no entanto, parentes e descendentes de Gabriel Soares. Tais engenhos são frequentemente citados nas crônicas do século XVII.

Trataremos em primeiro lugar da lagoa do Sul, porque é a que foi melhor povoada. No tempo da primeira povoação foi seu proprietário Diogo Soares da Cunha, pai de Gabriel Soares da Cunha, senhor do Engenho Novo, o qual a obteve por doação de Duarte de Albuquerque, senhor de toda a capitania de Pernambuco (...) (WALBEECK & MOUCHERON, 1643, p. 124).

No extremo sul da capitania, na povoação de Penedo, os engenhos são fundados a partir de meados do século XVII, porém, a atividade açucareira nesta região não se deu com grande entusiasmo e desenvolvimento, possuindo uma participação mais modesta no cenário de toda Alagoas. Mesmo com a construção de alguns engenhos na área, a atividade que se desenvolveu com mais força foi a criação de gado, esta recebendo destaque mesmo na capitania.

(...) no mesmo lugar há um povoado de poucos habitantes e nas imediações 5 ou 6 engenhos, mas fazem pouco açúcar e anos há em que alguns não moem; ainda nesse lugar existe grande quantidade de bois e vacas, por causa do excelente pasto, de sorte que por esse motivo os moradores possuem muito gado, que é a sua principal riqueza e constitui a melhor mercadoria destas terras e com a qual mais se ganha devido à sua rápida multiplicação(...) (VERDONCK, 1630, p. 36).

Os engenhos de açúcar se desenvolveram em território alagoano em decorrência da existência de diversos fatores naturais propícios tanto para o plantio da cana-de-açúcar, como para o estabelecimento físico dos engenhos, tais como o clima propício, com chuvas regulares e abundantes, a presença do solo macio de massapé, as extensas matas e a grande área de terra desocupada. Um dos principais recursos que garantiu a expansão e sobrevivência da produção açucareira foi a presença de diversos cursos d'água na região, próximos dos quais os engenhos foram instalados.

A situação hidrográfica de Alagoas era, portanto, bastante favorável para a fundação de engenhos. Entre os vários rios, riachos e lagoas, os primeiros focos da instalação açucareira foram: na região norte a área dos quatro rios, Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio Grande e Tatuamunha; na área central litorânea têm-se os rios Paraíba e Mundaú, que formam as lagoas Manguaba e Mundaú, respectivamente; e ao sul está o rio São Francisco.

Foi através desses rios – e principalmente de seus afluentes e confluente – e lagoas, em seus vales, que a cultura da cana pôde se desenvolver nos primeiros dois séculos da colonização em Alagoas, lançando os fundamentos para a ocupação e expansão do território alagoano.

Em vários relatos holandeses são levantados os acidentes hidrográficos de Alagoas, demonstrando, mais uma vez, a importância desses elementos para o conhecimento das potencialidades do território. Nestes textos alguns rios alagoanos, e também as lagoas, figuram entre os mais importantes da Capitania de Pernambuco. É comum também a localização de um engenho pela proximidade com um rio. “Os rios mais importantes [da jurisdição mais ao sul da capitania pernambucana] são: o das Jangadas, Serinhaém, o Formoso, o de Porto Calvo, o Camaragibe, o de Santo Antônio, o de S. Miguel e o de São Francisco” (BARLEU, 1974, p.127).

A 27 do mesmo, pela manhã, transpusemos o rio e o alto monte e, tendo marchado boas quatro milhas chegamos a um pequeno rio chamado Tamala, onde descansamos um pouco; prosseguindo depois a marcha, uma milha além chegamos a um antigo engenho de nome S. Miguel onde ainda vimos fazer algum cobre e ferragens do velho engenho, dali caminhamos uma milha e chegamos ao rio S. Miguel, acampando pela noite na sua margem do norte (BLAER, 87).

A 6 do dito prosseguimos na marcha e chegamos a um rio de nome Perigavo, o qual subimos por espaço de cinco milhas, ora numa ora noutra margem, até chegarmos ao rio Paraíba, que despeja na Alagôa junto do engenho de Gabriel Soares [...]

O início do povoamento da região que hoje corresponde a Alagoas teve grande contribuição da instalação dos primeiros engenhos de açúcar, em fins do século XVI e durante o XVII, e seu desenvolvimento foi estimulado pelo crescimento dessa atividade. É certo que outras atividades, desenvolvidas em regiões diferentes, como a criação de gado, na parte sul, próxima a Penedo (e posteriormente a cultura do algodão e do fumo em outras regiões do atual estado) também tiveram participação importante no desenvolvimento populacional de Alagoas, bem como no crescimento territorial. Entretanto, o açúcar, enquanto pioneiro no processo de expansão da ocupação das terras alagoanas, constituiu o principal pilar da formação da região, em todas as suas dimensões.

O povoamento dos três primeiros núcleos inicia-se nos últimos decênios do século XVI. Nas primeiras décadas do século seguinte, e ao iniciar-se o domínio batavo, está perfeitamente estabilizado; alicerça-se em bases sólidas, que são, do ponto de vista econômico, a agricultura da cana-de-açúcar no norte e no centro litorâneo, os campos da pecuária no sul. Nos começos do século XVII são sedes de freguesia os três povoados iniciais: Porto Calvo, Alagoa do Sul e Penedo. Na terceira década do século são elevados à categoria de vila (DIÉGUES JUNIOR, 1980, p.41).

O desenvolvimento gerado a partir do engenho de açúcar contribuiu não apenas para a expansão territorial dentro do âmbito rural. Algumas vilas e povoados receberam, na época, forte influência para o seu surgimento ou desenvolvimento. O elo, principalmente econômico, entre os núcleos rural e urbano foi se fortalecendo à medida que a produção de açúcar aumentava e estimulava o surgimento de novos núcleos de povoamento.

Algumas vezes poderia ocorrer um caso extremo dessa relação, quando um engenho (geralmente de grande porte, como aqueles que já se assemelhavam a uma pequena povoação) se desenvolvia de tal forma que agregava em suas proximidades outras atividades diferentes da produção de açúcar, atraindo cada vez mais pessoas de outras regiões, tornando-se, por isso um povoado ou uma vila. Diégues Júnior (1980, p.55) menciona o surgimento de duas freguesias a partir de engenhos.

Segundo este autor, existem evidências que indicam que nas terras do engenho de Baixo, na antiga vila de Porto Calvo, surgiu a vila de Matriz de Camaragibe, tornando-se freguesia no início do século XVIII. Nas proximidades da Alagoa do Sul, o antigo engenho Velho, que pertenceu a Gabriel Soares se desenvolveu, transformando-se em uma vila, atual cidade de Pilar. Nessas terras foram fundados outros engenhos, dois, inclusive, com o mesmo nome dado à cidade, Pilar e Pilarzinho.

Embora os engenhos e a produção de açúcar sejam considerados por alguns autores como os principais motivadores da ocupação e expansão territorial de alagoas, nos séculos XVI e XVII, os relatos de época demonstram uma atividade açucareira ainda incipiente, se comparada a outras partes da Capitania de Pernambuco, no mesmo período. Entretanto, esta atividade receberá certo impulso no século XVIII, mas alcançará o seu auge somente no XIX, com a multiplicação dos engenhos pelo território da então província emancipada de Alagoas.

Segundo Diégues Júnior (1980), a quantidade de engenhos em Alagoas oscila entre os séculos XVII a XIX, que enfrentou algumas crises de produção, motivadas por causas diversas ao longo do tempo, como por exemplo a mudança do foco econômico da colônia em fins do século XVII e durante boa parte do XVIII, com a exploração do ouro na região das Minas Gerais.

Ao começo do século XVIII, em 1718, contava Alagoas, somente a vila das Alagoas, 23 engenhos, número esse que ascendeu em 1730 a 47. Em 1749 possuía a comarca 61 engenhos. Nas últimas décadas do século XVII, segundo se depreende da *Idéia da População da Capitania de Pernambuco*, haviam na vila de Porto Calvo 33 engenhos, dos quais 4 de fogo morto; na das Alagoas 30 engenhos; e na do Penedo 9 engenhos. [...] Nos primórdios do século XIX o número de engenhos estava elevado para 120 “reputados bons”, segundo Vilhena. Era de 316 o número de banguês na metade do século XIX, época em que se registra o surto da produção, de modo a anotar-se, em 1859, a existência de 479 engenhos.

[...] Não se diga, entretanto, que a cultura fosse economicamente satisfatória; longe disso. A economia do açúcar debatia-se, então, em uma de suas crises mais agudas, que vinha de certo modo prejudicar o ritmo progressista da existência do banguê.

Agrava essa situação o deslocamento do eixo econômico para o sul, que se repetia no século XIX com a expansão da produção cafeeira. Primeiro, fora no período colonial com a grande migração humana para as zonas de mineração; depois, o progresso da cultura do café, em pleno século XIX, arrebatava ao Nordeste a hegemonia econômica.

No documento denominado *Mappa demonstrativo dos engenhos d'Assucar da província das alagoas no anno de 1839*³⁰, contam-se 471 engenhos, distribuídos por suas vilas e cidades da seguinte maneira:

Tabela 4: Quadro de cidades e vilas de Alagoas e seus respectivos engenhos

Vila ou cidade	Qtde	Vila ou cidade	Qtde.
Porto Calvo	25	Vila do Norte	42
Barra-Grande	36	Cidade das Alagoas	18
Porto de Pedras	42	Vila de São Miguel	28
Paço de Camaragibe	68	Vila do Poxim	5
Vila da Imperatriz	28	Coruripe	11
Vila de Assembleia	31	Cidade do Penedo	23
Vila de Atalaia	25	Cidade de Maceió	58
Anadia	15	Vila do Pilar	21

Fonte: Síntese da autora, 2017.

³⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, vol. II, ano 1931.

O mapa a seguir consiste no registro cartográfico de parte da vila de Porto Calvo, com a localização de alguns engenhos e a indicação quanto a existência ou não de capela ou oratório. O mapa tem aparência esquemática, monocromático, indicando em linhas de traço grosso o Rio de Una, cortando verticalmente a região, e o Rio de Jacuípe que parte da área central da representação do Rio de Una em direção ao lado esquerdo do mapa, ausente de qualquer outra indicação de características geográficas do território.

Figura 40. Mapa de Porto Calvo.

Autor desconhecido, século XVIII.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Se por um lado, a expressão gráfica deste mapa tem aparência conjectural, por outro apresenta uma série de inscrições explicitamente ligadas ao tema dos engenhos, como indica a própria legenda com as inscrições que puderam ser reconhecidas³¹.

- *“Engenhos que não tem capela nem oratórios”*
- *Oratório dos engenhos que levão _____ curar os _____.*
- *Igrejas matriz e todas afiliadas dos engenhos _____.*
- *“As três capellas na costa do mar não são de engenhos”*
- *“Cada senhor de engenhos com toda sua família e fábrica se paga ao Parocho a dezobriga 100 R”*
- *“Cada fogo com todos a que nelle morão pagam 100 R”*
- *“Tem a freguesia secenta e hum engenhos”*
- *“Tem dois mil e duzentos fogos, alguns _____ mais”*
- *“O Parocho actual tem ____ onra e gosto que o S. Exa. Rma. prova sobre _____ Freguesia como lhe parecer*
- *“Justo e humildemente se sujeita ao que o mesmo senhor determinar.*

De acordo com as legendas, os engenhos que não possuíam capela nem oratória são identificados através do símbolo i. São eles: Sarangura, Picavira, Jalrinho, Eriva, Piaba, Sipo, Limoeiro, Araguari, Bom Jardim, Tabaiana, Queimadas, Venruga e Campina. Já os engenhos com oratório são identificados através do símbolo C e dentre eles estão: Pracinha, Caruaru, Gracondim, Piaba, Serrada e Araiú.

Cabe ressaltar que a instalação de engenhos em Alagoas, nos séculos XVII e XVIII não ocorreu somente em suas regiões norte e centro-litorânea. A parte sul, que abrangia o termo da vila do Penedo, também possuiu engenhos, embora até mesmo os relatos holandeses seiscentistas não tenham dado muito destaque para esta atividade naquelas partes, possivelmente por ser a produção em menor quantidade e qualidade inferior que nas outras regiões.

³¹ As lacunas correspondem aos trechos do texto não identificados.

Foi no decorrer do século XVII que se alastrou o povoamento da região, criaram-se engenhos de açúcar; os vales do Coruripe e do Poxim prestavam-se para a cultura da cana. E começaram a encher-se de canaviais, de boeiros de engenhos, de casas-grandes; igualmente – e principalmente – de negros escravos.

É a partir da segunda metade do século XVII que se desenvolvem os engenhos no território da vila do Penedo. Onde teriam começado a aparecer é mais difícil de fixar pela carência das crônicas contemporâneas a respeito daquela área alagoana. As crônicas que se vem a ter em melhores condições são já do século XVIII; do meado deste século, aliás pouco propício à economia açucareira, em virtude do surto da mineração (DIÉGUES JÚNIOR, 1980).

No documento *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, de 1749, a quantidade de engenhos indicada é de dez, sete moentes e três de fogo morto. Nesse período aumenta a quantidade de engenhos nas regiões de Poxim e Coruripe, enquanto que os de Penedo entram em decadência ou transformam-se em fazendas de gado, que chegaram a cerca de 300 no século XIX.

3.4.2. Arquitetura do açúcar – estudo de três exemplares de Alagoas

No engenho, a arquitetura deveria responder de forma pragmática às necessidades técnicas da manufatura do açúcar, que impunha programas específicos aos espaços internos e externos dos complexos e onde cada atividade era desenvolvida em um ambiente específico. Este era um fator de grande importância, pois tinha consequências imediatas quanto a sua produtividade. Assim, a sequência e continuidade de operações do processo de fabricação eram refletidos na contiguidade dos locais de trabalho, levando à otimização do tempo e das condições de fabricação.

Geraldo Gomes (2006) escreve sobre uma tipificação, caracterizada pela ausência de inovação técnica e arquitetônica ao longo do tempo, de forma a evitar o comprometimento dos custos de produção. Com exceção da casa-grande e da capela, que poderiam receber tratamento diferenciado, as demais edificações respondiam ao funcionalismo da produção do açúcar. Esta padronização na arquitetura do engenho foi também um reflexo da estagnação na própria técnica de fabricação do açúcar, que, até o século XIX era executada sem grandes modificações.

No que tange ao sítio natural de implantação, percebe-se que os três engenhos alagoanos selecionados possuem relações estreitas com os cursos d'água.

Figura 41. Esquemas da relação entre os engenhos e os cursos d'água.

Da esquerda para a direita: Salgado, Pau-Brasil e Varrela.

Fonte: A autora, 2014.

No que tange a topografia, os senhores de engenho encontraram nas terras alagoanas diferentes paisagens, posto que algumas áreas poderiam ser planas e outras bem acidentadas. Mas no geral, a exemplo de vários engenhos de Pernambuco, o terreno predominante era aquele com algumas ou várias ondulações, de diferentes alturas. Esta configuração atuou também como um suporte para a espacialização da hierarquia social existente no engenho, bem como para otimizar algumas atividades. A edificação da fábrica estava localizada geralmente na parte mais baixa e plana do terreno, próxima ao rio ou em posição que facilitasse a chegada da água. No caso da moenda movida por bois esta situação não era tão necessária. A área plana facilitava a execução de atividades como o transporte de materiais nos carros de bois, a separação e secagem do açúcar, etc. outras edificações, como as oficinas e a casa de purgar poderiam ficar no mesmo nível da fábrica (GOMES, 2006, p.176).

A casa-grande, por sua vez, situava-se geralmente em uma área elevada do sítio, podendo estar à meia-encosta. Esta localização inculcia à casa do senhor de engenho uma posição de destaque na paisagem, significando, muitas vezes, a sua imponência e importância no sistema produtivo. Esta posição favorecia ainda a fiscalização, por parte do senhor ou de seus feitores, das atividades realizadas pelos escravos, uma vez que era possível obter uma ampla vista para a propriedade (idem).

As capelas também recebiam posição de destaque no cenário do engenho. Situadas no mesmo nível que as casas-grandes, às vezes contíguas a estas, ou em locais ainda mais elevados, denotando a sua importância na dinâmica socioespacial do engenho, bem como indicando a representatividade do poder eclesiástico na colônia.

Nos engenhos Varrela e Pau-Brasil esta diferenciação na topografia é bastante evidente, sobretudo no primeiro, que tem suas edificações mais espalhadas no terreno, como se pode ver a seguir (figura 2).

Figura 42. Engenhos Varrela e Pau-Brasil (da esquerda para a direita).

Legenda: 1. Fábrica; 2. Casa-grande; 3. Capela. Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010. Intervenção nas imagens: A autora, 2016.

Esta sobreposição de papéis e hierarquias foi vastamente representada em documentos iconográficos do período colonial, como por exemplo, nas vistas do pintor holandês Frans Post³², que produziu cerca de 47 telas com a temática dos engenhos do nordeste brasileiro (LAGO, 2006. p.72). É bastante evidente nestas pinturas a implantação das edificações dentro de um sistema funcional e hierárquico. Note-se, nas imagens que seguem (figuras 3 e 4), a localização de cada componente do conjunto edificado, bem como a relação de cada um com a topografia e com o rio, sobretudo a roda d'água.

Figuras 43 e 44. Vista de uma usina de açúcar no Brasil & Engenho. Frans Post.

. Legenda: 1. Fábrica; 2. Casa-grande; 3. Capela. Fonte: LAGO, 2006.

³². Como se sabe, este pintor veio ao Brasil a convite de Maurício de Nassau e o acompanhou nas suas incursões pelo Nordeste. Foi responsável por uma série de obras, hoje disponibilizadas em um *Catalogue raisonné*, publicado em 2006. Seus trabalhos têm sido usados pelo Grupo de Pesquisa para realizar comparações entre situações paisagísticas seiscentistas e atuais, com o auxílio de programas de manipulação digital. Ver LAGO, Bia Corrêa do.; LAGO, Pedro Corrêa do.; BURBRIDGE, Izabel. Frans Post (1612-1680) – Obra Completa. São Paulo: Capivara, 2006.

As vistas de Frans Post demonstram, com grande riqueza de detalhes, a ambiência do engenho colonial, dando uma boa medida da multiplicidade de aspectos envolvidos no cenário açucareiro, permitindo compreender também os aspectos arquitetônicos e construtivos dos engenhos deste período. Embora as imagens de Frans Post não tratem especificamente de engenhos alagoanos, estas podem elucidar uma grande quantidade de aspectos quanto à configuração dos exemplares de Alagoas.

Como já foi comentado, o engenho de açúcar demandava uma série de edificações, com funções bem específicas. Entretanto, no que tange aos exemplares de Alagoas selecionados para este estudo, foram consideradas apenas as edificações remanescentes e identificadas quanto à sua função, quais sejam, a fábrica, a capela e a casa-grande.

Para a fábrica uma arquitetura de caráter extremamente funcional, um amplo barracão, cuja forma variava pouco no partido de planta, podendo ser longitudinal (supondo uma linha de produção contínua, com o mesmo telhado) e em L, ou retangular, tendendo para o quadrado, isento de requintes formais. Mas em sua maioria, eram retangulares e quase que totalmente abertos nas laterais, podendo, em alguns exemplos, apresentar vedação com meias-paredes. Os principais materiais utilizados eram o tijolo, a madeira e a telha de barro. No século XIX surgem as chaminés, em decorrência de uma nova forma de cozimento do caldo da cana, denominado “trem jamaicano”³³.

Nos engenhos Salgado e Pau-Brasil ainda existem remanescentes desta edificação, e embora no segundo engenho a antiga fábrica esteja em ruína, ainda é possível visualizar parte da sua volumetria e inquirir sobre seus espaços internos. Ambas apresentam-se como construções alongadas, com pé direito alto, telhado em estrutura de madeira, sustentado por grossos pilares. Entretanto, no Pau-Brasil há somente uma parte do telhado, com uma inclinação pronunciada. São compostas por vários ambientes, onde eram desenvolvidas diferentes etapas da produção do açúcar. As plantas de ambas são em forma de L.

³³. Ver: Rui Gama. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

Figuras 45 e 46. Edificações das fábricas dos engenhos Novo e Salgado, respectivamente. Pilar/AL.

Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Com base na observação das fontes imagéticas seiscentistas, percebe-se que os dois exemplares mencionados apresentam algumas semelhanças com as unidades fabris representadas por Frans Post, que alia elementos de volumetria e dos detalhes das edificações representadas, como a forma do telhado, a planta alongada e em L, com a extensão do telhado podendo ser utilizada para a fornalha (A), a sustentação da cobertura por pilares e a coexistência de espaços abertos e fechados (ou semiabertos).

Figura 47. Detalhe de uma fábrica de açúcar na imagem de Post.

Fonte: Intervenção da autora, 2016.

Para o senhor de engenho, a casa-grande, um híbrido que agregava características de diversas regiões de Portugal³⁴. A arquitetura das casas-grandes apresenta uma grande variação de soluções, que corresponderam ao porte do engenho e ao seu tempo. Desde simples instalações térreas de taipa, no século XVI, a suntuosos sobrados com arcadas, já no XIX, as casas dos senhores de engenho representavam uma das facetas da arquitetura rural colonial no Nordeste.

Entre as variadas soluções arquitetônicas, as casas poderiam ser térreas ou possuir outros pavimentos; ter planta variando entre os partidos quadrangular, retangular e em L; apresentar varandas, torres, escadas, pátio interno, entre outros elementos.

As casas-grandes dos engenhos Varrela e Salgado possuem características semelhantes, como a planta retangular, telhado em quatro águas, alpendre em três faces e escada externa. Ambas as casas são térreas, e no caso do Varrela, que está implantado a meia-encosta, há um porão na parte da frente.

Figuras 48 e 49. Casas dos engenhos Varrela e Salgado, respectivamente

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Estas edificações, embora tenham, provavelmente, sofrido alterações em sua configuração original, assim como as fábricas, também apresentam características que remetem às primeiras construções destinadas à moradia do senhor de engenho

³⁴. Geraldo Gomes (2006, p.125), quando busca as origens da casa rural de Pernambuco no século XVII, traça um paralelo com as casas de algumas regiões de Portugal, como se vê: "A arquitetura da casa rural do Norte de Portugal foi, portanto, transplantada para Pernambuco com quase todas as suas características formais. Diríamos que em Pernambuco, no século XVII, realizaram-se em madeira os modelos que em Portugal tinham sido concebidos em pedra."

e sua família, representadas nas imagens de Frans Post. Apesar de serem térreas (nas imagens de Post predominam as casas de dois pavimentos) possuem uma volumetria semelhante à das casas mais antigas.

A forma do telhado, a presença do alpendre e a planta retangular aproximam essas edificações de seus exemplares mais remotos.

Figura 50. Exemplos de casas-grandes nas imagens de Frans Post.

Fonte: intervenção da autora, 2016.

Para Deus e os santos católicos, como já foi colocado, era comum que muitos engenhos tivessem a sua própria capela, que muitas vezes recebia tratamento construtivo diferenciado, em detrimento das demais edificações do conjunto. Normalmente era construída com materiais mais nobres e duráveis, como a pedra, e recebiam maior cuidado estético. O partido sofreu poucas alterações ao longo do tempo, se considerarmos a disposição da nave principal, geralmente retangular. Entretanto, conforme as posses e a fé do senhor de engenho, bem como as técnicas construtivas e o gosto arquitetônico disponíveis em cada época, estas edificações puderam ganhar alguma, ou muita, sofisticação, como a incorporação de outras naves, contíguas à principal, galerias laterais, arcadas, frontões, torres, entre outros. O exemplar de destaque, entre os engenhos selecionados, é a capela do Varrela. Possui planta retangular, com nave única. Esta capela apresenta uma configuração peculiar, pois possui um pequeno cemitério a sua frente e um alpendre localizado na parte posterior da edificação, atrás da nave.

Figura 51. Capela do engenho Varrela.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Ao observar as capelas de engenho pintadas por Frans Post e as que permaneceram inteiras até os dias de hoje, é possível perceber que a planta, de uma forma geral, não sofreu grandes variações ao longo do tempo, predominando a forma retangular, com nave única. O alpendre, elemento comum nas capelas seiscentistas, também aparece nos engenhos alagoanos, inclusive com o telhado em três águas, como se pode observar.

Figura 52. Exemplos de capelas representadas por Frans Post.

Fonte: Intervenção da autora, 2016.

É interessante acrescentar no que tange às habitações dos escravos, que sua arquitetura torna-se uma incógnita. Seja pela precariedade das edificações, que poderiam frequentemente ruir e ser reconstruídas, seja pelo próprio discurso hierárquico, através do qual só se representava aquilo que interessava a um determinado público, o intrigante é que poucas são as referências, textuais e iconográficas, principalmente dos séculos XVI e XVII, que dão pistas quanto à

configuração destas edificações. Nenhum dos três engenhos analisados aqui possui edificações que sugiram terem sido senzalas. Nos engenhos pernambucanos esta questão também ocorre, como coloca Geraldo Gomes (2006, p.106):

Em uma das gravuras holandesas, o *Mapa do território brasileiro sob o domínio holandês*, de Johanes Blaus, aparece uma construção por trás do que seria uma capela onde se pode ver uma série de quatro portas e nenhuma janela. Uma outra casa encobre o resto do edifício, o que impede a observação integral da primeira construção citada. Próximo a residência do proprietário do engenho, e por trás dela, existe também uma construção singela, somente com portas, que poderia ser a habitação dos escravos negros. Os desenhos são muito rudimentares e não nos arriscamos a asseverar que se trata de uma senzala.

As relações desenvolvidas entre os engenhos e o território alagoano, de uma forma geral, extrapolam a dimensão espacial, exercendo sua influência em várias outras dimensões, posto que a diversidade que existia nos engenhos irá penetrar de forma definitiva na sociedade de Alagoas.

Entre os diversos âmbitos da sociedade alagoana, a cultura foi um dos que recebeu forte influência do complexo açucareiro. Talvez esta seja o exemplo mais vasto de como a sociedade do açúcar se expandiu para além de suas fronteiras rurais e temporais. A partir da casa-grande têm-se os bordados que foram trazidos pelas portuguesas, as vestimentas das sinhás, a culinária farta, rica em compotas de caju, goiaba, jaca, etc. A religiosidade, sobretudo a fé católica, representada pelas inúmeras capelas, que muitas vezes eram ligadas a própria casa-grande, também foi símbolo das manifestações culturais do engenho.

A partir da senzala foram difundas manifestações africanas que se misturaram à cultura portuguesa colonizadora, de tal forma que se tornaram, posteriormente, parte inerente da população alagoana.

Em Alagoas, como já foi observado, esse conjunto de referências persiste tanto sob a forma imaterial, através dos saberes, como material. O espaço físico dos antigos engenhos, hoje fazendas de gado, plantações de cana ou propriedades das modernas usinas, conservam diversos elementos correspondentes ao antigo modo de produção do açúcar, tais como utensílios, equipamentos ou mesmo edificações, ou partes delas.

4. UM TERRITÓRIO ALÉM DO AÇÚCAR – DIVERSIDADE ECONÔMICA E ESPACIAL

A história da urbanização de Alagoas, sobretudo no século XVIII, tem estado, ao longo do tempo, à margem tanto dos estudos mais gerais, que se propõem abranger o Brasil, ou o Nordeste brasileiro neste período, quanto na própria historiografia local. O que se tem visto até o momento é a predominância de estudos superficiais, ou fragmentados, que privilegiam um ou outro aspecto da história nacional oficial.

Muitos autores, quando não ignoram Alagoas por completo em suas análises, inserem-na em uma posição subalterna a Pernambuco, uma vez que nesse período a capitania pernambucana abrangia as atuais terras alagoanas.

A própria historiografia local, em alguns casos, nem aborda este período, ou descreve uma Alagoas apática e decadente no século XVIII, em função da crise do açúcar, como se verá, sem apresentar, por exemplo, motivações concretas que a levaram a se tornar comarca de Pernambuco, e posteriormente uma província autônoma.

No entanto, a documentação textual e cartográfica do período em estudo, consultada para a realização desta tese, permite a construção de um cenário bem diferente para Alagoas no século XVIII e também nos princípios do XIX.

O parcelamento, propriamente dito, das terras alagoanas é iniciado em 1575, com a doação de uma sesmaria ao fidalgo de origem italiana, Cristóvão Lins, considerado um dos pioneiros no povoamento da região norte de Alagoas. Suas terras compreendiam, pelo litoral, da foz do rio Manguaba até Cabo de Santo Agostinho (atual município pernambucano). No território alagoano esta sesmaria compreendia os atuais municípios de Porto Calvo, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, além de partes leste dos municípios de Passo e Matriz de Camaragibe e sul de Jundiá, Jacuípe e Novo Lino.

Logo em seguida, entre 1577 e 1603, outras porções de terra foram doadas pelo donatário da capitania como forma de incentivar o povoamento da região, otimizar a sua exploração e assegurar a sua conquista, sobretudo diante da resistência de muitos indígenas e das investidas dos franceses, empenhados no tráfico de pau-brasil.

Seguindo no sentido sul, até rio São Francisco, foram criadas as sesmarias de Miguel Gonçalves Vieira (do rio Santo Antônio Grande até Pajuçara e lagoa Mundaú); de João Garcia Riscado (de Paripueira ao rio Santo Antônio Mirim, dentro da sesmaria anterior); de Diogo Soares da Cunha (do porto dos franceses à foz da lagoa Manguaba); de Diogo de Melo e Castro (do porto dos franceses até a foz do rio Jequiá); de João da Rocha Vicente (do atual Porto Real do Colégio a Pão de Açúcar, margeando o rio São Francisco, adentrando no sentido centro-norte).

No século XVII, até a invasão holandesa (em 1630), ocorre uma subdivisão das sesmarias já existentes, em parcelas menores, mantendo a ocupação na região litorânea e no baixo São Francisco. Entretanto, após o período de dominação holandesa, e com o estímulo da criação de gado, a região mais a oeste e norte de Alagoas foi também dividida em sesmarias.

Embora, nesse período, o território que hoje corresponde a Alagoas estivesse praticamente todo dividido em sesmarias, entre donos de engenho, fazendeiros, militares e outros povoadores, as vilas propriamente ditas eram três: Bom Sucesso do Porto Calvo, Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (ou Alagoas) e Penedo do São Francisco.

Os neerlandeses, após saírem da Capitania de Pernambuco, transferiram para as Antilhas os conhecimentos sobre a produção do açúcar e começaram a fabricá-lo, oferecendo concorrência ao produto brasileiro, o que fez com que os preços caíssem, provocando em fins do século XVII uma crise nos engenhos incluindo os de Alagoas.

Os quase trinta anos de dominação batava retardaram em certa medida o desenvolvimento da capitania para as regiões mais internas, pois, os neerlandeses concentraram-se em manter os povoados já existentes e explorar a rede de produção açucareira já estruturada. Após a saída dos invasores, Alagoas contava somente com três núcleos de povoamento mais significativos, suas vilas. Entretanto, outros povoados floresciam nas terras alagoanas (vinculados não somente à produção de açúcar, mas também de outros gêneros, como o tabaco e à pecuária) como São Miguel dos Campos, Santa Luzia do Norte, Atalaia, Camaragibe, Anadia e Poxim.

A região que compreendia Alagoas permaneceu como uma das jurisdições da Capitania de Pernambuco até 1706 quando foi criada a Comarca³⁵ das Alagoas (tendo como sede a vila de Alagoas) sendo efetivada, ou seja, reconhecida oficialmente, somente em 1712, com a nomeação de seu primeiro ouvidor geral, José da Cunha Soares. A criação da comarca foi o primeiro ensaio para a autonomia política e administrativa, que, no entanto, só ocorreria completamente quase um século depois, com a emancipação política.

A nova comarca foi, aos poucos, alcançando grande desenvolvimento, em função do crescimento das atividades agrícolas, pecuárias e comerciais. Nas primeiras décadas do século XVIII Alagoas apresentava até mesmo certa opulência, permitindo o pagamento regular dos dízimos e fintas reais (COSTA [1929], 1983, p.77).

Este desenvolvimento é destacado por Duarte Sodré Pereira, governador da Capitania de Pernambuco, em uma carta encaminhada para o rei de Portugal, em 1730, que sugere a extinção da Capitania da Paraíba, devido a sua evidente decadência, e compara-a a florescente comarca de Alagoas.

O século XVIII é caracterizado por um novo momento no cenário colonial com a exploração de ouro nas regiões sudeste e centro-oeste da colônia, em especial nas Minas Gerais. Em consequência, novas estratégias de colonização são traçadas pela Coroa Portuguesa, modificando os fluxos migratórios (internos e externos) e reconfigurando os movimentos de ocupação.

Dessa forma, é possível que o desenvolvimento do território alagoano tenha passado por um período de estagnação, em decorrência desses dois fatores, os quais interferiram diretamente na produção de seus banguês (LIMA, 1992: 88-92).

Em 1764 Alagoas é contemplada com a criação da quarta vila, Vila Real de Bragança, atual cidade de Atalaia. Este povoado já figurava, em fins do século XVII, como o

³⁵. Segundo o *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico*, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V, elaborado entre 1712-1728 pelo clérigo inglês Rafael Bluteau, comarca consistia em um agrupamento de vilas e povoados os quais estavam sob uma mesma jurisdição, esta representada por uma cidade ou vila notável, e subordinados à administração de um único corregedor.

principal núcleo entre as sesmarias concedidas na região onde estivera localizado o quilombo dos Palmares (DIÉGUES JÚNIOR, 2002: 41).

Segundo Fernandes Lima (1992: 95) a criação da mesma esteve vinculada a motivos políticos e econômicos locais, como forma de apoio ao povoamento da região, outrora ocupada pelo mencionado quilombo.

Ainda que enfrentasse a crise no comércio de açúcar, outras atividades eram desenvolvidas na comarca e Alagoas denunciando uma ocupação significativa, no tocante à quantidade de vilas. A partir de uma comparação, com base em quadro elaborado por Aroldo de Azevedo (1956), com outras províncias da região Nordeste, pode-se considerar que Alagoas possuía relativa representatividade no quadro geral de desenvolvimento do território nordestino.

Isto porque, dentre as oito vilas da Capitania de Pernambuco fundadas até 1764, quatro pertenciam a Alagoas. No caso do Rio Grande do Norte, até esse período a quantidade de vilas foi de três, duas delas (São José do Mipibú e Açú) fundadas somente no século XVIII. E se compararmos com a Paraíba, Alagoas ganha ainda mais destaque nesse cenário, pois, com exceção da cidade Filipéia, somente após 1770 são criadas novas vilas.

O século XIX, por sua vez, apresenta-se como um período de maior florescimento, relacionado ao próprio crescimento da ocupação do território e à instalação da República. Nesse período foram criadas diversas vilas e algumas cidades. A diversificação da economia permitiu que, já no século XVII, outras áreas não vinculadas à cana-de-açúcar fossem ocupadas pelo povoamento, sobretudo as regiões do sertão e agreste. Esse processo foi intensificado no século XX.

Em março de 1817, a Capitania de Pernambuco rebelou-se contra a monarquia portuguesa (cuj corte real havia se instalado no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, em 1808) e iniciou uma revolução republicana³⁶. A comarca de Alagoas,

³⁶. A população de Pernambuco estava insatisfeita com as medidas tomadas pela família real, que privilegiavam as capitanias do sul e sudeste e com o aumento dos impostos criados por D. João VI no Brasil, a partir da chegada da corte portuguesa. O movimento reivindicava a emancipação do Brasil em relação a Portugal e a elaboração de uma constituição.

inicialmente, apoiou os revolucionários, contrariando as determinações reais, que tentavam reprimir o movimento.

Entretanto, o então ouvidor da comarca, Ferreira Batalha, favorável à monarquia e, conseqüentemente, contrário à participação de Alagoas nesse movimento, e também temeroso quanto às suas conseqüências, efetua por conta própria o desmembramento de Alagoas da Capitania de Pernambuco, criando um governo provisório composto por ele, pelo tenente-coronel Francisco de Cerqueira e Silva e pelo vigário Antônio Gomes Coelho, e retirando o apoio de Alagoas à revolução.

Esta situação contribuiu para o enfraquecimento do movimento revolucionário em Pernambuco. Após o termino do conflito, a emancipação de Alagoas foi oficializada pela Coroa portuguesa, em 16 de setembro de 1816. A historiografia alagoana divide-se entre os que acreditam que a emancipação foi um ato deliberado da Coroa para enfraquecer a Capitania de Pernambuco, e os que afirmam ter sido esta decisão tomada em função do desenvolvimento econômico e da organização política em que Alagoas se encontrava na época. O decreto de emancipação não deixa claras as verdadeiras motivações para a efetivação desta medida.

Convindo muito ao bom regimen deste Reino do Brasil, e ã prosperidade a que me proponho elevá-lo, que a Província das Alagoas³⁷ seja desmembrada da Capitania de Pernambuco, e tenha um governo próprio que desveladamente se empregue na aplicação dos meios mais convenientes para d'ella se conseguirem as vantagens que o seu território e situação podem offerecer, em benefício geral do Estado, e em particular dos seus habitantes, e da minha real fazenda: - Sou servido isentá-la absolutamente da sujeição em que até agora esteve, do governo da Capitania de Pernambuco, erigindo-a em Capitania, com um governo independente que a reja na forma praticada nas demais capitanias independentes, com faculdade de conhecer sesmarias, segundo as minhas reaes ordens, dando conta de tudo diretamente pela secretaria de Estado competente; e attendendo às boas qualidades e mais partes, que concorrem na pessoa de Sebastião Francisco de Mello Povoas, hei por bem nomeá-lo Governador dela, para servir por tempo de três anos, e o mais que decorrer em quanto lhe não der sucessor. Palácio do Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1817 – D. João VI (ALTAVILA, 1988, p.46).

³⁷. Segundo Jayme de Altavila, há um lapso desconhecido neste decreto que nomeou Alagoas como província ao invés de comarca.

A emancipação permite que o território alagoano, no sentido da jurisdição política e administrativa, seja reconhecido oficialmente como uma província. Esta nova situação proporcionou significativas transformações no território alagoano. A vila de Alagoas passa de cabeça da comarca a sede da província, até 1835, quando Maceió se torna a nova capital.

4.1. Síntese cronológica da fundação de vilas e cidades

Considerando a criação oficial de vilas e cidades, tem-se um quadro bastante dinâmico, iniciado em 1636, com a elevação de Porto Calvo, Alagoas e Penedo a vilas. Estas formavam, em 1706, a Comarca das Alagoas, cuja sede (ou cabeça) era a vila de Alagoas, atual município de Marechal Deodoro. A quarta vila, Atalaia, foi criada em 1764, a partir do desmembramento de uma parte do termo da vila de Alagoas. Sua criação foi motivada pelo início da produção de algodão em trechos da Zona da Mata e Agreste.

A partir deste momento, novas vilas são criadas, concomitantes a um período de diversificação econômica, que visava também intensificar a ocupação e fixação do colonizador nas regiões mais internas do território. Em 1799 foi criada a vila de São José do Poxim, que posteriormente foi incorporada a Coruripe, e em 1801 surge a vila de Anadia, criada em decorrência da prosperidade proporcionada pelos famosos e férteis campos de Inhauns. Ambas as vilas foram desmembradas do termo de Alagoas.

O século XIX é marcado por uma intensa divisão dos termos das três vilas iniciais. Ainda em 1815 são criadas as vilas de Maceió e Porto de Pedras, desmembradas dos termos de Alagoas e Porto Calvo, respectivamente. Entre 1830 e 1837 tem-se a criação de Mata Grande e Traipu, subdividindo as terras de Penedo, e a partir das terras de Alagoas são fundadas Palmeira dos Índios, Viçosa, São Miguel dos Campos, Rio Largo e União dos Palmares.

Durante a segunda metade do século XIX essa divisão territorial é intensificada com a criação de novas cidades, seja ainda a partir das terras das três vilas iniciais, seja por meio do parcelamento dos municípios mais recentes, indicando a acentuação do

povoamento e o desenvolvimento agrícola, encabeçados pela produção de açúcar e algodão.

Entre 1852 e 1903 são criadas as vilas de Pão de Açúcar, Coruripe, Pilar, Passo de Camaragibe, Água Branca, Santana do Ipanema, Quebrangulo, Porto Real do Colégio, Murici, São Luís do Quitunde, São José da Laje, Maragogi, Piranhas, Batalha, São Braz, Piassabussu, Limoeiro de Anadia, Igreja Nova, Junqueiro, Capela e Colônia Leopoldina.

Em 1924 é criado o município de Arapiraca, hoje o segundo maior do estado. Sua criação foi uma forma de fundamentar a agricultura na parte central do Agreste alagoano, que posteriormente a produção de fumo como cultura dominante.

Até este momento, Alagoas contava com 37 municípios. A partir de 1949 a subdivisão de municípios existentes estabelece uma nova configuração territorial. Entre 1949 e 1958 são criados os municípios de Delmiro Gouveia, São José da Tapera, Maravilha, Poço das Trincheiras, Olivença, Olho d'Água das Flores, Jacaré dos Homens, Major Isidoro, Cacimbinhas, Igaci, Girau do Ponciano, Feira Grande, Paulo Jacinto, Pindoba, Boca da Mata, Cajueiro, Ibateguara, Matriz de Camaragibe e Jacuípe.

Durante somente três anos, entre 1960 e 1963, ocorre a mais intensa criação de municípios, com a fundação de Olho d'Água do Casado, Inhapi, Canapi, Ouro Branco, Carneiros, Monteirópolis, Palestina, Dois Riachos, Jaramataia, Minador do Negrão, Lagoa da Canoa, Campo Grande, Olho d'Água Grande, São Sebastião, Feliz Deserto, Campo Alegre, Coité do Noia, Taquarana, Belém, Tanque D'Arca, Mar Vermelho, Marimbondo, Roteiro, Barra de São Miguel, Chã Preta, Santana do Mundaú, Branquinha, Joaquim Gomes, Novo Lino, Jundiá, Flexeiras, Messias, Satuba, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Barra de Santo Antônio, São Miguel dos Milagres e Japaratinga.

Os últimos municípios a serem criados, entre 1982 e 1989 são Pariconha, Senador Rui Palmeira, Craíbas, Estrela de Alagoas, Paripueira, Campestre e Teotônio Vilela, completando a atual formação político-administrativa do Estado.

Figura 53. Divisão política do Estado de Alagoas.

Fonte: Base Cartográfica do IBGE.

4.2. Alagoas na historiografia local e nos documentos de época

Partindo inicialmente de um olhar mais ampliado para o processo de urbanização do Brasil no século XVIII, percebe-se que o Estado de Alagoas se encontra à margem das discussões, mesmo quando a capitania de Pernambuco é referenciada.

A brasilianista norte-americana, Roberta Marx Delson, por exemplo, em sua obra *Novas Vilas para o Brasil-Colônia* (1979), apresenta um panorama geral da formação urbana no Brasil no século XVIII, a partir da política portuguesa de expansão de seus domínios e da ocupação de terras mais a oeste do Brasil como uma estratégia sistemática de assegurar a posse da colônia e dificultar a sua exploração por parte de outros países, como a França e Espanha.

Delson observa que durante este período ocorreu uma mudança de postura da Coroa Portuguesa com relação à ocupação das áreas mais internas da colônia, motivada principalmente por quatro razões:

[...] em resposta a quatro estímulos interligados – a distribuição de terras; a descoberta de ouro; a necessidade de implantar a lei e a ordem no sertão e a ameaça pendente dos interesses espanhóis – os portugueses resolveram-se a cobrir a hinterlândia com um sistema de cidades, vilas e povoações organizadas. Seus projetos racionais para levar a efeito essa empreitada – que incluíram o emprego de planos diretores – e seu êxito final constituem um dos aspectos mais notáveis da História do Brasil no século XVIII (DELSON, 1979, p.14).

A autora aborda diversos aspectos desse processo, desde as tentativas de ocupação, por parte da Coroa, de ocupação dos sertões do Ceará, Piauí, Pernambuco e Bahia. Destaca, por exemplo, a condução das boiadas como elemento fundamental de penetração para o interior dessas capitanias. Delson acentua ainda a importância do rio São Francisco como via essencial de comunicação entre diversas partes da colônia (DELSON, 1979).

Embora inicie sua análise abordando a região Nordeste, seu estudo concentra-se nas regiões do centro-oeste, sul e sudeste, analisando em conjunto os aspectos políticos e formais, principalmente relacionados às políticas do Marquês de Pombal aplicadas sistematicamente em diversas partes da colônia.

Nesse contexto geral, Alagoas é mencionada apenas diretamente no estudo de Delson, quando da sua observação sobre o rio São Francisco e as boiadas que começaram a ser agrupadas em suas margens, que tem grande extensão nas terras alagoanas. Porém a autora não aprofunda estas questões, bem como não menciona, por exemplo, a criação da vila de Atalaia, em 1764, dentro do período pombalino.

Em estudos mais recentes, e regionais, que enfocam a expansão urbana para o sertão nordestino, tendo como um dos principais agentes de interiorização a criação de gado e o transporte das boiadas, como as teses de Clóvis Jucá (2007) e Nathália Diniz (2013) e a dissertação de Esdras Arraes (2012), o território de Alagoas é abordado em alguns aspectos, ainda que forma tangencial e muitas vezes subordinada à capitania de Pernambuco, pois tais trabalhos tratam de localidades específicas, não tendo, portanto, o compromisso de aprofundar questões relativas a Alagoas. Mas cabe salientar a importância da existência de um diálogo, nessas teses e nessa dissertação, entre diferentes partes do sertão nordestino com as terras alagoanas, principalmente através do rio São Francisco, aproximando Alagoas de um contexto mais ampliado.

Embora os estudos sobre a urbanização de Alagoas no século XVIII sejam ainda escassos, o material documental existente é relativamente vasto. Em um rastreamento realizado em diversos arquivos e bibliotecas, como a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e o acervo do Projeto Resgate (que reúne a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa referente ao Brasil) pode-se constatar o grande volume de textos que aguardam interpretação. As imagens, sobretudo os mapas, são em menor número, mas não são menos relevantes.

As revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, por exemplo, constituem ferramenta importante, tanto na divulgação de documentos originais, através de sua reprodução e publicação, como na construção de uma base historiográfica.

De uma forma geral, esses artigos apresentam uma narrativa histórica cronológica sobre Alagoas, sobre seus municípios ou algum aspecto específico. Os textos são construídos a partir da descrição de fatos históricos e das ações de personagens ilustres, sem se aprofundarem nos aspectos políticos, econômicos e culturais que levaram à formação de um determinado município ou do Estado como um todo.

Entretanto, esses artigos são importantes para compreensão de como a historiografia alagoana foi formada e do que esta se valeu para a elaboração e consolidação de uma história de Alagoas que observa o século XVIII de forma superficial e que credita a uma única classe social – os senhores de engenho e posteriormente os usineiros – e a uma única atividade econômica – a produção de açúcar – todos os fundamentos para a constituição de uma sociedade.

Na historiografia local, o século XVIII em Alagoas parece “desaparecer”, ou ser resumido a alguns momentos específicos como a elevação da região em comarca, em 1706. Os autores como Thomaz Espíndola, Craveiro Costa, Moreno Brandão, Jayme de Altavila e Manuel Diégues Júnior descrevem a história de Alagoas a partir de uma visão mais generalista, pautada em fatos históricos de destaque.

Os quatro primeiros autores mencionados acima possuem obras literárias que se propõem fazer uma história geral de Alagoas, descrevendo desde as populações primitivas, suas etnias e localizações. Apresentam uma narrativa cronológica, percorrendo sobre os séculos XVI e XVII com vários detalhes e abordando vários

acontecimentos, como as primeiras expedições dos donatários de Pernambuco à parte sul da capitania, até o rio São Francisco, as batalhas contra os índios, as tentativas de expulsá-los da faixa litorânea, a invasão holandesa, os conflitos que ocorreram nas vilas alagoanas e a guerra contra o Quilombo dos Palmares. O século XVIII é sintetizado e a historiografia concentra-se no XIX.

Thomaz Espíndola, por exemplo, no livro *Geografia Alagoana* (1871), apresenta uma descrição bastante ampla de Alagoas, abrangendo aspectos físicos, políticos, administrativos e históricos da província, na época. Entretanto, no item denominado “Geografia Histórica”, no que se refere ao século XVIII, limita-se a mencionar a elevação de Alagoas à condição comarca de Pernambuco e a listar os seus ouvidores, até a emancipação política.

Elevada Alagoas à categoria de comarca de Pernambuco, governaram esta capitania:

1º D. Félix José Machado de Mendonça Castro e Vasconcelos, como ficou dito.

2º D. Lourenço de Almeida – do 1º de julho de 1715.

3º Manoel de Souza Tavares – de 23 de junho de 1718 a 11 de janeiro de 1721, em que morreu, ficando interinamente no governo o mestre de campo D. Francisco de Souza. [...] (ESPÍNDOLA, [1871], 2001, p.205).

Moreno Brandão, na *História de Alagoas* (1908), sintetiza em três páginas todo o século XVIII em Alagoas e, assim como Espíndola, caracteriza este período a partir da elevação a comarca e nomeia seus ouvidores e algumas de suas ações. Este autor apresenta duas informações a mais que o anterior, que consistem na introdução da cultura do algodão em alagoas (como uma ação do ouvidor José de Mendonça Mattos Moreira) e a criação da vila do Poxim, em 1799.

Longe morriam os ecos das lutas holandesas e os gemidos dos heróis defensores de Palmares, quando em 1711 foi Alagoas elevada à comarca de Pernambuco, tendo como seu primeiro ouvidor José da Cunha Soares, que governou de 1712 a 1715.

Até então os governadores da capitania de Pernambuco mandavam ouvidores exercer jurisdição em Alagoas, sendo o último que teve semelhante encargo João Marques Bacalhau. Depois de elevada à comarca, ficou tendo sede – vila Magdalena – além do ouvidor, corregedor e comandante militar, juizes ordinários, camarias e capitães-mores, três cargos que também existiam em Porto Calvo e Penedo (BRANDÃO [1908] 2004, p.61).

Mais incompreensível ainda é a total ausência do século XVIII no livro *História da Civilização Alagoana* (1933), de Jayme de Altavila. Sua narrativa, também cronológica, é iniciada ainda na pré-história, passando também pelo “descobrimento”, pelas primeiras expedições à parte sul da Capitania de Pernambuco, pelos holandeses e pelos palmares. O autor dá então um salto cronológico e passa a tratar da cidade de Maceió que, embora os primeiros indícios de sua existência estejam no século XVII, só foi adquirir importância na comarca no início do XIX.

Craveiro Costa, em sua *História das Alagoas* (1929), embora apresente uma narrativa mais aprofundada e consistente que os demais autores mencionados, no que se refere ao século XVIII, também destaca apenas a elevação à comarca, sua organização judiciária a partir deste momento e as ações dos ouvidores.

Com o advento da organização judiciária, nestas paragens por onde imperavam a prepotência dos senhores feudais e o arbítrio rude dos capitães-mores, e medidas outras complementares de polícia e administração que vinham, de súbito, quebrar as asperezas do regime, a autoridade dos grandes proprietários em suas sesmarias e dos vários representantes da metrópole, nas villas e povoados, ficou limitada, para que acima della pairassem a autoridade do rei e as imposições rígidas da lei (COSTA [1929], 1983, p. 76).

Percebe-se que a historiografia consolidada em Alagoas não trata das questões relacionadas a sua formação no século XVIII, não abordando, por exemplo, as motivações para o surgimento das vilas e povoados, suas características. Concentram suas narrativas em descrever a participação de suas principais vilas nos acontecimentos históricos.

De uma forma geral, todos esses autores descrevem uma Alagoas de grande prosperidade no século XVIII, e sobretudo no XIX, afirmando ter sido esse desenvolvimento a principal motivação para a sua emancipação política. Entretanto, o fazem de maneira genérica, indicando o açúcar, o algodão, o gado e o comércio como os principais agentes econômicos do crescimento da comarca, sem fornecer maiores detalhes sobre as formas de produção agropecuária, os gêneros comercializados e as localidades onde essas atividades eram realizadas.

A comarca, pouco a pouco, aumentou em prosperidade; alargou-se a área de sua atividade agrícola; dilatou-se-lhe a opulência, permitindo-se ao colono a pontualidade da satisfação dos dízimos e o pagamento regular das fintas [...]

E tal foi o surto de desenvolvimento e a riqueza da comarca, que, em 1730, Duarte Sodré Pereira, governador de Pernambuco, sugerindo a El-rei a extinção da capitania de Parahyba, cahida em visível decadência, fazia sobresahir, num confronto irretorquível, a prosperidade das Alagoas, com 47 engenhos de assucar, 10 freguesias e uma renda annual de 3:800\$000, em dízimos para o erário real (COSTA, [1929], 1983, p. 77).

É interessante notar certa contradição historiográfica, pois, ao mesmo tempo em que esses historiadores locais creditam ao açúcar todo o processo de formação e desenvolvimento do Estado de Alagoas, estes mencionam a crise que a comercialização do produto brasileiro, e conseqüentemente o alagoano, sofreu por conta da oscilação dos preços no século XVIII, mas falam também de um período de grande prosperidade em alagoas nessa mesma época, sem, no entanto, especificar as razões desse desenvolvimento.

Um dos autores que sem dúvida ajudou a construir a ideia de uma civilização açucareira em alagoas foi o sociólogo, antropólogo, jurista e folclorista alagoano Manuel Diégues Júnior. Entre as suas obras, destaca-se aqui o livro *O Banguê nas Alagoas - Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional* (1949). Este livro apresenta um panorama da formação de Alagoas, desde as primeiras sesmarias, estreitamente vinculado à produção de açúcar.

Diégues Júnior constrói, ao longo do tempo e do território que hoje corresponde a Alagoas, um panorama bastante amplo da fundação de engenhos, apresentando informações minuciosas sobre vários deles, como localização, proprietários e aspectos físicos das edificações. Entretanto, em termos de localização, a sua análise é um tanto limitada, concentrando-se nas regiões norte e centro-litorânea de Alagoas, inseridas em uma faixa costeira não muito extensa na direção oeste, se comparada com toda a extensão do território alagoano hoje, e mesmo na época em que ainda era uma comarca de Pernambuco.

As vilas de Porto Calvo e Alagoas são, para o autor, os principais focos de povoamento dessas áreas. Na parte sul, nas proximidades do rio São Francisco, a

atividade predominante era a criação de gado e penedo foi o foco de povoamento dessa área.

O povoamento dos três primeiros núcleos inicia-se nos últimos decênios do século XVI. Nas primeiras décadas do século seguinte, e ao iniciar-se o domínio batavo, está perfeitamente estabilizado; alicerça-se em bases sólidas, que são, do ponto de vista econômico, a agricultura da cana de açúcar no norte e no centro litorâneo, os campos da pecuária, no sul. Nos começos do século XVII são sedes de freguesia os três povoados iniciais: Porto Calvo, Alagoa do Sul e Penedo (DIÉGUES JÚNIOR [1949], 1980, p.35).

Diégues Júnior, aproximando-se da linha conceitual de Gilberto Freyre, destaca a importância da família e do sistema patriarcal na formação da sociedade alagoana, tendo o português, senhor de engenho, como figura dominante, acentuando o vínculo quase que indissociável de Alagoas com os banguês.

É em derredor dos engenhos e das famílias dos senhores de engenho – os Lins, Wanderley, Acioli, Barros Pimentel, Botelho, Soares, Bezerra, Calheiros, Gomes de Mel, Carvalho – que se forma a sociedade alagoana, cujos fundamentos encontramos nos primitivos povoadores, os que vieram nos fins do século XVII e nos princípios do seguinte. É daí que parte a história não somente do engenho de açúcar nas Alagoas, mas também da própria sociedade alagoana; o que quer dizer a história mesma das Alagoas, unida como está a sua vida à existência dos banguês.

É o engenho o centro da construção social das Alagoas, como de resto de toda a área açucareira do país. Nele se agrupa o elemento humano, seja o proveniente dos grupos indígenas, seja o originado das importações de escravo negro: nele o português é a figura dominante, porque em torno do lusitano se constituíam a economia e a sociedade da região açucareira (DIÉGUES JÚNIOR [1949], 1980, p.40;77).

No que se refere ao período estudado na tese, o século XVIII é também abreviado por esse autor, que o caracteriza como um período de decadência. Por outro lado, insere, ainda que brevemente, outras culturas, como a da mandioca, do milho, feijão e do tabaco. Este último, inclusive, já era plantado no século XVII e, segundo relatos de época, era considerado um dos melhores encontrados no Brasil. Mas o autor acentua que a cana-de-açúcar e sua constante exigência por grandes espaços acabou por se sobrepor ao cultivo desses gêneros, pelo menos nessas áreas.

Mas, a crescente absorção da cana de açúcar, reclamando sempre terras e mais terras, alastrando-se por todos os terrenos de massapé, foi levando à diminuição a produção dos outros gêneros: da mandioca, do feijão, do milho, das verduras. Foi também esquecido o tabaco (DIÉGUES JÚNIOR [1949], 1980,p.110).

Sobre o cultivo do algodão, o autor destaca que essa cultura obteve grande crescimento no século XVIII e que no XIX, com o aumento da demanda pelo produto brasileiro, o setor algodoeiro chegou a superar, em termos de rendimentos, o açucareiro. Este crescimento incentivou, inclusive, a instalação de diversas fábricas de linhas e tecidos na então província, no século XIX.

O algodão foi outro produto que sempre figurou na vida econômica das Alagoas. Sua introdução é atribuída ao Ouvidor José de Mendonça de Matos Moreira, e verificou-se nos últimos anos do século XVIII. Fraca e indecisa a princípio, a cultura do algodão só nos meados do século XIX começou a tomar vulto. (DIÉGUES JÚNIOR [1949], 1980,p.110).

O fato é que a cultura do algodão se deu amplamente nas terras alagoanas. E saliente-se a coincidência do plantio da malvacea para fins mercantis se ter verificado em terras de um engenho de açúcar; algodão e açúcar dando-se as mãos no domínio quase absoluto que tem tido na economia alagoana. Pois o algodão sempre figurou ao lado do açúcar; algumas vezes suplantou-o. (DIÉGUES JÚNIOR [1949], 1980,p.113)

Em um documento localizado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, em uma carta de Bento Bandeira de Melo, endereçado ao secretário da Marinha e Ultramar, datada de 1789, o autor da carta descreve as características favoráveis de algumas barras e entradas de rios alagoanos para a parada de embarcações diversas, mencionando inclusive que algumas saem carregadas para o reino com diversos gêneros, inclusive algodão.

[...]e em distancia desta mesma barra ao Norte duas legoas fica a ensiada de Jaraguá, onde podem ancorar grandes Navios, e carregarem sem maior incomodo, e além destas barras nomeadas tem outras na comprehensão da Capitania e Comarca das Alagôas, que melhor se possam escolher para a car dos efeitos, que produz com abundancia a d^a. Capitania, como sejam, Assucar, pelos m^{tos} engenhos, que em si contém, Algodão, e outros m^{tos} generos, que hé capas de produzir aquele fertil e dilatado terreno, alem das preciosas madeiras, de que hé abundantíssimo, como hé const^e. e notorio.³⁸

³⁸. Projeto Resgate AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D.265

Diégues Júnior aborda ainda outros aspectos relacionados aos banguês e à sociedade alagoana, como a inserção do escravo africano no engenho, a formação dos quilombos, as expressões culturais decorrentes dos banguês e a vida social desenrolada nesses complexos produtivos.

Por outro lado, na contramão de uma região exclusivamente açucareira, os documentos encontrados até o momento demonstram uma comarca de múltiplas atividades no século XVIII, com várias localidades além das vilas. Percebe-se que não somente a produção de açúcar se desenvolvia na região, mas também a de outros produtos, como o fumo, o algodão e as culturas de subsistência, além da criação de gado.

Entre os manuscritos do acervo da Biblioteca Nacional, destacam-se:

- *Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749.* Anais da Biblioteca Nacional, volume 28, ano 1906.

- *Idea da população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos e Rendimentos Reaes, aumento que estes tem tido [?] desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitancias o Governador e Capitam General Jose Cezar de Menezes.* Sem data identificada. Localização no acervo: 11,3,006.

- *Mapa da população total de cada comarca. Mapa geral das 17 vilas e 8 lugares que se tem erigido em Pernambuco Mapa de tudo que constitui as forças e defesa da capitania. Relação dos engenhos moentes e de fogo morto que há nas vinte freguesias. Rendimento das provedorias Relação dos petreixos que achou Luis Diogo Lobo da Silva nas dez fortalezas.* Data: 1763. Localização no acervo: 03,1,038.

- *Mapa das igrejas do Bispado de Pernambuco, suas congruas e rendimentos.* Data: 1818. Localização no acervo: I-31,24,011

O documento *Informação Geral da Capitania de Pernambuco* apresenta um conjunto de cerca de 400 documentos relacionados à Capitania de Pernambuco, de anos

diversos, mas a maioria do século XVIII. São vários decretos reais, leis e recomendações sobre como devem proceder governadores, soldados, oficiais, juizes, religiosos e outros, para o desenvolvimento da capitania, e consequente o bom andamento do reino de Portugal. São ordens referentes, por exemplo, ao comércio com embarcações estrangeiras, aos missionários e como estes devem tratar os índios, aos religiosos estrangeiros, ao pagamento dos dízimos e propinas reais, ao controle dos produtos e de seus rendimentos, entre outros. Além disso, apresenta também várias relações das “coisas” da capitania, como portos, fortificações, conventos, curtumes, vilas e cidades.

No que se refere diretamente à comarca de Alagoas, são apresentadas informações sobre aspectos religiosos, a partir da relação das freguesias existentes e da quantidade de igrejas, capelas e conventos; administrativos, com uma lista dos ouvidores nomeados entre 1711 e 1748; militares, relacionando as companhias que guarneciam as freguesias, econômicos, através da menção a alguns gêneros produzidos e comercializados e da quantidade de engenhos; populacionais, com a quantidade de fogos e pessoas de sobrelotação em cada freguesia, além de algumas aldeias missionárias, e naturais; através do levantamento dos principais rios da comarca.

Em meados do século XVIII, a comarca de Alagoas contava com oito freguesias e um curato, quais sejam: Freguesia da vila de Porto Calvo, Camaragibe, Nossa Senhora do Ó de Santo Antônio do Meirim, Curato do Poxim (Poxim), Alagoa do Norte, Porto da Folha do Rio São Francisco, da vila do Penedo, da Alagoa de São Miguel e da Alagoa do Sul. No total são nove igrejas matrizes, com os seguintes oragos e localização: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, na freguesia da vila de Porto Calvo; Senhor do Bom Jesus, em Camaragibe; Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Santo Antônio Meirim; Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Poxim; Santa Luzia, na Alagoa do Norte, Nossa Senhora do Ó, em Porto da Folha; Nossa Senhora do Rosário, em Penedo; Nossa Senhora do Ó na Alagoa de São Miguel e Nossa Senhora da Conceição na Alagoa do Sul. As capelas somam-se setenta, mas não são nomeadas. Os conventos são dois: o de Santa Maria Madalena, na vila de Alagoas e o de Nossa Senhora dos Anjos, na vila de Penedo. Havia ainda o Hospício do Carmo da Observância, na vila de Alagoas.

As aldeias missionárias são ao todo sete: três na vila de Alagoas – de Santo Amaro, sob a mesma invocação, com índios Caboclos, da língua geral; de Gameleira, sob a invocação de Nossa Senhora das Brotas, com Tapuias, Cariris e Uruás e de Urucu, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, com caboclos da língua geral. A aldeia de Gameleira estava situada no distrito de Palmar (antiga região do quilombo dos Palmares).

Segundo consta na Enciclopédia dos Municípios (IBGE, 1954), parte das terras do antigo Quilombo dos Palmares são hoje do município de Atalaia, que, no tempo de sua elevação à vila teve igreja matriz dedicada a Nossa Senhora das Brotas. É possível, portanto, que o povoado inicial de Atalaia seja originário da aldeia de Gameleira.

Na vila de Penedo, as aldeias eram quatro: São Braz, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó, com índios Cariris e Progéz; Alagoa Comprida, sob invocação de São Sebastião, com índios Carapotós; Pão de Açúcar, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e com índios Chocós e a aldeia da Alagoa da Serra do Camonaty, sob invocação de Nossa Senhora da Conceição, com uma nação de Carnijós.

As guarnições militares estavam organizadas em companhias de ordenanças, cavalaria, Henriques e Índios, e estavam distribuídas pelas três vilas e suas freguesias. Cada vila possuía também sua organização judiciária, com juízes de órfãos, escrivães, meirinhos e assistentes. Entre 1711 e 1749, a comarca teve oito ouvidores.

Os engenhos da comarca, que constam nesse documento, são no total 64, sendo 52 moentes e 12 de fogo morto, distribuídos nas freguesias da seguinte maneira: 18 na vila de Porto Calvo, 27 moentes e 6 de fogo morto na vila de Alagoas e 7 moentes e 6 de fogo morto na vila de Penedo.

A quantidade total de fogos era de aproximadamente 2705, com uma população aproximada de 12421 pessoas (a relação não apresenta a quantidade de fogos e de pessoas das freguesias de Camaragibe, Alagoa do Norte e Alagoa do Sul).

O quadro abaixo consiste em uma síntese dos pontos de povoamento e aglomeração relacionados no documento em questão.

Tabela 05. Síntese das informações do *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*.

Vilas	Freguesias e Curato	Igrejas	Capelas	Clérigos	Aldeias	Engenhos	Fogos	Pessoas
Porto Calvo	Freguesia da Vila de Porto Calvo	1	10	6	4	18	420	3030
	São Bento	1	5	4			411	1712
	Camaragibe	1	10	8				
	Nossa Senhora do Ó de Santo Antônio Merim	1		2			176	643
Alagoas	Alagoa do Norte	1	15	7	3	33		
	Alagoa de Sam Miguel	1	8	5			635	2590
	Alagoa do Sul	1	9	11				
Pene do	Porto da Folha do Rio de São Francisco	1	7	6	-	13	295	1706
	Curato do Poxy	1	1	2			248	884
	Freguesia da Vila do Penedo	1	10	11			931	3568

Fonte: a autora, 2015.

Como se percebe, ao tempo da elaboração do referido documento, por volta de 1739, Alagoas contava com diversos pontos de ocupação, além de suas principais vilas, que são constantemente mencionadas na historiografia local. Deve-se observar que essas localidades, engenhos, capelas, aldeias, sugerem uma aglomeração de pessoas, ainda que pequena, podendo dar origem a povoados posteriores, como se verá a seguir, e que certamente demandavam alguma circulação de produtos, denotando um pequeno comércio.

Figura 54. Mapa elaborado com base nas informações do manuscrito *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*.

Freguesias, Curato e Aldeias. Esquema: Catarina Agudo, 2015.

É provável que algumas das capelas listadas pertencessem aos engenhos. Entretanto, a quantidade de capelas ultrapassa a de engenhos, sugerindo a existência de outros “bairros” ou povoados rurais, não necessariamente vinculados à produção de açúcar.

Outro documento que apresenta informações importantes sobre o povoamento de Alagoas e a sua formação urbana é o *Idea da população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas [...]*. Este manuscrito apresenta os resultados de um levantamento realizado no ano de 1774. Descreve brevemente as capitanias do Ceará, Rio Grande e Paraíba e suas freguesias, e apresenta informações mais substanciais sobre a capitania de Pernambuco.

No que se refere a Alagoas, esse documento descreve, de uma forma geral, uma série de elementos e aspectos da comarca, desde as suas vilas e freguesias, os rios, produtos cultivados e comercializados, além de mencionar diversas capelas, fazendas e engenhos em diferentes freguesias. Nesse documento também constam os rendimentos das freguesias com os contratos das carnes, do açúcar, da aguardente. No que tange à população da comarca, são quantificados os fogos e as pessoas de desobriga. E a população também é classificada quanto ao sexo e a idade, em cada freguesia.

As freguesias são ao todo 14: Nossa Senhora da Apresentação da Villa de Bom Sucesso e Porto Calvo; Senhor Bom Jesus, de Camaragibe; São Bento do Porto Calvo; Parte da freguesia de Unna pertencente à vila de Porto Calvo; Nossa Senhora do Ó, Curato Meirim; Villa das Alagoas da Senhora da Conceição; São Miguel da Senhora do Ó; Povoação da Alagoa do Norte, da Senhora Santa Luzia; Santo Antônio Meirim de Nossa Senhora do Ó; Nossa Senhora das Brotas, e Santo Antônio da Real Villa de Atalaia; São José, e Madre de Deus, Curato do Poxim; Nossa Senhora do Rosário da Villa do Penedo; Nossa Senhora da Conceição de Porto Real e Nossa Senhora do Ó.

As vilas e freguesias estavam todas situadas às margens dos rios, conforme é descrito no manuscrito, sendo os cursos fluviais, em sua maioria, os limites das ditas freguesias. Na vila de Penedo também eram povoadas várias ilhas do rio São

Francisco, algumas inclusive com cultivo de gêneros alimentícios e cana-de-açúcar, com engenhos e com criação de gado.

A Villa de Porto Calvo, está distante da de Pernambuco trinta e tres legoas ao sul tem de costa desaseis legoas, principiando do rio Paracinunga, e ao Norte té o rio Sapucaí ao Sul : tem de fundo esta Villa da Caosta correndo rumo de Oeste para os Certoens quarenta legoas pouco mais ou menos, he povoada em umas partes mais, e em outras menos, por serem sete, oito, nove, dez e onze legoas, aonde mais chega a cultura : sendo povoada até o arraial de Jacuípe, por este rumo, com distância de onze legoas, e o mais despovoado, isto enquanto a parte do Norte, e pela do Sul, tem a mesma distancia pelo mesmo rumo para os Certoens, sendo só povoado cinco legoas, té o Engenho Getituba.

Conthem em si no espaço da Villa [de Penedo] para cima de trinta Ilhas, sendo as mais dellas habitadas de muitos moradores, por serem terras fecundas para todos os fructos, e muito principalmente a chamada Brejo Grande, que o seu comprimento He mais de legoa e meia, e de largo tem quase huma legoa, dentro da qual tem três Engenhos de assucar, e muita abundância de fructos, e arvores de espinho: a maior dellas chamada Ilha grande, esta tem três legoas de comprido, e quase huma e meia de largo, dentro da qual se achão cinco fazendas de gados Vacum e Cavalar, com capacidade de se fabricarem nella alguns Engenhos : ainda que nas innundações grandes do dito rio humas e outras se alagão com notável prejuízo dos seus moradores em cujo tempo seca a fartura de todo o peixe que em todo o mais superabunda.

Outra informação importante que este manuscrito apresenta e que a historiografia alagoana talvez tenha desconsiderado ao caracterizar esse período como decadente, ou subtraí-lo de suas narrativas, são das datas de criação de algumas freguesias e construção das igrejas matrizes, conforme a lista abaixo:

- Nossa Senhora da Apresentação da Vila de Bom Sucesso de Porto Calvo – antes da invasão dos holandeses;
- Senhor Bom Jesus de Camaragibe – igreja matriz em 1708;
- São Bento – curato em 1618;
- Vila das Alagoas da Senhora da Conceição – freguesia em 1654;
- São Miguel da Senhora do Ó – curato em 1683;
- Alagoa do Norte – povoação com vigário em 1654;
- Santo Antônio do Meirim de Nossa Senhora do Ó – igreja matriz em 1713;
- Nossa Senhora das Brotas e Santo Antônio da Real Villa de Atalaia – freguesia em 1763;
- São José do Poxim – curato em 1718;
- Nossa Senhora do Rosário da Villa do Penedo – igreja matriz em 1649;

- Nossa Senhora da Conceição de Porto Real – freguesia em 1763;
- Nossa Senhora do Ó – freguesia em 1714.

Comparando com o manuscrito mencionado anteriormente (*Informação Geral da Capitania de Pernambuco* [...]), observa-se que Atalaia passou da condição de aldeia em 1739 para freguesia em 1763 e para vila em 1764. A população, segundo consta, continuou sendo predominantemente indígena.

Entre as informações obtidas através desse manuscrito, destaca-se aqui a relação entre a produção de açúcar, a criação de gado, o desenvolvimento de outras atividades e a construção de uma historiografia que privilegiou a cultura açucareira, em detrimento de um diversificado sistema econômico, envolvendo diversos gêneros e o comércio.

Nesse documento, ao contrário do que foi dito pela historiografia local, a produção de açúcar e os engenhos não aparecem com tanta pujança como foi descrito pelos autores mencionados anteriormente. O documento não informa com ênfase a quantidade de engenhos e de açúcar produzido na comarca nesse período. As referências são de uma produção de pequena quantidade.

Ao todo são 73 engenhos (moentes e de fogo morto) distribuídos pelas freguesias de Porto Calvo, Camaragibe, São Bento, parte da freguesia de Una, curato do Meirim, Alagoas, São Miguel, Santa Luzia, Santo Antônio do Meirim, Poxim e Penedo.

Com relação à localidade desses engenhos, o manuscrito também fornece uma informação diferente da que é amplamente aceita de que na parte sul de Alagoas, nas proximidades do rio São Francisco, não se produzia açúcar. Considerando as ilhas deste rio e as freguesias pertencentes ao termo da vila de Penedo, são mencionados 9 engenhos.

Por outro lado, no que se refere à criação de gado, esse documento apresenta uma quantidade de informações mais substanciais. São mencionadas 248 fazendas no total. É importante salientar a importância do criatório para a formação de Alagoas, em diversos aspectos, pois, esta quantidade de fazendas é bastante relevante quando se considera, por exemplo, a extensão do território da comarca, os caminhos existentes, os fluxos das boiadas, as instalações das fazendas e a utilização desse

gado (sobretudo o *vacum*, como força de trabalho nos engenhos, como carne verde ou seca para alimentação, como couro para comercialização) evidenciando um sistema produtivo entrelaçado a outras atividades, inclusive a produção de açúcar.

Embora esse levantamento não mencione a existência de curtumes na comarca, no Informação Geral da Capitania de Pernambuco há uma lista com 5 fábricas de atanados e 22 curtumes, localizados na vila de Recife. É provável, portanto, que os couros de Alagoas fossem levados até Recife para serem beneficiados.

Outro aspecto importante que essas informações revelam é quanto à localização desses criatórios. Enquanto Diégues Júnior, por exemplo, os localiza na região sul de Alagoas, nas proximidades do rio São Francisco, o manuscrito demonstra a existência de fazendas de gado em várias regiões da comarca, inclusive em freguesias caracterizadas como zonas açucareiras, como as de Porto Calvo, Camaragibe, onde [...] *nos seus férteis, e delatados pastos se crião gados muito pingues, assim vacum, como cavallar, e são as suas terras aptissimas para todas as lavouras, principalmente para as canas, roças e fumo (Idea da População [...], 1774)*, e de São Miguel. Esse aspecto evidencia a coexistência entre o gado, a cana-de-açúcar e outros produtos.

Figura 55. Mapa esquemático elaborado com base nas informações do manuscrito Idea da população da Capitania de Pernambuco [...].

Vilas, Engenhos e Fazendas. Esquema: Catarina Agudo, 2015.

Através desse manuscrito pode-se observar ainda a existência de um comércio diversificado em algumas freguesias, como na da Alagoa do Norte:

Tem algum Commercio de assucar, Madeiras, Peixe, e algum azeite, cujo commercio He comum, e também comerceão algum Tabaco e Páu Brasil.

Na de Santo Antônio Meirim de Nossa do Ó:

O seu Commercio He Madeiras de Socopira, Peixes, Azeite de mamona, e pouco assucar.

E na de Nossa Senhora das Brotas:

O terreno he sobre hum Monte, pouco aprazível mas muito fértil para a produção das lavouras, das quaes uzão muito pouco os seus habitantes, por se empregarem no commercio da Papaconha: também tirão para negoceio, páos para jangadas, Canoas e algum tabaco.

A atividade comercial realizada na comarca também pode ser observada através da menção ao transporte de produtos diversos, como açúcar, madeira e couros, pelos cursos dos vários rios e pelas lagoas.

São abundantes de toda a diversidade de peixes preto e branco, e as suas margens junto à Marinha, de Carangueijos e Mariscos; as suas mattas virgens, de preciosas madeiras, como sejam: Páos amarelllos, Sicopiras, páos de arco, Gurubús, Cupaubas que se transportão por suas correntes até as suas barras, como também asucares, couramas, e mais effeitos, tudo em beneficio de seus habitantes.

He a dita Alagoa toda navegavel, em distancia de sette legoas, té o logar do trapixe donde recebem as Caixas, e mais generos, que pela dita Alagoa se transportão de onde em carros se condusem huma legoa por terra té o porto, ou Bahia chamada Jaraguá, onde ancorão as Sumacas, que não sobrem pela Alagoa acima, pelos muitos baixos que encontrão té defronte da mesma Villa.

Sobre a região de Penedo também são encontradas referências da realização de atividades comerciais, principalmente com a Bahia e com a região das Minas, através do rio São Francisco. [...] a outra [vila] pertencente a m^{ma}. Comarca das Alagoas chamada de Penedo, que fica a borda do grande rio de S. Francisco, que hé assás rica, e de grande comercio pela comunicação que tem p^{lo}. Mesmo Rio com os habitantes dos Sertoens, [...] ³⁹

Sobre a diversidade, abundância e qualidade das madeiras encontradas em Alagoas, há referência em diversos documentos do AHU, na seção sobre Alagoas. Em algumas cartas há inclusive a preocupação com a conservação dessas matas e a menção quanto à fabricação de embarcações.

As matas deste districto bem conhecidas pella denominação dos Palmares com extensão de mais de 30 legoas são as mais férteis que se conhesem não so pella suas qualidades, abundancia e drandeza mas taobem por serem ellas da famosa secupira Merim, única p^a. construsoens de Naus de guerra, e de muitos paus amareloos, de sorte q em todos os tempos desde o descobrim^{to}. destas conquistas tem ellas sempre suprido com as matas do Merim a mayor p^{tes}. Das construsoens q nesta Comm^{ca}. se fazem continuam^{te}. Para S, Mag^{de}., tanto para os liames das naus e fragatas de guerra, como p^a. os gr^{es} xaproes de amarelo, por serem estas matas as únicas em toda a Capitania a produzirem amarelos de extraordinária grandeza, tanto q presentemente se trabalha em grande quantidade de xaproens para o Arsenal Real de Lisboa [...] ⁴⁰

Além da qualidade das madeiras de Alagoas, dois documentos mencionam a fabricação de embarcações na região. Embora as condições de ambos os manuscritos não permitam a sua leitura, na ficha de identificação e catalogação destes são feitas as seguintes descrições:

Instrumento de justificação a favor de José Joaquim de Brito, mestre do bergantim português denominado Pérola do Norte, fabricado nas Alagoas, senhorios António Luís Fernandes e Companhia. (Lisboa, 1799) ⁴¹

³⁹. Projeto Resgate AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 265.

⁴⁰. Projeto Resgate AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 248

⁴¹. Projeto Resgate AHU_ACL_CU_004, Cx. 4, D. 279.

Instrumento de Justificação a favor de Francisco Inácio Xavier, mestre da corveta portuguesa denominada Nossa Senhora da Conceição e Senhor do Bonfim, fabricada nas Alagoas, senhorio Joaquim Quintela.⁴²

É possível observar, por exemplo, que, ao contrário do que foi mencionado na historiografia local, o cultivo e a comercialização de fumo continuaram existindo durante o século XVIII, inclusive em regiões onde predominava a produção de açúcar. O que reitera a ideia de uma história construída a partir do olhar de uma aristocracia açucareira.

É interessante notar também que, em um trecho do manuscrito há a indicação de como era realizado o transporte pelo rio São Francisco, de barco até o porto de Piranhas, e por terra, a partir de Piranhas, em direção ao sertão, evidenciando a importância deste rio como via de comunicação para partes mais internas da colônia.

Causa admiração: se encaminhem todas as agoas dele por hum estreito Canal, e he provável que por debaixo das ditas serranias, ou pederneiras, ha cavernas, sumidouros, e veredas nas extensas por onde façam sua carreira muitas delas : a terra que corre por sima destas serranias, he toda raza a que chamão taboleiro, e por ele fazem seus caminhos os que sobem para os Certões.

O quadro a seguir consiste em uma síntese de algumas informações relevantes contidas no referido manuscrito que se referem à comarca de Alagoas.

⁴². Projeto Resgate AHU_ACL_CU_004, Cx. 4, D. 280.

Tabela 06. Síntese das informações contidas no manuscrito *Idea da População da Capitania de Pernambuco* [...].

Vilas	Elementos	Igrejas	Capelas	Conventos	Povoações	Vilas	Engenhos	Rios	Fazendas	Fogos	Pessoas de desobriga
	Freguesias										
Porto Calvo	Nossa Senhora da Apresentação da Villa de Bom Sucesso e Porto Calvo	1	13			1	12	18	-	700	4400
	Senhor Bom Jesus, de Camaragibe	1	11	1	1		11	73		1177	4120
	São Bento do Porto Calvo	1	5		1		5	9		600	3000
	Parte da freguesia de Unna pertencente a esta Villa (de Porto Calvo)		3				4	9		351	1423
	Nossa Senhora do Ó, Curato Meirim, pertencente a esta Villa (PC)		1				2	12		70	472
Alagoas	Villa das Alagoas da Senhora da Conceição	4	6	2		1	10			1569	4899
	São Miguel da Senhora do Ó	2	6				9		32	1037	3749
	Povoação da Alagoa do Norte, da Senhora Santa Luzia	2	9				8			1070	3016
	Santo Antônio Meirim de Nossa Senhora do Ó	1	1				3			334	998
	Nossa Senhora das Brotas, e Santo Antônio da Real Villa de Atalaia	1	2			1			8	650	1484
Penedo	São José, e Madre de Deus, Curato do Poxim	1	2				2		14	462	1682
	Nossa Senhora do Rosário da Villa do Penedo	3	10	1		1	7		80	1761	5626
	Nossa Senhora da Conceição de Porto Real	1								112	256
	Nossa Senhora do Ó	1	5						114	689	2333
	Total	19	74	4	2	4	73	121	248	10.582	37.458

Fonte: a autora, 2016.

Além dos manuscritos, a cartografia do século XVIII que representa a comarca de Alagoas, ou parte dela, também fornece importantes dados para o estudo da sua urbanização.

4.3. Alagoas sob o ponto de vista de sua atual capital, Maceió

A cidade de Maceió, atual capital de Alagoas, tem suas origens em meados do século XVIII, a partir de um antigo engenho, denominado *Massayo*, e um pequeno povoado que juntos atuavam como apoio ao porto de Jaraguá. Entretanto, esta região recebeu atenção oficial já no século XVII, por conta do contrabando intenso de pau-brasil praticado principalmente pelos franceses, nas proximidades desse porto. Uma ordem régia foi expedida para que se fortificasse a área, porém a ordem não foi concretizada (ALTAVILA, 1988).

Após rápido desenvolvimento, Maceió foi desmembrada da vila de Alagoas em 1815 e a sua relação estreita com o porto marítimo permitiu que a nova vila prosperasse, tanto que em 1839 Maceió se tornou a capital da província de Alagoas⁴³.

Até meados do século XVIII, Maceió passou de forma silenciosa pela cartografia que se deteve sobre as terras de Alagoas, com exceção das duas pontas de Jaraguá e Pajuçara. Uma referência cartográfica ao povoado só surgirá em 1757, em um mapa, localizado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, intitulado *Planta e explicação daz ençiadaz de Tragôa e Pajusara*, cuja autoria é desconhecida⁴⁴.

Como o próprio título indica, o destaque é dado para estas duas enseadas. Entretanto, o mapa é dividido entre uma extensa área oceânica e a faixa terrestre. Em diferentes tons esverdeados, as áreas mais distantes da costa são delineadas por diversas montanhas, que coincidem com planaltos existentes na região. O título é acompanhado por um extenso texto explicativo, ambos emoldurados por um cartucho ricamente ornamentado por motivos de folhagens e conchas, assim como o petipé, ao lado.

⁴³ . Em 16 de setembro de 1817 foi decretada a emancipação da comarca de Alagoas da Província de Pernambuco. COSTA, 1983.

⁴⁴ . Este mapa foi gentilmente cedido por Maria Angélica da Silva, a qual o localizou no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa em 2002.

Figura 56. *Planta e explicação daz ençiadaz de Tragôa e Pajusara*. Autordesconhecido. 1757.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Nas proximidades da ponta de Jaraguá, podem ser vistas algumas edificações do pequeno povoado (1), e uma representação de vegetação que se assemelha a uma plantação. Em outra parte, no sentido de onde é hoje o bairro do Trapiche, também há algumas construções (2). Inclusive uma semelhante a uma capela. Um pouco mais distante das enseadas, na entrada do canal das lagoas Mundaú e Manguaba, são representadas duas pequenas edificações (3).

Provavelmente, estes pontos de fixação estabeleceram estreita relação com as trocas comerciais exercidas nos arredores, sobretudo o transporte e a comercialização de açúcar e outros gêneros, como fumo e farinha⁴⁵.

Interligando o povoado, o porto e as outras duas localidades mencionadas, podem ser vistos delgados caminhos terrestres que seguem acompanhando o contorno da orla marítima. Também é possível observar um caminho que vai na direção da ponta de Pajuçara, já sinalizando um futuro ponto de ocupação.

⁴⁵ . Sobre a produção de outros gêneros comerciáveis em Alagoas, ver DIÉGUES JÚNIOR, 1980.

Figura 57. Detalhe do mapa anterior.

Destaque para a existência de edificações – 1, 2 e 3. Infográfico da autora.

Ao comparar este mapa com uma vista aérea atual, pode-se observar, além da conformação da costa, que permanece semelhante, o desenvolvimento dos caminhos setecentistas em trechos de avenidas atuais. O porto de Jaraguá é também uma permanência marcante, assim como a enseada de Pajuçara.

Figura 58. Vista aérea da cidade de Maceió.

Em amarelo, os caminhos que seguem para os atuais bairros do Trapiche e Pajuçara. Fonte da vista: Google Maps, 2015. Infográfico da autora.

4.4. Alagoas na cartografia do século XIX: de comarca à província

Entre os mapas do Arquivo Nacional, destacam-se aqui os dois a seguir:

- Carta Geografica da Capitania de Pernambuco compreendida entre a Costa Maritima do Brasil, que se faz o seu lado oriental, o Rio de são Francisco, que a divide pelo extremo meridional com a capitania da Bahia des da sua foz até a confluência do Carinhanha, segundo a digressão curva que lhe demarca Robert Vaugondy; os limites conhecidos das Capit^a de Minas Geraes e de Goyaz, que a terminão pelo lado occidental, e as Comarcas de Piauihi, Ceará e Parahiba pelo Septentrião: sendo estas ultimas divisões determinadas conforme as noticias combinadas dos moradores, os viajantes práticos dos lugares, que abrange à sua vasta extensão por Joze Fernandes Portugal. Anno de 1807.

- Mapa Topographico da parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba. Compreendida pelo Rio Parahiba ao Norte, Oceano a l'Este, Rio S. Franco. ao sul e Rio Panema a Oeste. Arranjado segundo os trabalhos existentes, observações feitas e informações tiradas por ordem da Ex^{ma}. Junta do Governo Provisório da Provincia de Pernambuco. Pelos Tenentes Coroneis do Corpo de engenheiros: Firmino Herculano de Moraes Ancora e Conrado Jacob de Niemeyer. Anno de 1823.

O primeiro mapa, de 1807, abrange a capitania de Pernambuco e partes das que com esta limitavam-se. Ao se observar esse mapa percebe-se que a forma desta capitania diferia bastante da divisão retangular, iniciada no litoral e penetrando o sertão até a linha de Tordesilhas, representada em diversos mapas das capitanias hereditárias.

Figura 59. *Carta Geografica da Capitania de Pernambuco*. 1807.

Fonte: Arquivo Nacional. Destaque em amarelo: Comarca de Alagoas. Intervenção da autora.

Nesse mapa Pernambuco segue, pelo sul, acompanhando o rio São Francisco, fazendo divisa com a capitania da Bahia, e chegando até Paracatu, na capitania das Minas Gerais. No sentido oeste, estende-se até as capitanias de Goiás e do Maranhão. A comarca de Alagoas está destacada em vermelho e apresenta uma forma triangular, semelhante ao que é seu território hoje.

Na comarca de Alagoas este mapa indica alguns de seus principais rios e lagoas, além de diversos pontos de povoamento. Na época de feitura do mapa, Alagoas contava com seis vilas – Porto Calvo, Alagoas, Penedo, Atalaia, Poxim e Anadia. Entretanto, somente as três mais antigas são indicadas. A ocupação na comarca é indicada também pela presença de igrejas, com representação iconológica própria, além de vários lugares situados ao longo da faixa litorânea e na margem do rio São Francisco.

Embora, aparentemente, o mapa mostre uma ocupação mais concentrada nessas duas regiões, o quadro de sesmarias apresentado anteriormente mostra um cenário de apropriação de terras bastante distribuído por todo o território da comarca.

Na costa oceânica são indicadas as igrejas das freguesias de São Bento, São Miguel e Poxim, e os lugares diversos nomeados, como *Pajuçara* e *Jaraguá*, ou representados por um pequeno triângulo vermelho. O antigo povoado de Maceió, atual capital do estado, também é indicado, como *Massayó*.

Figura 60. Detalhe da figura 59.

Indicação de diferentes pontos de ocupação em Alagoas. Legenda: 1. *Jaraguá*; 2. *Massayó*; 3. *Pajuçara*; 4. Matriz de São Miguel. Mancha amarela: Localização de outros pontos de ocupação, não nomeados, no entorno das lagoas Mundaú e Manguaba.

Margeando o rio São Francisco, da sua foz até a cachoeira de Paulo Afonso, há diversos pontos de fixação, além da vila de Penedo. São indicadas quatro igrejas – São Francisco, São Sebastião, e duas dedicadas a Nossa Senhora do Ó. Os lugares são: Pontal, Piaçabuçu, Boacica, Morro Vermelho, Porto Real, São Braz, Rabelo, Jacobina, Lagoa Funda, limoeiro, Jacarezinho, Pão de Açúcar, Bonito, Cabaços,

Piranhas, Sipó, O buraco, Curralinho, Brejinho, Talhado, Xingó, Morcego e Santo Antônio. Dentre estes lugares, Piaçabuçu, Porto Real, São Braz e Piranhas são municípios atualmente. E Xingó é um bairro atual de Piranhas.

É provável que a grande quantidade de pontos de fixação se devesse à intensa circulação de mercadorias, que utilizava o rio São Francisco como via de transporte, tanto para levar produtos para o interior da capitania e para outras regiões, como para escoar a produção dessa região. Pelo rio a navegação é possível até o porto de Piranhas, como é referido no documento de 1774, pois o rio nesse ponto sofre um estreitamento de suas margens e suas águas tornam-se mais agitadas, por conta da cachoeira de Paulo Afonso. Esse aspecto da navegação no São Francisco é referido já pelos viajantes do século XVI, assim como em levantamentos posteriores, como na *Idea da População de Pernambuco* [...], demonstrando a importância desse rio como via de transporte, ao longo do tempo.

[...] Este rio entra tão soberbo no mar e com tanta fúria, que não chega a maré á boca, do Sul para o Norte; dentro é muito fundo e limpo, e **pode-se navegar por ele até 60 léguas como já se navegou**. E daí por diante se não pode passar por respeito de **uma cachoeira mui grande** que há neste passo, onde cai o peso da água de mui alto. [...] Este rio procede de um lago mui grande que está no íntimo da terra, onde afirmam que há muitas povoações, cujos moradores (segundo fama) possuem grandes haveres de ouro e pedraria (GÂNDAMO, [1573] 2008, p.73, grifo nosso).

[A vila de Penedo] está situada oito legoas em distancia da Barra, até onde se faz commum a navegação das Sumacas, porque della para cima, somente navegão continuadas Canoas te p porto das Piranhas, distancia de trinta legoas de donde não passam pela eminencia das Caixoeiras, e já para chegar ao dito lugar quatro legoas antes a fazem com evidente risco, por ser por entre pedras, e arrebatadas correntes por se avizinhar dahi quinze legoas a grande Caixoeira de Paulo Afonso [...]. (*Idea da população de Pernambuco*, [1774], Anais da biblioteca Nacional, 1918, p.59)

A partir de Piranhas o transporte era feito por terra, contornando as serras representadas próximas à margem do rio e passando pelos lugares O Buraco, Curralinho, Brejinho, Talhado, Xingó, Morcego e Santo Antônio. O caminho segue por terra. A partir de Piranhas, atravessa o rio Moxotó e encontra outro caminho terrestre, que vem desde Recife pelo interior da capitania.

Figura 61. Detalhe da figura 59.

Indicação do caminho, com os lugares, que partia do porto de Piranhas para o interior da comarca.

Para auxiliar ainda na compreensão de alguns aspectos da urbanização de Alagoas em princípios do século XIX, como a configuração das vias terrestres, as áreas de plantio e a localização de engenhos, foi selecionado o “*Mappa Topographico da Parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba*” de 1823.

Este mapa, como o próprio título indica, abrange as províncias da Paraíba, Pernambuco e Alagoas e ainda indica a da Bahia. Possui coloração em tom de marrom, talvez por conta do envelhecimento do papel. Em alguns trechos parece ter sido elaborado com certo descuido, pois a grafia das palavras às vezes é ilegível e o desenho dos ícones não segue um padrão.

Figura. 62. Mapa Topographico da Parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba, 1823.

Fonte: Arquivo Público Nacional.

Além da localização de vilas e povoações, da identificação de rios e lagoas e da demarcação de estradas, o mapa coloca de forma bastante interessante informações peculiares, referentes à qualidade das terras, existência de engenhos e tipos de madeiras predominantes em algumas regiões.

Com esse mapa é possível reconhecer que as principais atividades produtivas de Alagoas são, ainda, a produção de açúcar e a criação de gado, mas, inserido ainda no século XVIII, o algodão também aparece nesse cenário. Segundo o mapa, o açúcar consiste no principal produto das regiões norte e centro-litorânea e o gado e o algodão

predominam na região sul e no sentido do sertão. Este mapa traz também a indicação de localidades em que a mata ainda não foi desbravada ou que contém madeiras de interesse, como o pau-brasil.

Figura 62. Detalhe da figura 62.

Fonte: Esquema da autora.

Legenda de cores: Amarelo – área de predominância do gado; Verde – área de predominância do açúcar.

Descrição textual da ocupação do território:

1. *Terreno todo Ocupado com Engenhos de Assucre;*
2. *Matas Virgens com magnificas Madeiras de todas as espécies;*
3. *Terrenos com Engenhos;*
4. *Matas de Bôa Madeira de construção;*
5. *Matas virgens aonde também se acha um páo brazil;*
6. *Terrenos ocupados com fazendas de gado e plantações de algodão nas intermedias*

No que se refere às vilas e povoados alagoanos, o mapa apresenta informações um tanto confusas, pois, ao mesmo tempo em que denomina algumas localidades utilizando os termos “*villa*” e “*povoação*”, outras são identificadas apenas pelo nome próprio, e quanto aos engenhos de açúcar, alguns possuem a letra “E” para designar estes complexos, outros não. Da mesma forma, há em partes do mapa ícones com uma circunferência e uma cruz, mas sem a indicação adequada, se vila, povoado, igreja, freguesia, etc.

Figura 64. Detalhe da figura 62.

Indicação de localidades diversas. Vilas, povoações, engenhos e outros lugares.

Mesmo assim, é possível constatar que a ocupação de Alagoas nas primeiras décadas do século XIX, já se apresenta com maior quantidade de núcleos habitados, em relação ao que foi representado no mapa anterior, bem como nos documentos escritos. Embora ainda se encontre adensada na faixa mais próxima do litoral, percebe-se que a ocupação do território expande-se para regiões mais distantes, de forma mais significativa do que nos séculos anteriores, com pequenos povoados distribuindo-se no entorno de diversos rios e riachos, com exceção da área mais a oeste, ao norte do rio São Francisco, onde não foi colocado nenhum sinal de ocupação.

Retomando a cronologia de fundação de vilas e cidades apresentada anteriormente, pode-se observar que as informações no mapa referentes à quantidade de vilas correspondem aos dados históricos da Enciclopédia dos Municípios, do IBGE (1959). Em 1823 eram, portanto, oito vilas – Porto Calvo (1636), Alagoas (1636), Penedo (1636), Atalaia (1764), Poxim (1799), Anadia (1801), Maceió (1815) e Porto de Pedras (1815). No entanto, o surgimento de outros municípios atuais é sinalizado com a localização de algumas povoações, lugares e igrejas. Entre as povoações estão Jacuípe, Camaragibe, Barra de Camaragibe, Barra de Santo Antônio Grande, Murici, Santa Luzia do Norte, Pilar, São Miguel dos Campos, Coruripe, Barra de Jequiá,

Piaçabuçu, Palmeira dos Índios, Porto Real e São Braz. O lugar Mar Vermelho, hoje município, é indicado, nas proximidades da vila de Anadia. A *Matriz da Pioca*, dedicada a Nossa Senhora do Ó, e que foi edificada ainda no século XVII, indica o surgimento do atual bairro de Maceió, Ipioca.

Considerando o curso do rio São Francisco, o mapa registra um trecho menor, *comparado ao mapa de 1807, mencionado anteriormente, indo somente até o Morro do Faria*. Por isso, lugares como Piranhas e Xingó, representados em 1807, que ficam mais a extremo-oeste da província, não estão representados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhos de água, trilhas de terra, capelas, fortificações, vilas e pequenos povoados, pessoas. Assim, percorre-se um caminho de mapas e imagens que deram figuração ao território alagoano ao longo séculos. Percebe-se, neste sentido, a eficácia de se ter a retaguarda das iconografias e cartografias para realizar comparações, levantar hipóteses e construir novas imagens e novos mapas, ampliando as potencialidades deste material ao atualizar e disponibilizar os seus conteúdos.

Por meio da análise desse material pode-se perceber que o processo de urbanização de Alagoas durante o século XVIII foi intensificado, sobretudo a partir de 1706, com sua elevação à comarca. Deve-se observar que nos primeiros anos do século XVIII intensificou-se a exploração de ouro nas Minas Gerais, iniciando, portanto as relações comerciais com Alagoas, através do rio São Francisco. Entende-se, portanto, que o pedido de elevação da região à comarca não foi realizado por acaso, considerando-se a importância da parte sul da Capitania de Pernambuco para o comércio.

Entende-se, portanto que afirmações como a de Diégues Júnior de que “*é em redor dos engenhos e das famílias dos senhores de engenho [...] que se forma a sociedade alagoana*” devem ser utilizadas com certas ressalvas, considerando uma atuação bem localizada da produção açucareira sobre a sociedade e o espaço de Alagoas.

Neste sentido, pode-se perceber, através da documentação dos séculos XVIII e XIX, que a formação da sociedade alagoana e a sua urbanização passaram por um processo bem mais diversificado do que se acredita e se tem afirmado categoricamente por diversos estudos.

Para além das vilas e dos engenhos, Alagoas no século XVIII apresentava outros elementos – povoações, fazendas, aldeias, capelas, portos, pousos, conventos – que representavam uma ocupação diversa do território, abrangendo inclusive áreas tidas pela historiografia como isoladas ou vazias, compondo um complexo sistema de relações, estas sim contribuindo para a formação da sociedade alagoana e seu espaço urbano.

Nesse período os movimentos de ocupação desse território caracterizam-se pelo dinamismo e pela continuidade, indicando o prosseguimento do processo, com a

colonização de outras áreas além das vilas mencionadas. É o que está refletido, por exemplo, na cartografia e na literatura da época que descrevem, além a formação de povoados, a instalação de portos, construção de fortificações, conventos, igrejas, etc. E o aspecto da ocupação começa a ser diversificado em paralelo a sua expansão.

Os movimentos no território alagoano ocorreram, até então, ao sabor de desígnios diversos estipuladas pelos colonizadores. As diretrizes (políticas, econômicas, ideológicas, bélicas, etc.) foram inscritas concretamente no território, por exemplo, através da demarcação de áreas de interesse, distribuição de porções de terras específicas para a produção e construção de núcleos urbanos.

A colonização de Alagoas foi, portanto um momento que teve como base a montagem de estruturas de produção, sincronizando as ações de povoamento, a apropriação do solo e sua exploração. De uma forma geral, até este momento a formação do território alagoano esteve vinculado ao cenário colonial como um todo.

A partir do século XIX, com a nova configuração política que se anunciava – tanto no cenário local, com a emancipação de Alagoas da província de Pernambuco, em 1817, quanto no panorama “nacional”, com a independência do Brasil, em 1822 – Alagoas passou a vivenciar uma situação política e administrativa diferente. Neste sentido, as decisões que normalmente eram tomadas por agentes externos passam a ser definidas internamente, através da montagem de uma estrutura própria para gerir as diferentes questões.

A expansão do território alagoano, ainda que movida pelo desenvolvimento das atividades econômicas iniciais (que, estimuladas pelo cenário internacional de desenvolvimento industrial, a partir da Revolução, receberam incremento tanto na diversidade, com a introdução de outros produtos, como o algodão, quanto na forma de produção, com a instalação das primeiras usinas de açúcar) deixou de ser necessariamente o reflexo do atendimento às demandas de um governo localizado a milhares de quilômetros de distância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes manuscritas

Idéa da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, Povoações notaveis, Agricultura, número dos engenhos, Contractos e Rendimentos Reaesm augmento que estes tem tido & &, desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitam General José Cezar de Menezes. Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Seção de manuscritos. Localização: 11,3,006

Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. Anais da Biblioteca Nacional, volume 28, ano 1906. Acessado em: link

Fontes cartográficas

ALBERNAZ, João Teixeira. **Estado do Brasil Coligido das mais sertãs noticias q pode aiuntar dõ leronimo de Atayde, por João Teixeira Albernaz (1631).** Mapoteca do Itamarati – Ministério das Relações Exteriores / Rio de Janeiro.

_____. **Descrição de todo o marítimo da terra de S. Cruz, chamado vulgarmente, o Brazil. Feito por João Teixeira cosmografo de Sua Magestade. Anno de 1640, por João Teixeira Albernaz.** Lisboa: Aeroportos de Portugal. Edição integral, fac-similada a cores, do códice pertencente ao Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo / Lisboa.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que da rezão ao estado do Brasil, 1616.** Lisboa: Edições João Sa da Costa, 1999. Edição fac-similada do códice da Biblioteca Pública do Porto.

Acervo digital:

Biblioteca Nacional Digital – Biblioteca Nacional de Portugal.
<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 248

AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 249

AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 250

AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 254

AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 265

AHU_ACL_CU_004, Cx. 4, D. 279

AHU_ACL_CU_004, Cx. 4, D. 280

Fontes textuais primárias impressas

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. In.: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa – www.bivirt.futuro.usp.br

BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil, 1647**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

CALADO, Frei Manuel. “**O Valoroso Lucideno 1648**.” In: FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia – história da guerra brasílica, 1675*. São Paulo: Beca Editora, 2004. (cd-rom) CALADO, Frei Manuel. 1584-1654. “O valoroso lucideno e triunfo da liberdade. 4º Ed. Pref. De José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria dos assuntos culturais, 1985. 2v (coleção Pernambucana – 2º fase, 13).

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil (1654)**. In: FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica (1675)*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2004 (cd-rom).

FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia: história da guerra brasílica (1675)**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2004 (cd-rom).

GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. **Tratado da terra & história do Brasil**. Recife: Massangana, 1995.

LAET, Joan de. **História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o começo até o fim do ano de 1636. (1644)**. In: FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica (1675)*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2004 (cd-rom).

NIEUHOF, Johan. “**Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil. 1682**.” In.: FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia – história da guerra brasílica, 1675*. São Paulo: Beca Editora, 2004.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>

VAN DER DUSSEN, Adriaen. **Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. (1638) J. Maurice Conte de Nassau; M. Van Ceullen; Adriaen Van der Dussen**. In.: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês. Economia açucareira*. Vol. 01. Recife: Cepe-Editora de Pernambuco, 1981. (pp.77-129).

VERDONCK,. **Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adrian Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630.** In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês. Economia açucareira*. Vol. 01. Recife: Cepe-Editora de Pernambuco, 1981. (pp. 35-46).

WALBEECK & MOUCHERON. **Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeeck e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por sua Excia. E pelos nobres membros do Alto Conselho.** In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês. A administração e a conquista*. Recife: Minc. Secretaria da cultura; 4ª Diretoria Regional da SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

Fontes comentadas

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ADONIAS, Isa. Mapa - **Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht Ed., 1993.

ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1988.

ANDRADE, Fernando Antônio Gomes de (org), **Memória das Alagoas**. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 2009.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **A urbanização do Mato Grosso no Século XVIII. Discurso e Método**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. Tese de doutoramento.

ARRAES, Damião Esdras A.. **Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco**. São Paulo: Anais do Museu Paulista. v. 21. n.2. 2013.

_____. **Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial – Ensaio de geografia urbana retrospectiva**. São Paulo: [S.ed.], 1956.

BOAVENTURA, Deusa Maria R. **Urbanização em Goiás no Século XVIII**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado.

BOXER, Charles Ralph. **Os Holandeses no Brasil**. Recife: CEPE, 2004.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3 ed. Arapiraca: EDUFAL, 2004. (1908)

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Fapesp, 2011.

_____. **Desenhando o Brasil: O saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do império**. In.: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1971.

COSTA, Antônio Gilberto. **Dos Roteiros de Todos os Sinaes da Costa até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império**. In.: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas: Resumo didático**. Rio de Janeiro / Maceió: Melhoramentos / SERGASA, 1983 (1929).

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte: criação urbana e organização territorial na Capitania de São Paulo (1756-1811)**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / USP, 2010. Tese de Doutorado.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê nas Alagoas. Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: Edufal, 1980.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas Ribeiras do Norte**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ESPÍNDOLA, Thomaz. **A Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

Fonseca, Cláudia Damasceno. **Des terres aux villes de l'or. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)**. (2001)

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 47 ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Sobrados e Mucambos**. 15 ed. São Paulo: Global, 2003.

GUEDES, Max Justo. **Introdução**. In.: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2006.

HERKENHOFF, Paulo. **O Brasil e os holandeses: 1630-1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol XIX. Rio de Janeiro, 1959.

JACOB, Christian. **L'empire des cartes**. Paris: Albin Michel, 1992.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **A urbanização do Ceará setecentista. As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LAGO, Pedro & Bia Corrêa do. **Os quadros de Frans Post pintados no Brasil**. In.: HERKENHOFF, Paulo. *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999: 238-270.

_____. **Frans Post (1612-1680) Obra completa**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

LEITÃO, Humberto & LOPES, José Vicente. **Dicionário da Linguagem de marinha antiga e actual**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: [S.ed.], 1992.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. **A Cartografia dos Descobrimentos**. Lisboa: ELO, [S.d.].

MENEZES, Catarina A. **A escrita no chão: a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2011. Dissertação de Mestrado.

MUNIZ, Bianca Machado. **Escavando a história: um estudo do Forte Maurício no contexto da arquitetura militar do século XVII**. Maceió, 2010. – Dissertação de mestrado.

OLIVEIRA, Roseline Vanessa Machado. **Pernambuco no papel: o desenho de seis vilas no contexto da representação iconográfica de Albernaz, Marcgrave e Post**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ORAMAS, Luis Pérez. **Frans Post, Invenção e “aura” da paisagem**. In.: HERKENHOFF, Paulo. *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999: 218-237.

QUINTAS, Fátima (org.). **A Civilização do Açúcar**. Recife: Fundação Gilberto Freyre / SEBRAE, 2007.

REIS FIHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. **Arquitetura sempre relacionada ao urbanismo: esse é o segredo do método**. In.:Desígnio – Revista de História da arquitetura e do urbanismo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Vol. 11 e 12. São Paulo: Annablume, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Paulo. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Valença, 1977.

SILVA, Maria Angélica. **“Desenhos de territórios; revendo antigas vilas e cidades através de imagens.”** In VALENÇA, Márcio Moraes & COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. *Espaço, Cultura e Representação*.Natal: Editora da UFRN, 2005, p.7-27.

_____. (org). **O olhar holandês e o Novo Mundo**. Maceió: EDUFAL, 2011.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil – 1500-1820**. 4 ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

_____. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

TEIXEIRA, Rubenilson. **De la ville de Dieu à la ville des hommes. La sécularisation de l'espace urbain dans le Rio Grande do Norte**. Tese de doutorado. Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França, 2002.

TENÓRIO, Douglas Apratto; PÉRICLES, Cícero. **Municípios alagoanos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Tomo 1. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

ZANDVLIET, Kees. **Mapping for Money**, Amsterdam: Batavian Lion International, 2002.

ZUMTHOR, Paul. **La mesure du monde**. Paris: Seuil, 1993.